



Políticas de Ajuste

X

Políticas de Inclusão

**Gênero
e Raça
nas
Políticas
Públicas**

**POLÍTICAS DE AJUSTE x POLÍTICAS DE INCLUSÃO
GÊNERO E RAÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

INICIATIVA:

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras

Articulação de Mulheres Brasileiras

ActionAid International Americas e ActionAid Brasil

FICHA TÉCNICA:

Capa Projeto Gráfico e editoração eletrônica: KK

Coordenação Editorial: Nilza Iraci

Tradução do Espanhol: Maria Lúcia Cardoso

Revisão Português: Suelaine Carneiro

Impressão: Gráfica e Editora Brasul Ltda.

Essa publicação contou com o apoio Financeiro de
ActionAid International Americas e ActionAid Brasil.

SUMÁRIO

<i>APRESENTAÇÃO.....</i>	<i>6</i>
<i>BETH BARROS.....</i>	<i>10</i>
<i>GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE.</i>	
<i>ÉDÈLE THÉBAUD.....</i>	<i>18</i>
<i>HIERARQUIAS DA EXCLUSÃO: O CASO DAS MULHERES DE ASCENDÊNCIA HAITIANA NA REPÚBLICA DOMINICANA</i>	
<i>FERNANDO J. CARDIM DE CARVALHO.....</i>	<i>24</i>
<i>BASES PARA UMA ESTRATÉGIA ALTERNATIVA DE RECUPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E DO PLENO EMPREGO</i>	
<i>GRACILIANA WAKANÁ.....</i>	<i>30</i>
<i>MULHERES INDÍGENAS NA LUTA PELA EQUIDADE DE GÊNERO</i>	
<i>GUACIRA CÉSAR DE OLIVEIRA.....</i>	<i>38</i>
<i>PREVIDÊNCIA: UMA (RE)FORMA DE EXCLUSÃO</i>	
<i>JOSÉ ANTONIO MORONI.....</i>	<i>46</i>
<i>POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL</i>	
<i>JUANPEDRO MACHADO.....</i>	<i>52</i>
<i>A DIMENSÃO RACIAL DA POBREZA</i>	

JUREMA WERNECK.....	66
<i>SUPERAÇÃO DO NEOLIBERALISMO POR MEIO DE PROJETOS DEMOCRÁTICOS, POPULARES,ÃO SEXISTAS E ANTI-RACISTAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</i>	
JUSSARA DE GOIÁS.....	76
<i>PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UM ORÇAMENTO AFRO-BRASILEIRO</i>	
LAURA TAVARES SOARES.....	84
<i>AS POLÍTICAS DE AJUSTE NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA</i>	
LINE BARREIRO.....	92
<i>REFLEXÕES SOBRE ALTERNATIVAS POLÍTICAS CONTRA A POBREZA, AS DESIGUALDADES E AS DISCRIMINAÇÕES</i>	
MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA.....	100
<i>POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO</i>	
MARIA DAS DORES DO ROSÁRIO ALMEIDA (DURICA).....	106
<i>O PAPEL DAS MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS</i>	
RAFAEL GUERREIRO OSÓRIO.....	110
<i>AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS RECENTES</i>	
SILVIA CAMURÇA.....	126
<i>A DIMENSÃO ECONÔMICA DA JUSTIÇA SOCIAL</i>	
ORGANIZAÇÕES.....	130

APRESENTAÇÃO



No processo de expansão do domínio europeu para além do continente, espanhóis, portugueses e ingleses retalharam as terras americanas e, utilizando-se da força, violaram esse território e nele implantaram sociedades coloniais que se estruturaram a partir de uma matriz ideológica que trata as diferenças étnicas, raciais, sexuais e de classe como inferioridade. Ancoradas no racismo e no patriarcado, as elites coloniais vêm aperfeiçoando suas práticas de dominação e destruição de outros povos e culturas para garantir sua supremacia política, social e econômica, no público e no privado.

Tão grandiosa quanto as violações praticadas contra os povos do continente americano são as experiências de resistência e luta desses povos que emergiram, e continuam a surgir, ao longo dos séculos. Se somos o continente mais desigual, também somos aquele que tem gerado movimentos sociais extremamente fortes e organizados.

Essa publicação é fruto da atuação desses movimentos, tanto na sua concepção, como no conteúdo que ela traz para a discussão na sociedade. Trata-se dos textos apresentados nos Seminários Política de Ajuste x Política de Inclusão – Gênero e Raça nas Políticas Públicas e As Dimensões de Gênero, Raça e Etnia nas Dinâmicas da Pobreza na América Latina e Caribe, realizados no Fórum Social Brasileiro, em de 2003 e no Fórum Social das Américas (FSA) em Quito, Equador, em julho de 2004. Esses Fóruns são parte do sistema de fóruns sociais regionais que têm sido articulados na lógica do Fórum Social Mundial, a principal manifestação da sociedade civil organizada internacional que tem feito frente ao sistema neoliberal globalizado, cujo marco de poder são os Fóruns Econômicos Mundiais.

Os Seminários surgiram do diálogo entre três entidades – de fato, redes de organizações – que têm seus focos de atuação em campos diferentes mas complementares, e vêm trabalhando em parceria desde 2003: a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), e a ActionAid Brasil/Américas.

O objetivo dos Seminários foi promover o debate e ampliá-lo a outros movimentos sociais, sobre os elementos de uma análise de gênero, raça e etnia enquanto estruturantes da dinâmica da desigualdade, concentração de riqueza e pobreza na América Latina e Caribe, que tem nas mulheres negras e indígenas sua representação exponencial. Também foram discutidas questões centrais apontadas pelo feminismo anti-racista que confrontam a perspectiva neoliberal nas políticas públicas, com propostas de políticas inclusivas para a superação do racismo e do sexismo.

Partiu-se da análise de que a produção e reprodução da pobreza fazem parte da mesma lógica de poder que constrói a concentração da riqueza, e não um resultado inesperado do modelo econômico. Não é algo que esteja fora do controle, é algo que necessariamente tem que ocorrer dentro da permanência de um modelo que se sustenta nas desigualdades e discriminações. As relações desiguais de classe, raça e gênero são reproduzidas e mantidas baseadas nesse sistema de poder que se sustenta na produção articulada dessas desigualdades e que ao mesmo tempo produz uma percepção fragmentada dos problemas.

Desta forma, as relações de produção e acumulação de riquezas, o racismo, e a repressão e discriminação sexual, não constituem dimensões estanques da vida social mas, ao contrário, são elementos constitutivos de uma determinada ordem social. A dissociação entre esses campos, e entre esses campos e a política, é uma necessidade do sistema de poder capitalista e patriarcal que, ao fragmentar e dissociar essas várias dimensões, fragiliza as estratégias de resistência.

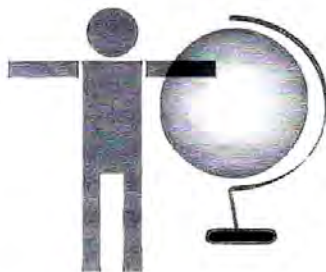
Portanto, posicionar-se contra esse sistema é reconhecer o peso que as várias formas de desigualdades e discriminações e suas interligações têm na produção estrutural da pobreza.

Os textos que compõem essa publicação refletem a riqueza e a dinâmica do seminário. Muito mais que mergulhar em uma introspectiva reflexão teórica, convidamos você a compartilhar um debate ainda pulsante e a seguir aprofundando as questões aqui levantadas, disseminando-as entre todas as organizações e pessoas que buscam mudanças definitivas pelo fim do racismo, do sexismo e da exclusão social.

Nilza Iraci
Geledés / Articulação de Organizações de Mulheres Negras

Maria Lúcia Cardoso
ActionAid Brasil/Américas

GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICAS DE SAÚDE



BETH BARROS

*Coordenadora do INESC, ex integrante
do IPEA.*

 O contexto geral da hegemonia das teses neoliberais no processo de globalização, também condicionou escolhas em relação às políticas de saúde ao longo da década dos noventa. Essa pauta, colocada na agenda pelos organismos internacionais, e essa pressão ideológica em termos de caminhos únicos, aparece nas políticas sociais – só resgatando algumas das coisas que eles já disseram – sob a forma de pressão pela focalização e seletividade. O argumento central era: “nós não temos muito dinheiro, temos então que focalizar as políticas em direção aos mais necessitados; não há viabilidade para políticas universais; temos que ser seletivos na oferta dos serviços e das ações, porque não podemos oferecer tudo”. Daí emergem as propostas de cestas básicas, de mínimos sociais. Esse foi o contexto com o qual a política de saúde teve que lidar. Mas há uma preliminar, para usar a expressão do Fernando, que é a seguinte: para falar do impacto das políticas neoliberais sobre a saúde é necessário fazer alguns recortes. O primeiro deles, evidentemente, se refere à produção da saúde, que foi profundamente impactada de forma negativa – por todas as razões que eles colocaram: empobrecimento, aumento da desigualdade, piora das condições de vida. Porque a saúde se produz com boas condições de vida, com saneamento básico, com água tratada, com alimentação, com saúde mental adequada, sem estar enfrentando stress de desemprego ou de violência. Dessa perspectiva, a saúde da população foi profundamente prejudicada.

10

Da perspectiva estrita do sistema de saúde, também é necessário distinguir dois ângulos pelo menos: o da forma de organização do sistema, do modelo de atenção, onde essas diretrizes da focalização e da seletividade eram as palavras de ordem e o da perspectiva do financiamento. No caso brasileiro – pela circunstância da década dos 80, com movimentos sociais se fortalecendo no processo da redemocratização e da transição negociada, e havia na área da saúde um movimento social fortíssimo, que remonta à década dos 70, pela reorganização do sistema de saúde no Brasil – o impacto foi pequeno, do ponto de vista dos princípios doutrinários sob os quais se organiza o sistema. Isso ocorreu porque tínhamos uma espécie de proteção, dada pelo fato de ter sido incluída na Constituição a garantia do direito universal à saúde. Toda vez que se tentou fazer uma política restritiva, havia um imperativo legal que permitia barrar a iniciativa. E aí, mais uma vez, o Fernando tem razão – tudo depende de como o país se coloca nas negociações: toda vez que o BIRD fazia um empréstimo e queria estabelecer restrições para o uso dos recursos – e muitas tentativas foram feitas – havia sempre alguém que dizia “não pode, porque nossa Constituição não permite, não podemos fazer um programa que exclua segmentos da população dentro do sistema, porque o sistema é universal”. E as cláusulas restritivas eram excluídas. Isso não impediu que normas burocráticas e legislação infraconstitucional fossem utilizadas para burlar ou para estabelecer restrições que a rigor não poderiam existir na perspectiva do sistema universal. Algumas coisas deste tipo foram feitas, mas elas não chegaram a descaracterizar a natureza universal do sistema. E isso fez muita diferença, porque não tenho a menor

dúvida de que, dentre as políticas públicas do Brasil, a saúde foi a que mais rapidamente incluiu os segmentos excluídos. Se considerarmos que até 1988 tínhamos, na melhor das hipóteses, 25% da população beneficiária do sistema público - que era a população que estava no mercado formal de trabalho e que tinha acesso aos benefícios previdenciários de assistência à saúde - hoje temos cerca de 75%, 80% da população com algum tipo de acesso ao sistema de atenção à saúde. Isso foi uma inclusão monumental e muito rápida, que atribuo à capacidade que os movimentos sociais vinculados a essa área tiveram de preservar o caráter de universalidade do sistema.

Mas houve impacto, pela via do financiamento, sobre outra diretriz do sistema: a da integralidade da atenção. Essa ainda não se realizou. Embora hoje apenas segmentos muito restritos não tenham acesso ao sistema - populações ribeirinhas, da região norte, populações rurais no nordeste e em outras regiões do país que ainda têm muita dificuldade de acesso - e haja atenção básica, pelos menos, para a maior parte da população, não há como não destacar o problema da qualidade dessa atenção que está sendo oferecida. Aqui o impacto foi grande porque, com a rapidez dessa inclusão, teria sido necessário um volume enorme de investimentos para constituir uma rede capaz de oferecer atenção de boa qualidade e esses investimentos não foram feitos. Havia uma rede dimensionada para os 25% que eram beneficiários e que precisava ser expandida. Algumas coisas foram feitas, principalmente, nas instâncias sub-nacionais - a série histórica da pesquisa do IBGE sobre Assistência Médico-Sanitária - AMS mostra que cresceu expressivamente a rede municipal. Mas, se os municípios fizeram investimento, a União fez muito pouco investimento, um investimento absolutamente insuficiente para superar as desigualdades que estavam dadas no sistema em função da configuração que ele tinha, determinada pelo objetivo de atender o mercado formal de trabalho, que era espacialmente muito concentrado nas regiões sul e sudeste. As outras regiões do país tinham muito pouco de rede pública e não houve investimento suficiente para a expansão na proporção em que seria necessária, produzindo uma incapacidade do sistema de oferecer a integralidade da atenção. Isso significa que as pessoas conseguem ter acesso, chegar ao sistema, mas não conseguem obter todo o tipo de atendimento necessário para resolver seus problemas de saúde. Ou, então, levam muito tempo para conseguir atendimento de média e alta complexidade, ficam em intermináveis filas de espera. Do ponto de vista do impacto sobre o modelo e sobre o sistema, este foi talvez o mais grave.

As estratégias para minar esta proposta da universalidade passaram todas pela lógica economicista, de rentar subordinar princípios de equidade a princípios de eficiência e a fazer a retenção de recursos previstos para a área. Isso começou a ocorrer no início da década dos noventa, com o Fundo Social de Emergência, depois com o Fundo de Estabilização Fiscal, culminando com a DRU - Desvinculação das Receitas da

União, que foram formas de ir retirando o dinheiro da seguridade social e depois especificamente da saúde, como a DRU sobre a CPMF. Se esses recursos - 20% da CPMF - não tivessem sido drenados para fazer o superávit fiscal e a amortização da dívida, se tivessem sido mantidos no orçamento da saúde poderiam ter permitido fazer os investimentos necessários nesses dez anos. O mais dramático é que não houve nenhuma modificação nessa lógica, para minha grande tristeza: eu esperava que não tivesse que estar brigando por isso nesta conjuntura, neste governo. E é um quadro que fica ainda mais preocupante depois da intervenção que o Moroni fez, de que a recusa à ideia de vinculação está se tornando cada vez mais forte.

Na década de noventa existiram vários momentos de oscilação no financiamento da saúde. O início da década de noventa foi extremamente dramático, com a decisão de retirada dos recursos originários das contribuições previdenciárias de empregados e empregadores e que representavam 30% do orçamento da saúde. Foi uma medida anterior ao governo de Fernando Henrique, mas que foi tomada por ele como Ministro da Fazenda, num acordo com o Ministro Brito, da Previdência Social. Na segunda metade da década houve uma razoável estabilização, na medida em que entrou em vigor a vinculação da CPMF. Embora não tenha significado acréscimo de receita, apenas substituídas fontes, ela estabilizou o fluxo de recursos para o setor e só isso já fez uma enorme diferença na capacidade do sistema de se programar, porque até então o fluxo de recursos era extremamente irregular - com frequência concentrado no último trimestre do ano - o que tornava totalmente impossível qualquer planejamento e provocava aqueles atrasos históricos de três, quatro meses, nos pagamentos aos provedores de serviços. A entrada da CPMF teve esta virtude, estabilizou o montante das receitas, regularizou o fluxo de recursos. A partir de 2000, com a Emenda Constitucional 29, é que começa a haver tendência de crescimento do gasto público com saúde. Também aqui há uma coisa que poucas pessoas prestam atenção: há vinculação de receita nas esferas sub-nacionais, os Estados e municípios têm que aplicar um percentual do que arrecadam. A União não. A União teve que manter o montante empenhado em 1999, acrescido de 5% em 2000 e, a partir de 2000, o que ela tem que fazer é crescer a variação nominal do PIB. Independentemente do comportamento das receitas da União, só é alocado para a saúde o correspondente à variação nominal do PIB. Isso significou o seguinte: nesse período, na segunda metade da década de noventa, as receitas da União, especialmente as contribuições sociais, cresceram exponencialmente e o gasto com a saúde se manteve praticamente estabilizado nos mesmos montantes, com essa variação pequena do percentual de crescimento do PIB. Em 1995 o gasto com saúde significava cerca de 14% da arrecadação federal, em 2001 ele já significava apenas 11%. Houve uma queda na proporção de recursos alocados. Por isso é que afirmo que não há vinculação de receita na área federal.

As contribuições sociais passaram a ter grande importância na estratégia de ajuste. O que houve foi um esforço de fazer crescer a receita federal usando fundamentalmente as contribuições sociais, que não são passíveis de partilha com as outras esferas de governo (se aumentassem o IPI ou o Imposto de Renda, teriam que dividir com os Estados e Municípios) e não estão sujeitas ao princípio da anualidade (se o orçamento for insuficiente num determinado ano é possível aumentar a alíquota de alguma contribuição existente ou criar uma nova contribuição e começar a cobrar essa contribuição daí a noventa dias, não é preciso esperar o ano seguinte como ocorre com os demais impostos). Essa estratégia rebateu no financiamento da seguridade social, especialmente nas áreas da saúde e da assistência social, porque a desvinculação passou a ser fundamental. E desvincular é retirar recursos da área social para aplicá-los no pagamento da dívida. No caso da saúde, uma parcela importante de recursos. Por isso, creio que, se temos que pensar numa estratégia, hoje, essa estratégia tem que ser a garantia de um forte movimento social para preservar a vinculação dos recursos para a área da saúde. E, mais que preservação da forma de vinculação anual, ela pode significar a melhoria das condições de financiamento, fazendo uma real vinculação de receitas, porque a Emenda 29 estabelece a regra até 2004 e prevê a necessidade de uma lei complementar que regule para o período seguinte.

Já existem propostas nesse sentido, de instituir vinculação sobre receitas nas três esferas de governo, inclusive as da União. É possível fazer isso, desde que tenhamos novamente um movimento social em torno da saúde que ganhe a densidade política que teve na década dos oitenta. Isso é o que temos que resgatar. De alguma forma, essa necessidade foi evidenciada na experiência recente da retirada da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO do dispositivo que estabelecia limites para o tipo de despesa que poderia ser computado para efeito do cumprimento da Emenda: havia um dispositivo na LDO que definia que as despesas com inativos, despesas de outras áreas setoriais, de outras políticas públicas setoriais não poderiam ser computadas, mesmo quando executadas através do serviço de saúde ou do Ministério da Saúde; esse dispositivo foi aprovado no Congresso e vetado no Palácio. Como ocorreu uma reação muito grande do movimento da saúde, houve um compromisso público do Ministro do Planejamento no sentido de que, a despeito do veto, seu cumprimento seria garantido na elaboração da proposta orçamentária mas o que se viu foi o envio de uma proposta orçamentária com 4,5 bilhões de reais destinados aos programas do "Fome Zero" e de saneamento básico, o que é uma outra forma de retirar dinheiro da área da saúde. Ninguém nega a importância dessas outras políticas, mas não vamos fazer confusão: não é possível pensar que tudo que é importante para produzir saúde tem que ser financiado com o orçamento do Ministério da Saúde! Se fosse isso, teríamos que começar levando a Fazenda pra dentro da Saúde, para não gerar desemprego...

Então, dentro dessa perspectiva, de que há uma especificidade no gasto do sistema de saúde que tem que ser respeitada - e essa especificidade é o cuidado com a saúde e não é tudo o que produz saúde - a lei complementar terá que ser muito clara em relação a isso, dizendo com clareza o que pode e o que não pode ser computado. Já existem projetos de lei em tramitação, tanto na Câmara como no Senado. Existe uma minuta produzida por um grupo multi-institucional, que fez uma proposta para o Conselho Nacional da Saúde.

Assim, hoje, o grande instrumento de preservação das conquistas de 88 - para que a gente consiga, pelo menos formalmente, não perder essa força dada pelo fato de estar na Constituição - é garantir recursos, porque se não conseguirmos garantir recursos, eu não tenho dúvida, o passo seguinte será a restrição do direito: "como nós não temos dinheiro para fazer o que a Constituição diz, vamos mudar a Constituição para diminuir o direito, para restringir o acesso, para restringir a responsabilidade do Estado na provisão". Parece-me quase natural esperar que, perdendo a garantia de recursos, o passo seguinte seja a perda do direito. Por isso temos que lutar para garantir os recursos, para que depois isso não sirva de argumento para a restrição do direito.

14

Em relação à questão de formas de privatização na saúde, das quais a terceirização é a mais importante, gostaria de enfatizar que ela tem grande impacto sobre a qualidade da atenção, sobre o compromisso com os objetivos do sistema, e acaba sendo, mais uma vez, a reprodução da velha estratégia do Estado subsidiando o interesse privado, que foi a marca do INAMPS dos anos 70 até meados de 80. Ela aconteceu - e continua acontecendo de várias formas. Essa terceirização de que você está falando é mais freqüente na área de diagnóstico, de terapias mais complexas, por exemplo, quimioterapia. O Estado investe, faz o gasto importante do ponto de vista da oferta daquele serviço, compra o equipamento e depois entrega a sua operação a grupos privados, terceiriza a utilização do equipamento. Ou seja, o setor privado presta o serviço sem ter ônus nenhum e ainda lucra: tem histórias desse tipo acontecendo aos montes por aí. Há dois aspectos: primeiro que o governo federal não cumpriu o papel de regulação, a regulação foi zero nessa área e, segundo, que é a reprodução, com uma nova roupagem, de um comportamento histórico do sistema que também não foi enfrentado, da apropriação do público pelo interesse privado. Com certeza isso tem impacto sobre o acesso e a qualidade da atenção.

A outra forma de terceirização se relaciona aos recursos humanos para operar a rede, que são as cooperativas de profissionais de saúde. Essa forma está associada aos baixos salários e aí não tem jeito, porque determinadas categorias estão super organizadas e se recusam a trabalhar pelos salários que o setor público paga: não se

consegue colocar um anestesista num hospital - e o anestesista tem consciência do papel crucial dele, não se faz nenhuma cirurgia se não houver um anestesista. É um embate complexo: as categorias sabem que têm poder e usam esse poder em benefício próprio. Mas, em última instância, tem a ver com o fato de que existem restrições ao gasto com pessoal pela lei da responsabilidade fiscal. E existem restrições financeiras, de falta de recursos para pagar melhores salários. Mas em muitos lugares poderiam ser encontradas soluções. Em cidades menores, poderia haver um único anestesista atendendo em vários serviços, ou um esquema de vinculação, como os consórcios intermunicipais, que permitisse a ele atender em vários municípios. Uma outra questão é a da interiorização do profissional de saúde. É um problema muito mais complexo. Tem a ver com a formação do profissional de saúde: nenhum médico, hoje, sai da universidade sem uma especialização. Ele já entra na universidade sabendo qual a especialização que ele vai fazer. E o especialista não quer ir para o interior, porque lá vai estar longe das novidades da área, teme ficar desatualizado. Às vezes mesmo oferecendo um salário maior - e há muitos depoimentos de secretários de saúde nesse sentido - eles preferem ficar na capital, pela qualidade de vida, pelo o acesso à cultura, pela educação dos filhos, por uma série de razões. A interiorização de profissionais de saúde, em particular de especialistas, é ainda um desafio.

A reorganização do modelo de atenção, sobre a qual você pergunta, é outro desafio, desde o início da implementação do SUS. É um embate que envolve muitas questões. De um lado, a visão sobre o papel do Estado na garantia do direito à saúde. Dependendo da perspectiva sobre isso, as estratégias de organização variam. Foram muitas vezes colocadas propostas de organizar o SUS como um “sistema de saúde pobre para os pobres”, que ofereça atenção básica e práticas simplificadas, sem garantia de acesso a níveis de atenção mais complexos. A própria concepção original da saúde da família, foi muitas vezes entendida assim. Ao longo do tempo passou a ser utilizada como estratégia para reorganização do modelo. Mas, na verdade, não se reorganiza algo estando de fora. O programa saúde da família correu paralelo, fora da rede existente, sem articulação, sem conseguir se comunicar com os outros níveis de atenção e sem assegurar o acesso da população a exames, tratamentos especializados. Só recentemente começam a se identificar esforços no sentido de constituir maior integração.

Essa dissociação, essa estratégia, resulta extremamente perversa. Mas não é exatamente, a meu ver, uma resultante do ajuste. É uma visão do Estado e do sistema, que não necessariamente está associada à visão neoliberal. Uma visão do Estado, do papel que o Estado tem que cumprir, uma visão restrita sobre cidadania que está na raiz de certas escolhas que vem sendo feitas e que nos surpreendem mesmo agora. A “focalização”, a que você se refere, entendida não como medida complementar para alcançar os excluídos,

mas como estratégia de destruição da diretriz de universalidade do acesso e, portanto, de restrição do acesso, é um bom exemplo. A volta da focalização à agenda, que como você disse “nem o Fernando Henrique teve coragem” é verdade. Como você afirma, o Fernando Henrique não teria coragem de propor, porque tinha uma reflexão sobre o tema Estado que tornava muito complicado para ele assumir publicamente a defesa da focalização, o que não impediu que seu governo fizesse tentativas nesse sentido..... Agora, numa visão mais simplista, se usa arrogantemente o argumento de que qualquer resistência a isso é “defesa de privilégio” e na história recente da saúde, diante da defesa do financiamento do sistema, o presidente acusou o “lobby da saúde”, com um sentido de defesa de interesses corporativos, procurando desqualificar os que estavam defendendo o sistema universal e os recursos para garantir isso. Reveste-se a focalização de um caráter humanitário - focalizar no mais pobre - e se desqualifica quem defende a universalidade como defensor de injustiças sociais. É uma coisa muito complicada, temos que resgatar o debate sobre cidadania - e eu acho que a fala da Guacira traz isso de uma forma importante - porque no fundo, temos que resgatar a nossa discussão da década dos 80... Isso me dá uma tristeza enorme, porque eu gostaria discutir como avançar, como resgatar a antiga discussão sobre seguridade social, que modelos de proteção social queremos, que Estado queremos...

16

E essa discussão temos que fazer logo, aliás já devíamos estar fazendo há muito tempo, ou não vamos ter nenhuma chance. Temos que pensar numa estratégia inteligente de convencer uma população que está sendo bombardeada pela mídia sobre como este governo é bom porque está fazendo um “Fome Zero”, com essas malas cheias de “bolsas”, com alto grau de tutela, de que tem que lutar por políticas sociais universais, emancipatórias.

HIERARQUIAS DA EXCLUSÃO: O CASO DAS MULHERES DE ASCENDÊNCIA HAITIANA NA REPÚBLICA DOMINICANA



ÉDÈLE THÉBAUD

*Diretora Executiva da ActionAid
Haiti/República Dominicana*

Tentarei compartilhar com vocês o resultado de uma pesquisa que a ActionAid Haiti/República Dominicana realizou em 2001 sobre a situação de exclusão social na República Dominicana das trabalhadoras migrantes haitianas e das dominicanas de ascendência haitiana.

O estudo nos permitiu entender melhor o contexto social ligado ao fenômeno de migração entre o Haiti e a República Dominicana, assim como o fenômeno de exclusão social que vivem estes grupos devido às discriminações de raça, classe, etnia e gênero. Este estudo mostra de maneira muito clara que o racismo e o anti-haitianismo são os mais poderosos instrumentos ideológicos utilizados pelas classes dominantes na República Dominicana para justificar e defender a exploração dos/as trabalhadores/as. A construção do racismo anti-africano foi um instrumento nesse país, como em todos os sistemas de produção baseados na força de trabalho no Novo Mundo, para justificar o injustificável. Essa ideologia, segundo Roberto Casa, tornou-se um fator social de tamanha importância que penetrou os setores não-brancos das classes dominantes e tem grande influência nas massas exploradas compostas basicamente de negros/as e mulatos/as.

18

Essa ideologia criou uma escala de valores onde os mais brancos, os que são física e culturalmente mais próximos aos colonizadores, ganham mais benefícios. Isso cria a necessidade para a população mulata, de branquear-se. Segundo Lil Despradel¹, o desejo de branquear-se leva o mulato dominicano a um sentimento de vergonha sobre seu componente africano, e de um passado que considera como o inimigo. A partir daí, o mulato adota o racismo do colonizador em um processo de alienação. Intelectuais dominicanos assumiram a responsabilidade de definir o marco teórico conceitual da ascendência dominante hispânica e indígena dos dominicanos, contribuindo assim ao desenvolvimento de uma consciência social que identifica o haitiano como o inimigo, e o haitiano como o negro.

A República Dominicana tem uma história política particular, no sentido de que, contrário a muitos outros países do continente, não ganharam sua independência no enfrentamento do conquistador europeu, mas enfrentando o país vizinho, o Haiti. Desde cedo, a liderança da classe dominante na sua relação com o resto da população foi expressa através da necessidade de defender o país contra a agressão do vizinho. Isso leva à idéia de que, na nação dominicana, a construção de uma identidade nacional deve se desenvolver em oposição ao Haiti.

Com o desenvolvimento da indústria açucareira no princípio do século XX, e com a importação massiva de mão-de-obra haitiana para o corte de cana, fortaleceu-se o sentimento anti-haitianista dentro da população dominicana. Racismo e anti-haitianismo constituíram uma parte significativa da justificativa ideológica da ditadura trujillista, particularmente em relação à definição da nação dominicana. Isso culmina com a matança de milhares de trabalhadores haitianos em 1937.

O desenvolvimento de uma ideologia racista no seio de uma sociedade onde a maioria da população é negra e/ou mulata significa uma profunda alienação cultural. Da mesma forma que a xenofobia anti-haitianista contém um triplo preconceito - étnico, racial e de classe - que discrimina o haitiano porque é pobre, negro e haitiano, também discriminam dominicanos que são pobres e negros, embora não sejam haitianos. O preconceito anti-haitianista se fortalece com as relações de poder, se reproduz através da educação e de certos aspectos da cultura popular, e sobretudo pela manipulação da problemática pelos partidos políticos e pelos governos.

Os trabalhadores migrantes haitianos na República Dominicana sofrem exploração e discriminação. São confinados nas atividades mais pesadas e de menor remuneração. No século XXI, as condições de vida desses trabalhadores são similares a dos que viviam no início do século passado, quando eram somente “braceros”² ou trabalhadores da cana.

Hoje em dia, os trabalhadores haitianos na República Dominicana não são apenas “braceros”. Fazem parte não somente das mais diversas formas de produção agrícola (como café, cacau e arroz), mas também em atividades urbanas (construção, serviços domésticos, comércio informal). Apesar disso, o Batey - assentamento onde vivem os trabalhadores imigrantes haitianos - com seus enormes problemas de saneamento e alojamento, continuam a ser a resistência principal e uma referência para a população dominicana de ascendência haitiana.

A chegada dessa nova onda de migrantes haitianos coincide com a substituição, na República Dominicana, do modelo econômico baseado na agricultura de exportação pelo modelo baseado no desenvolvimento das zonas francas, do turismo e dos serviços. A incorporação da mão-de-obra dominicana nessas novas atividades leva a uma escassez de mão-de-obra para a agricultura e para certas atividades urbanas como os setores mais pesados e de menor remuneração da indústria da construção. Tais atividades são reservadas aos trabalhadores migrantes haitianos. Esses trabalhadores recebem salários muito mais baixos que os pagos aos trabalhadores dominicanos; 92% deles não têm documentos e são sujeitos a todo tipo de abuso por parte dos empregadores e do Estado dominicano.

A presença desse crescente número de migrantes haitianos na República Dominicana se explica pela situação de pobreza que prevalece no Haiti. A crise política e a decadência da economia haitiana são fatores que geram esse fenômeno de migração. Por outro lado, a migração corresponde à necessidade de muitos setores da economia dominicana de uma mão-de-obra de baixo custo e preparada para fazer tarefas que os trabalhadores locais não aceitam porque são mal remuneradas e requerem que vivam em más condições.

A utilização da mão-de-obra negra haitiana na República Dominicana está acompanhada de racismo e xenofobia que contribuem a apresentar essa população como seres cultural e racialmente inferiores, em comparação com os demais trabalhadores dominicanos. A ideologia racista fortalece a exploração dos trabalhadores migrantes no sentido de que, quanto mais são excluídos e maltratados, mais são obrigados a aceitar salários baixos. Ademais, a divisão cultural do trabalho (os piores para os haitianos e o resto para os nacionais dominicanos) e a ideologia racista que a sustenta correspondem perfeitamente aos interesses dos empregadores, porque dividem a classe trabalhadora e não permite sua organização sobre uma base de solidariedade de classe.

Atualmente, a composição da migração da mão-de-obra haitiana para a República Dominicana inclui, de maneira crescente, mulheres e jovens. As mulheres constituem uma grande parte dessa nova onda de migração, com uma maior independência em relação aos homens. Isso favorece sua integração a uma variedade mais ampla de atividades socioeconômicas. Elas são parte direta da economia informal, particularmente do comércio. Encontram-se principalmente nas zonas ao redor dos mercados das grandes cidades da República Dominicana, enquanto as mulheres haitianas que migraram no século passado permanecem nas áreas agrícolas e no setor informal.

20

As mulheres dominicanas de ascendência haitiana sofrem uma quádrupla discriminação: são pobres, são mulheres, são negras e são de origem haitiana. A relação entre etnia, pobreza, raça e gênero é muito clara na problemática que enfrenta esse grupo social. As condições de vida da mulher dominicana são relativamente melhores que as de suas irmãs de origem haitiana. A dominicana de origem haitiana e a trabalhadora migrante haitiana estão situadas em uma posição de desvantagem em comparação com a dominicana devido ao acesso limitado à educação, à ausência de documentação legal, ao racismo e ao anti-haitianismo.

Em geral, a mulher dominicana alcançou significativos avanços, no entanto, sua irmã de origem haitiana não pôde se beneficiar dessas conquistas. Enquanto a dominicana está lutando por sua participação no poder político e nos centros de decisão, a haitiana migrante ou a dominicana de origem haitiana está lutando por seu direito a uma identidade e a uma nacionalidade, pelo seu reconhecimento como ser humano. Além disso, muitas mulheres haitianas migrantes para a República Dominicana entraram no país sob o auspício de um homem, ficando assim invisíveis e consideradas como incapazes de estabelecer contratos de trabalho ou de conseguir documentação oficial, o que as deixa à margem da sociedade.

A exclusão da mulher haitiana migrante e da dominicana de origem haitiana no setor dos serviços públicos foi quase legalizada por uma lei proposta em 1999 ao Congresso dominicano que propunha penalidades para todo médico que aceitasse fornecer atenção médica a uma haitiana ou dominico-haitiana na gravidez, se ela não tivesse documentos legais. Durante os últimos anos, haitianas migrantes e dominicanas de origem haitiana que tinham seus bebês nos hospitais não podiam conseguir certificados de nascimento para seus filhos. Esses são condenados a ser não-documentados em seu país de nascimento, em contradição com a lei dominicana.

Um dos grandes avanços das mulheres dominicanas é seu crescente acesso à educação. Em 1996, enquanto 18% das dominicanas não tinham acesso à educação, a porcentagem relativa às mulheres negras habitantes dos bateyes era de 24,7%. No âmbito nacional, o número de mulheres não escolarizadas é menor que o dos homens, mas nos bateyes, onde vivem as dominico-haitianas e as haitianas migrantes, é o contrário.

No setor do trabalho, dados recentes mostram um incremento na participação da mulher dominicana nos setores profissionais (50% em 1990), e na administração em funções executivas. Enquanto isso, 80% da população feminina negra ativa nos bateyes encontram-se no setor informal ou nos serviços domésticos (44,85% são trabalhadoras domésticas, 23% estão no comércio, 5% são vendedoras ambulantes). A mulher negra, pobre e de origem haitiana não pôde se integrar aos setores da economia formal dominicana. Por outro lado, a divisão sexual do trabalho contribuiu para a feminização de áreas específicas do trabalho, onde o salário é mais baixo. No caso dos bateyes, a maioria das mulheres ganha menos que os homens.

Apesar de um desenvolvimento econômico significativo nos últimos anos, com uma taxa de crescimento econômico de 6 a 7% em 2000, a República Dominicana não avançou na redução da desigualdade. A cada dia, a distância entre pobres e ricos aumenta. Isso é mais relevante no caso dos/as haitianos/as e dominicanos/as de ascendência haitiana, porque são discriminados/as por serem pobres, negros/as e de ascendência haitiana.

O presidente da República Dominicana, H. Mejía, disse: "Se tivéssemos que nos perguntar qual é o caso que representa melhor a pobreza extrema no nosso país, penso que teríamos que mencionar as condições de vida nos bateyes...". Mas, principalmente, falta dizer as razões que sustentam isso, que são: a discriminação de raça, de classe, de gênero e a xenofobia anti-haitianista que mantiveram os governos, os políticos e uma grande parte da sociedade dominicana diferenciada.

Desde 2001, a ActionAid Haiti/República Dominicana estabeleceu uma parceria de cooperação com o movimento de mulheres dominico-haitianas para o desenvolvimento e implementação de um programa de advocacy e de influência em políticas públicas sobre quatro temas: o direito a uma identidade e a uma nacionalidade; o direito a uma educação de qualidade; o racismo, a xenofobia e a exclusão social; e a desigualdade de gênero. Esses temas são desenvolvidos em campanha nacional e ações de advocacy em nível internacional. Esperamos com esses programas dar um novo enfoque à problemática e chamar a atenção pública sobre essas várias dimensões da exclusão social e enfrentar as causas estruturais da pobreza em que vive esse grupo social na República Dominicana.

NOTAS

- 1 Despradel, Lil. "República Dominicana: las etapas del antihaitianismo" in Revista Ahora! N°s 496-8, 1973.
2 "Bracero" é o termo empregado na América Central e Caribe para se referir ao trabalhador diarista não especializado, que emigra, às vezes temporariamente, a outro país. (Dicionário da Real Academia Espanhol).

BASES PARA UMA ESTRATÉGIA ALTERNATIVA DE RECUPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E DO PLENO EMPREGO



FERNANDO J. CARDIM DE CARVALHO

*Professor Titular do Instituto de Economia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro e consultor
do Ibase*

A definição de uma estratégia progressista de desenvolvimento econômico se inicia pela clareza com que se defina as características e os objetivos do próprio processo de desenvolvimento. Todo processo de política econômica implica na alocação de ganhos e perdas entre grupos sociais e a preparação de um balanço preciso de custos e benefícios deste processo para cada grupo é um requisito essencial para que medidas específicas possam ser discutidas e selecionadas. A retórica do governo Lula obscurece este fato simples ao repetir ad nauseam o argumento de que “se existissem alternativas, nós já teríamos aplicado”. Este argumento pressupõe que exista uma identidade entre a equipe de governo e seus críticos a respeito dos fins relevantes que se busca atingir. Para além da retórica político-eleitoral, não há dúvidas de que o pleno emprego tem baixa prioridade na estratégia adotada, que o fortalecimento do setor produtivo está subordinado à conquista da “credibilidade” junto a aplicadores financeiros, e que a superação efetiva da vulnerabilidade externa da economia brasileira, se obtida, será um resultado passivo de políticas de conquista da confiança de agentes financeiros.

Deste modo, o ponto de partida, que vamos considerar como ponto 1, de uma formulação de alternativas estratégicas para o processo de desenvolvimento é a clara explicitação de fins que oporia visões progressistas ao caminho escolhido pelos governos F.H. Cardoso e Lula. Qualquer visão alternativa deve priorizar a conquista do pleno emprego, a adoção de políticas efetivas de redistribuição de renda e riqueza, especialmente pela via fiscal, e o fortalecimento da economia nacional frente a choques externos.

2 A tradução de fins em meios deve se apoiar, antes de tudo, no combate a demonização do Estado, característico do período Cardoso e que se repete no governo Lula. É necessário que se esclareça a ambigüidade de discursos, que em si também repete a experiência recente, entre presidentes que fazem discursos progressistas, especialmente no exterior, e equipes de governo que os desmentem na prática. A noção de um estado ineficaz, corrupto e inerentemente totalitário, importada das revoluções culturais dos anos 70 e 80, com Thatcher e Reagan, deve ser reexaminada e criticada. O potencial e os limites da ação estatal devem ser reavaliados racionalmente evitando tanto o otimismo exagerado dos anos 50 e 60, quanto a demonização que se seguiu. O Estado deve ter papel importante como coordenador de iniciativas, como elemento de sustentação de demanda, como planejador. Ao mesmo tempo, deve-se ter em claro que o Estado deve servir à sociedade, não pode se confundindo com interesses corporativos estreitos e com práticas administrativas obsoletas.

3. Finalmente, é importante ter-se em mente que a reorientação da estratégia de desenvolvimento, se por um lado implica reconfiguração de custos e benefícios entre os diversos grupos sociais, e, assim, necessariamente envolve conflitos e fricções, por outro lado não deve gerar choques inúteis, e menos ainda ameaçar as bases da convivência democrática. Assim, ao contrário do que a retórica do governo afirma, alternativas progressistas não exigem rupturas com a ordem de mercado, hostilização de grupos sociais, rompimentos de contratos, perseguição política, etc. Por outro lado, trata-se, obviamente, de buscar uma redistribuição de poder político, refletindo, desta forma, o que os eleitores pensavam estar obtendo nas urnas em 2002, e que lhes foi subtraído até o momento.

4. Um passo prévio essencial à redistribuição do poder de iniciativa política é fechar os canais pelos quais grupos de agentes financeiros adquiriram o poder de veto sobre decisões de governo. A liberalização da conta de capitais nos anos 90 permitiu a um segmento da sociedade brasileira, os detentores de riqueza em forma líquida, alcançar um poder político superior ao de todo o resto da sociedade, já que políticas que os desagradem, ou não os privilegiem diretamente, são vetadas através de fugas de capital e crises cambiais, como a de 2002, que forçou a rendição do governo Lula antes mesmo que o candidato vencesse a eleição. Mercados financeiros domésticos organizados, transparentes e competitivos são essenciais para a retomada do investimento e do desenvolvimento econômico. A integração ao mercado financeiro internacional perseguida nos anos 90 e defendida pelo governo Lula é fonte de benefícios duvidosos por um lado, mas de problemas bem definidos, por outro. Examinando-se a trajetória da economia brasileira depois do plano real, salta à vista o número de episódios em que a economia parecia retomar algum fôlego apenas para ver abortado o crescimento em função de alguma crise cambial. Uma alta probabilidade permanece de que também este período de alguma recuperação da economia iniciada em fins de 2003 acabe por ser abortado pelas mesmas razões, já que o governo Lula nada fez para reduzir a vulnerabilidade externa senão tentar mostrar-se um aluno bem comportado, como o fez inutilmente tantas vezes no governo Cardoso. Os agentes do setor produtivo sabem disso, e, por isso mesmo, mantém o nível de investimentos da economia baixo e a taxa de crescimento da economia projetada para 2004 em níveis medíocres, e para 2005 ainda piores, mesmo que se mantenha o setor externo se comportando de maneira favorável, o que está longe de ser garantido.

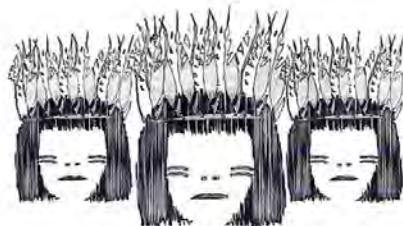
5. Controles de capitais devem buscar evitar a entrada de capitais estrangeiros de natureza especulativa, voltado para ganhos de curto prazo, à fuga de capitais de brasileiros, e o excessivo endividamento externo das empresas nacionais, na maior parte das vezes causadas pelas altas taxas de juros domésticas. A eliminação da possibilidade de pequenos segmentos da sociedade brasileira vetarem políticas desejadas pela maioria abrirá espaços para que, finalmente, o governo possa realmente buscar estar à altura das expectativas criadas junto aos eleitores.

6. Controles de capitais permitiriam uma redução mais agressiva das taxas de juros, ao invés do lento processo patrocinado pelo governo Lula até o início de 2004, sem temores de que fugas de capitais forçassem um recuo. A redução da taxa de juros controlada pelo Banco Central deveria servir, antes de qualquer coisa, para a redução da meta de superávit primário (que o governo Lula, ansioso por impressionar instituições como o FMI, fixou em patamares superiores aos exigidos pela instituição!). Esta redução é essencial para que o governo possa cumprir suas funções, mesmo as rotineiras, que hoje são estranguladas, como se viu recentemente na discussão do orçamento federal no que diz respeito aos gastos com saúde: A infra-estrutura da economia brasileira, em transportes, energia, etc, encontra-se em estado precário e caberá ao governo, de alguma forma, assumir a responsabilidade, mesmo que parcial, pelo investimento nestes setores. A fixação de metas para o superávit primário compatíveis com a recuperação da iniciativa do Estado é crucial para a formulação de alternativas de desenvolvimento. Vale lembrar que metas de equilíbrio fiscal, quando perseguidas em uma economia em crescimento, são cumpridas com muito menor sacrifício do que em economias estagnadas, como a brasileira. O governo Lula parece adotar uma posição inspirada pelos burocratas do Tesouro inglês responsáveis pelo agravamento da grande depressão dos anos 30 naquele país. Desde pelo menos a publicação da obra de John Maynard Keynes, há 70 anos atrás, que se sabe disso. Infelizmente, a inépcia e falta de coragem política do governo federal se traduziu em novas altas de juros e novo aumento da meta de superávit primário em 2004, e ameaças de degradação ainda maior em 2005.

7. Fosse conquistado este espaço, ao invés de optar pelo recuo e pela intensificação das reformas de cunho conservador, como fez o governo Lula, a política macroeconômica de curto prazo deveria ser reorientada rapidamente para a promoção do emprego, inclusive nas obras públicas de recuperação da infra-estrutura produtiva, e na promoção de exportações, que permitissem ao país pagar pelas importações necessárias ao crescimento da economia sem endividamento externo. A política de longo prazo, por sua vez, deve passar pela reforma do sistema financeiro doméstico voltada para a ampliação do crédito ao sistema produtivo, pela redução do custo do capital financeiro e pela ampliação do acesso da população de baixa renda e de pequenas e médias empresas a serviços financeiros. Medidas de controle do poder de monopólio do setor bancário sobre o crédito são necessárias, mas o mais importante é a diversificação de canais de financiamento para que se contemple as diferentes necessidades de cada segmento produtivo e que não dependam da disposição do setor bancário, hoje tão satisfeito em limitar-se a comprar títulos da dívida pública, recendo juros altíssimos sem correr qualquer risco. A experiência de outros países é rica em exemplos que podem ser, devidamente adaptados, aplicados ao Brasil.

8. Do ponto de vista econômico, a promoção do pleno emprego é condição essencial para a redefinição de um padrão socialmente aceitável de desenvolvimento. Naturalmente, medidas adicionais de política social são necessárias, mas políticas sociais serão sempre frustradas se aceitarmos níveis de desemprego como os verificados na economia brasileira. Por outro lado, é também essencial que a política de emprego seja definida como um elemento de uma estratégia de redistribuição de renda e riqueza mais ampla. Gastos públicos melhor dirigidos, estruturas de impostos progressivas, medidas de estímulo à oferta de crédito a pequenas e médias empresas (que não se confundem com o micro-crédito), são elementos adicionais de uma alternativa progressista. Todos esses elementos são ignorados pelo governo Lula, tanto quanto o foram pelo governo FHC.

MULHERES INDÍGENAS NA LUTA PELA EQUIDADE DE GÊNERO



GRACILIANA WAKANÁ

*Lider do povo indígena Xucuru-
Kariri, do nordeste do Brasil.*

Nessa exposição vou colocar alguns pontos que considero importantes em relação ao meu povo indígena e em especial às mulheres indígenas. Gostaria de iniciar com a questão do colonialismo e da organização dos povos indígenas. Há décadas que os povos indígenas começaram a despertar sobre o colonialismo, que sempre nos impregnou. A partir daí começamos a lutar com nossas próprias organizações, buscando alianças com a sociedade civil, nos fortalecendo contra o sistema neoliberal dos governos.

O governo ainda não tem políticas e programas específicos válidos para os povos indígenas do Brasil. Existe a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), mas ela não respeita o modo de vida e nem vê os/as índios/as como sujeitos de direitos.

O empobrecimento dos povos indígenas, não só no Brasil mas nas Américas, é muito grande, porque existe um problema bem concreto que é a falta do reconhecimento, a falta de homologação e de demarcação das terras indígenas. E isso é um caso muito sério para a população indígena.

Com todo esse processo as que mais sofrem são as mulheres índias. Porque elas são as preservadoras de toda a cultura indígena, do bem estar das aldeias, tanto cultural como material. Elas gerenciam até o poder econômico nas aldeias, todas são agricultoras, plantam para a subsistência e também para a venda da agricultura e dos artesanatos. Vendem e entregam o dinheiro aos homens para que eles administrem como queiram, muitas vezes gastam inclusive com bebidas alcoólicas e tornam-se violentos. A bebida alcoólica não combina com os indígenas e as mulheres sofrem violência por culpa disso. Isso é um caso muito sério dentro da população indígena, onde nós temos tanto o empobrecimento cultural como também a violência, que gera um desequilíbrio muito grande dentro das nossas culturas.

Queria abordar também a questão da transformação cultural que existe dentro dos povos indígenas. As culturas caminham sempre, e continuamente a cultura indígena vem se transformando. Em muitos aspectos é muito ruim para nós. As roupas, por exemplo, que nós usamos; isto não é do meu povo, é de outro povo que implantou dentro da cultura indígena. Também está a mudança na linguagem, no uso das tecnologias. Isso atinge não só as mulheres mas em especial os homens.

Existe um aspecto muito importante que é a questão do espaço e da equidade de gênero, que não é respeitada dentro do povo indígena. A maioria dos homens é quem detém o poder, o exercício da liderança dentro das comunidades. Quando as mulheres ocupam esses espaços elas não são respeitadas. Isso é um aspecto muito forte. No momento em que as mulheres começam a se organizar, inclusive, a submissão

dentro das aldeias é muito grande. A mulher não é bem vista como organizada, como líder de direito e de fato junto com o homem. Eles começam a usar o argumento que isto não é da cultura indígena e que as mulheres indígenas começam a se despertar enquanto organização de mulheres. Não há lugar para as mulheres índias no poder nem mesmo nas organizações indígenas, isso é empobrecimento e causa a pobreza também.

Isso é uma dificuldade muito grande para as organizações de mulheres. As organizações indígenas estão integrando gênero por um sentido mercantilista e não para a autonomia e mais poder para as mulheres índias. As organizações de mulheres que existem estão começando a ser usadas dentro do próprio movimento indígena, que coloca a questão de gênero dentro das suas organizações, mas não dando o espaço e o “empoderamento” que a mulher índia necessita e que se faz necessário dentro das organizações enquanto se constrói uma cidadania melhor. E nós estamos muito preocupadas com isso. Porque sentimos que continua, infelizmente, dentro do mundo a questão de usar a mulher como objeto ou até usufruir da sua sabedoria e da sua forma de ser.

Conseqüentemente, uma outra dificuldade para o avanço das próprias organizações de mulheres são as condições de infra-estrutura para o acesso. Não se tem possibilidade de crescer sem os materiais e equipamentos necessários para a informação e condições estruturais básicas.

Existe um desrespeito com os movimentos de mulheres tanto por parte dos próprios movimentos indígenas e até por outras organizações não indígenas.

O governo, a cooperação internacional, a sociedade organizada devem reconhecer as organizações de mulheres índias e estabelecer relações diretas com essas organizações. Enviar diretamente a nós as informações e também os financiamentos. Devem priorizar as organizações de mulheres onde existam, porque nem sempre há organizações de mulheres índias. A partir daí se estará fortalecendo as lideranças de mulheres indígenas e começando a dar, realmente, a visibilidade e a possibilidade de constituição de uma cidadania melhor e plena. Porque as mulheres indígenas trabalham em prol não só das mulheres mas de todo um povo que é dela e que precisa ser mantido.

Para sair da pobreza se deve investir mais na qualificação das mulheres índias para a liderança. A qualificação deve ser completa, formal (de nível médio) como também na área de revitalização e valorização da cultura, no sentido de aproveitar as potencialidade que existem nos povos indígenas para o desenvolvimento sustentável. Refiro-me à medicina tradicional, aos artesanatos, etc.

Uma outra questão que considero muito importante é o fortalecimento de alianças entre movimentos, seja qual for a raça, classe, povo ou credo. É necessário. No Brasil, recentemente fizemos a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, onde mulheres negras e mulheres índias firmaram uma aliança de parentesco (ver em anexo). Firmamos essa aliança porque entendemos que as mulheres índias e as mulheres negras sempre estiveram excluídas das sociedades em termos de políticas públicas específicas, de programas voltados para dar uma condição de vida melhor, uma cidadania plena e um reconhecimento nosso enquanto povo, porque nós somos povos de várias nações e de várias línguas. A aliança é de cooperação mútua. A aliança de mulheres índias com as negras é estratégica para trabalharmos e lutarmos pelo direito a uma equidade de gênero e por uma cidadania igualitária. As índias nunca deixam de lutar para o bem de seus povos; a autonomia é sempre pensando em toda a comunidade. Naquele momento, sentimos a necessidade de estarmos fortalecidas e este exemplo eu gostaria de trazer aqui nesse Fórum Social das Américas, para que não só mulheres negras e mulheres índias do Brasil, mas mulheres de todas as nações e de todos os países continuem nessa aliança se fortalecendo. E chamo atenção ainda para as mulheres índias, porque estão precisando muito desse fortalecimento e dessa aliança. Não é fácil essa luta onde é necessário estarmos sempre preservando a nossa cultura para ser respeitadas, enquanto povo, enquanto índia. É muito difícil levar e debater essa questão de equidade de gênero entre homens e mulheres.

32

Eu tenho um depoimento muito pessoal. Sou filha de cacique e para poder ser respeitada enquanto mulher, enquanto liderança jovem – comecei no movimento quando tinha quatorze anos de idade – tive que romper essa barreira. Como meu pai era o cacique, tive que sair da minha aldeia, morar em outro habitat, que não era meu, para ser respeitada como liderança e como mulher. Isso foi muito forte para mim. Hoje, retornei para o meu habitat, sou muito respeitada enquanto liderança feminista e enquanto liderança mulher.

Esse é um sonho meu: que todas as mulheres indígenas, que são lideranças, que estão à frente de organizações, sejam elas do próprio movimento indígena ou específicas de mulheres, que também tenham essa mesma coragem. Isso é muito difícil, principalmente, dentro de um povo que queremos sempre preservar a nossa cultura. Mas nós sempre preservamos nossa cultura. O mais importante é que todas as culturas estão se transformando e as mulheres índias também estão se transformando. Os homens índios se transformaram primeiro. O que nós queremos é equidade de gênero, equidade de espaço, de construção e de cidadania melhor.

Aqui neste Fórum Social das Américas quero deixar a seguinte mensagem da mulher indígena do povo Xukuru-Kariri, do estado de Alagoas, no Brasil:

“Os quinhentos e quatro anos de colonialismo nunca e jamais apagarão a espiritualidade dos povos indígenas de toda a América, pois somos nós as mulheres que sempre estivemos juntas com os nossos povos na preservação e na garantia das nossas culturas”.

Era isso que eu gostaria de estar deixando para vocês e me colocando à disposição de estar colaborando e aprendendo com vocês também.

PREVIDÊNCIA: UMA (RE)FORMA DE EXCLUSÃO



GUACIRA CÉSAR DE OLIVEIRA

Socióloga, diretora colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras.

O holofote econômico que iluminou o debate sobre a reforma previdenciária ofuscou a enorme exclusão social: existem 40 milhões de pessoas que estão sem nenhuma cobertura da Previdência. Se incluirmos seus dependentes, estaremos falando de um contingente de 101 milhões de brasileiros e brasileiras que o debate da reforma previdenciária nem sequer vislumbrou.

O objetivo fundamental da proposta que foi debatida e aprovada pelo Congresso Nacional - apresentada pelo Executivo Federal em acordo com os governos estaduais - era a estabilização e o crescimento econômico, a serem alcançados à custa de servidores (as) públicos (as) e com a implantação de previdência complementar.

Lamentavelmente, o processo da Reforma Previdenciária não apontou, assim como os demais debates sobre as outras reformas de Estado que estão em curso, à construção de um novo Estado, suficientemente vigoroso para exercer seu papel de regulador das relações sociais, enfrentando a injustiça social e as desigualdades produzidas pelo mercado.

O levantamento que foi realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) dá uma idéia nítida da estreiteza do debate. Das 457 emendas que foram apresentadas pelos deputados/as à proposta de emenda constitucional da reforma previdenciária (PEC 40), 90% tratavam exclusivamente do serviço público. Pouco mais de 20 emendas se preocupavam com promover a inclusão de novos segmentos sociais ao sistema. E, mesmo entre essas, havia algumas bem questionáveis, propondo criar um novo regime de previdência social, de segunda categoria, para a população pobre.

A reforma, segundo o governo, iria afetar apenas 6% da população: os (as) servidores (as) públicos (as). Aos outros 94%, o governo recomendou que ficassem tranquilos, porque seus direitos não estavam sendo atingidos. Sustentado pela maioria de votos que os acordos partidários lhe conferiram em relação à reforma e pressionado mais fortemente pela expressiva mobilização política do serviço público e pelo Poder Judiciário, o governo não permitiu a ampliação do debate.

Os movimentos de mulheres, de afrodescendentes e outros movimentos populares, que entraram na discussão para ampliar a agenda, não encontraram acolhimento às suas demandas por parte do governo. No transcorrer do processo, a resposta governamental às reivindicações apresentadas por esses segmentos evoluiu para um pedido de espera. O deputado José Pimentel (PT-CE), então relator da PEC-40, e o ministro Berzoini (à época na Previdência) falavam de uma segunda fase da reforma, de caráter não-constitucional, que trataria da inclusão social.

A insistente demanda dos movimentos de mulheres, por medidas capazes de enfrentar a exclusão da maioria absoluta das trabalhadoras do sistema previdenciário, resultou no compromisso público do ministro com a criação de um grupo de trabalho interministerial - composto de representantes dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e das Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial.

Posteriormente, a inclusão no sistema previdenciário também adquiriu maior relevância na agenda definida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). A resposta de Berzoini às demandas da CUT foi a criação de uma outra comissão, que desta vez envolveria também o Legislativo. É, agora, como sempre foi: quando um assunto ganha em relevância, mas não se pensou nele, nem há nada planejado, cria-se uma comissão - ou duas, ou três -, e ganha-se tempo para mais adiante se decidir o que fazer.

A força política dos argumentos e a mobilização dos movimentos mulheres em favor da inclusão ganharam maior expressão e conseguiram até criar impasses reais à aprovação da proposta governamental, que durante certo tempo ficou condicionada à apresentação e aprovação de uma outra Proposta de Emenda Constitucional, para tratar especificamente da questão da inclusão, a chamada PEC paralela. Mas no final das contas, a proposta do governo foi aprovada e a outra PEC segue tramitando, paralela ao nada, em ritmo normal, ou seja, lento, quase parando em meio às mais de 10 mil proposições que o Congresso Nacional está apreciando. Somam-se a ela, outras proposições de iniciativa individual de vários/as parlamentares com vistas à inclusão previdenciária, que emergiram a partir da polêmica instalada pelos movimentos de mulheres.

O problema é que, depois da aprovação da PEC 40, a reforma de caráter neoliberal da Previdência avançou consideravelmente. Os recursos nela investidos, em vez de serem direcionados à superação do abismo que separa 58% da população economicamente ativa dos seus direitos de cidadania, estão sendo escoados para priorizar "um Brasil mais competitivo", conforme propõe o Banco Mundial. O Plano Plurianual 2004-2007, que orienta a ação estratégica do governo, situou a reforma da Previdência, juntamente com a trabalhista na dimensão econômica, e não na social do desenvolvimento, como era de se esperar. É a lógica do ajuste estrutural se impondo sobre o princípio do direito.

A Previdência é a principal política social do país. A decisão que orienta a reforma para fazer política fiscal, e não social, nos distancia, ainda mais, do Estado de Bem-Estar jamais construído, base absolutamente indispensável para combater as desigualdades de toda ordem.

A criação da previdência complementar e o fortalecimento dos fundos de pensão são parte importante da proposta governista de reforma. Para o governo, esses fundos de pensão cumpririam o papel de criar poupança interna, dinamizando a economia, promovendo o crescimento da atividade produtiva e o conseqüente aumento do emprego. Maria Lúcia Werneck, economista estudiosa do assunto, é taxativa: os ganhadores serão de fato os bancos e seguradoras que administram fundos previdenciários e o mercado financeiro, que se abastecerá com os recursos provenientes da nova poupança. O vencedor, ao fim e ao cabo, é o FMI, cuja estratégia passa a ser adotada.

Os (as) defensores (as) da proposta do governo para a reforma previdenciária insistiram em colocar no centro do debate o financiamento da Previdência. Já não se falava em seguridade social. Tratava-se do falso déficit da Previdência, e não se discutia o superávit do orçamento da seguridade social. Queriam convencer a opinião pública sobre a possibilidade de se manter a Previdência Social exclusivamente com recursos advindos das contribuições oriundas da folha de salários, o que, na crise nacional e internacional do emprego, é seguramente impossível. Como se fosse razoável desconsiderar a crise estrutural do mercado de trabalho, provocada pelo rompimento da articulação que existia entre produção socialmente necessária e a satisfação das necessidades de reprodução humana. Entretanto, conforme afirma a socióloga feminista Norma Sanches¹.

O fato de que o mercado não possa garantir o exercício de direitos não deveria significar que estes direitos não existam, mas que são necessários outros mecanismos para resguardar a vida e a cidadania. Isto significa desvincular os direitos humanos fundamentais do padrão de emprego tradicional. E, em particular, desvincular o direito à renda do direito ao trabalho.

Os argumentos governistas, contudo, não se guiaram pelo princípio do direito, e enfraqueceram a noção de seguridade social, na mesma proporção que fortaleceram a idéia de seguro, de capacidade individual de poupança para ter acesso aos direitos de seguridade, tornando cada vez mais indissolúvel o vínculo entre contribuição e benefício.

Essa vinculação é nefasta porque mantém e potencializa no sistema de Previdência Social as desigualdades e exclusões geradas pelo mercado de trabalho. O desemprego, como se sabe, avança selecionando e ordenando criteriosamente as suas vítimas. O acesso ao emprego é cada vez mais difícil, e a informalidade cresce em segmentos muito determinados. Veja-se, por exemplo, o caso do Distrito Federal, que, na média, apresentava um dos melhores quadros no país: enquanto 42,6% das mulheres negras estavam em

ocupações precárias, a proporção de homens brancos e amarelos nessa mesma situação caiu a menos da metade (19,6%). Na região metropolitana do Recife, as condições são muito piores: 54,5% das trabalhadoras negras estavam em situação vulnerável no mercado, enquanto o percentual de homens brancos e amarelos foi de 31,5% (Dieese/PED-2002).

A sobreposição das desigualdades de gênero às regionais amplia a magnitude da exclusão. São Paulo e Distrito Federal são as duas unidades da Federação com maior grau de cobertura previdenciária entre as mulheres: 56,0% das trabalhadoras paulistas e 55,9% das brasilienses estão incluídas no sistema. No Maranhão e no Piauí, a situação é a pior do país: apenas 16,9% das trabalhadoras maranhenses e 14% das piauienses estão seguradas pela Previdência (população total ocupada privada). O Dataprev, sistema de dados da Previdência Social, não tem informação desagregada por raça/etnia. Esses dados relativos ao ano de 2002, sobre a cobertura previdenciária na iniciativa privada, nos permitem supor que a capacidade seletiva e de exclusão do sistema seja ainda mais drástica quando a questão é de ordem racial/étnica.

A escravidão abriu um fosso enorme, que separa a população afrodescendente da população branca brasileira. Passados 116 anos da abolição da escravatura, o abismo continua o mesmo, em largura e profundidade. Para as mulheres negras, a articulação entre sexismo e racismo limita de maneira drástica os resultados de quaisquer esforços empreendidos por elas para superar a situação de pobreza e privação em que vive a maioria. O emprego doméstico, que ocupa um número relevante de trabalhadoras afrodescendentes, até no trabalho infantil, além de pagar baixos salários, apresenta um grau de informalidade altíssimo: apenas 27,5% dessas profissionais têm carteira assinada.

A existência de um sistema de seguridade social redistributivo e de uma previdência social fundada no princípio de solidariedade é condição fundamental para que as mulheres possam almejar, na velhice, ter acesso às aposentadorias a que fazem jus. Como se sabe, as tarefas domésticas, alimentação da família, higiene da casa, a educação das crianças e os cuidados com pessoas enfermas e idosas do grupo familiar, via de regra, são tarefas exercidas pelas mulheres. É o trabalho de reprodução social, de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social do país, mas que, para fins de Previdência Social, simplesmente não conta. Quem se dedica exclusivamente a esse tipo de trabalho, se não for pelo vínculo de dependência a pessoa titular de direitos, termina sem proteção social.

Grande parte das mulheres está tanto no trabalho produtivo como no reprodutivo. Essa dupla jornada lhes custa muito caro, porque implica a sua participação no mercado de trabalho em condições absolutamente injustas e desiguais, provocando muitas vezes a interrupção da vida profissional, a opção forçada pela informalidade e até a exclusão definitiva do mercado. Decorrem disso inúmeras restrições para as mulheres terem acesso à aposentadoria por tempo de contribuição ou o total impedimento a qualquer tipo de direito previdenciário.

Os dados do Ministério da Previdência (Dataprev-2002) dão a dimensão dos ônus pagos pelas mulheres por uma presença intermitente no mercado de trabalho: dos segurados da Previdência Social aposentados por tempo de contribuição, 78,4% são homens, e 21,6% são mulheres. No caso da aposentadoria por idade, a situação é inversa: as trabalhadoras representam 62,5% do total, já os seus companheiros do sexo masculino constituem 37,5%.

Algumas vezes, o afastamento da mulher do mercado de trabalho - raras vezes, dos homens - se deve à necessidade de cuidar de pessoas da família portadoras de deficiência, enfermas ou idosas. Trata-se de serviço que deveria estar sendo oferecido pelo sistema de seguridade social. Entretanto, quem o realiza não tem remuneração, e nem sequer o tempo despendido nessa atividade conta como tempo de trabalho para fins de aposentadoria.

O individualismo e os valores machistas do patriarcado, estão a tal ponto arraigado na nossa sociedade que se aceita, como razoável, que as mulheres trabalhem para suprir a falta do serviço público e que o Estado não garanta qualquer tipo de proteção social a elas e muito menos remuneração. Para ter proteção previdenciária, têm de contribuir, e o cuidado dedicado a uma pessoa enferma não é visto como contribuição mas como vocação feminina, que não tem correspondência em direitos previdenciários.

Muitos daqueles e daquelas que passaram a sua vida economicamente ativa no mercado informal de trabalho, na velhice sequer têm direito à aposentadoria. Ninguém recolheu o seu INSS ou FGTS, nem lhe pagou seguro-desemprego. Essa mão-de-obra barata certamente agregou mais lucro ao que produziu do que outra pessoa a quem se garantiram os direitos trabalhistas. Ou, na melhor das hipóteses, barateou o custo de produtos que chegaram a preços mais módicos para o consumo. O direito que se suprimiu de lado mais fraco beneficiou alguém de outro lado.

A Previdência Social, inserida no sistema de seguridade social, não comporta a idéia estreita e excludente do seguro. À contribuição individual têm de ser somados os recursos de impostos, pagos por toda sociedade, para que a Previdência possa exercer plenamente a sua função de política social redistributiva e inclusiva, ao invés de ser simples reprodutora de desigualdades e multiplicadora de exclusões.

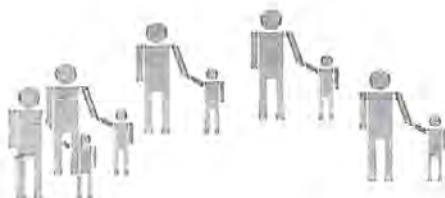
Para sanar a enorme dívida social que o Brasil acumula, é preciso superar o individualismo. Em vez de focar o princípio da equivalência – só recebe quem contribui –, deve-se iluminar o princípio da necessidade e do direito. É preciso afirmar a solidariedade e fazer prevalecer a cidadania para produzir justiça.

* O artigo foi publicado na revista Democracia Viva de jul-ago/2003, número 17, páginas 7 a 10.

NOTA:

1 - Sandoz, Norma. Del fundamentalismo económico al desarrollo con derechos humanos. In Agenda Pós-Neoliberal.
www.baz.br

POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL



JOSÉ ANTONIO MORONI

*Coordenador do Instituto de Estudos
Socioeconômicos (INESC) e da Associação
Brasileira de ONGs (ABONG).*

Nós, que atuamos na área da política pública de assistência social, além dos desafios comuns aos de outras políticas sociais, ainda enfrentamos o grande desafio de romper – às vezes, no nosso próprio campo – com muitos preconceitos em relação à assistência. A assistência ainda é vista como uma política fragmentada, uma política de distribuição de cestas básicas, que se coloca no campo do assistencialismo e, portanto, voltada para atender o “sub-proletariado”, termo ainda utilizado por muitos. Isso acontece porque não conseguimos incorporar realmente o conceito da seguridade social, enquanto formado pelas políticas de saúde, da assistência e da previdência social. Esta é uma conquista da Constituição de 1988 e que originou também o orçamento da seguridade social. A assistência ainda é vista como uma política secundária, dado que está voltada principalmente para a população mais vulnerável, sujeita, por sua vez, a um outro tipo de preconceito que é o de que “para pobre qualquer coisa serve”. Assim, lutamos pela afirmação da assistência como uma política pública e, ao mesmo tempo, para romper com práticas assistencialistas e discriminatórias. Se virmos da perspectiva da responsabilidade do Estado ou do projeto (projeto de estado/projeto de sociedade), a área da assistência sempre foi, e ainda é até hoje, uma área onde todos se vêem no direito de opinar e interferir. Isso fica evidente, por exemplo, nos momentos quando se compõem os governos, em que a pasta da assistência é sempre rifada ou entregue à primeira dama.

46

A partir dessa visão mais geral, podemos indicar alguns elementos para a avaliação do governo Lula nesta área. Não tenho dúvida em afirmar que está ocorrendo um retrocesso na área de assistência. O desenho institucional até a primeira reforma ministerial (janeiro 2004) rompia com o princípio, que é constitucional mas ainda não completamente implantado, do comando único na área de assistência social. Depois da reforma, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e do Programa de Combate à Fome, o governo Lula tentou centralizar as ações, entretanto, não na perspectiva de criar esse comando único. O desenho que está hoje na assistência não tem como funcionar, pois fragmenta todas as ações. Trata-se de um desenho institucional emblemático do conceito de política social que o atual governo está trabalhando.

Uma avaliação bem geral do governo Lula poderia ser feita em quatro eixos: política externa, política econômica (modelo de desenvolvimento), cultura política e políticas sociais. Na política externa, considero que é onde há menos frustrações, apesar de estar toda calcada na disputa por mercados; mas o governo Lula teve uma posição claramente contrária à guerra do Iraque, está tentando construir um outro pólo de poder nas disputas comerciais (um pólo mais autônomo em relação aos Estados Unidos e à União Européia), mas ao mesmo tempo abandonou totalmente a agenda internacional dos Direitos Humanos.

Na política econômica, até entenderia os passos iniciais que foram dados, no entanto, o que deveria ser transição acabou tornando-se permanente e hoje temos uma política econômica totalmente de acordo com o receituário dos agentes financeiros internacionais e nacionais. Isso sem mencionar a concepção de desenvolvimento de desmedida amplitude, onde cabem violações à legislação ambiental, destruição da natureza etc.

Na política social e na cultura política, é inadmissível o que está sendo feito ou não feito; não depende de recursos, mas unicamente de uma concepção e de uma prática política. O governo federal tem incorporado uma concepção de política social baseada na compensação. Essa política se manifesta em programas de transferência de renda – as chamadas ‘bolsas’ –, que se encontram completamente desarticulados das políticas universais; modelo adotado pelos organismos internacionais como o Banco Mundial, o FMI e muitos órgãos do sistema ONU. O grande problema desse modelo é que retira todo o caráter da universalização de direitos, uma conquista dura dos movimentos e da sociedade civil que culminou com a Constituição de 1988. Ao ficar de fora o caráter da universalização dos direitos, se mercantilizam as políticas sociais. A concepção de ‘compensação’ trabalha com a idéia de que a principal função do Estado é garantir que o mercado funcione e, uma vez funcionando, se resolvem todas as questões sociais e do indivíduo.

Em outras palavras, parte-se da base de que o Estado deve garantir que a iniciativa privada funcione (que tenha lucro) e que as pessoas que não conseguem estar incluídas no processo produtivo (nesta concepção, por razões de sorte ou pessoal e nunca por problemas da estrutura social), o Estado garante a sobrevivência através de bolsas que, por sua vez, são monetárias para poder alimentar o lucro. Por esse motivo estes programas nos remetem à discussão das condicionalidades. Para se ter acesso aos programas, é necessário cumprir determinados critérios, o que significa sair da agenda do direito e passar para a agenda das obrigações. Por exemplo, o critério de a criança estar na escola deixa de ser um direito e passa a ser uma condicionalidade para se ter acesso ao benefício. Desta perspectiva, freqüentar a escola passa a ser uma responsabilidade do indivíduo e não uma obrigação do Estado em oferecer educação de qualidade. Assim, passam a ser questões importantes o tempo de permanência no programa, quem entra e quem não entra, a faixa etária, as regiões incluídas, isso é, a focalização.

De fato, a lógica é o indivíduo criar condições para ir ao mercado resolver as suas questões de sobrevivência e caso não consiga isso, o Estado ajuda (com bolsas) para que possa alcançar minimamente essas condições. Entra, portanto, toda a questão da privatização da saúde, educação etc., que passam a ser consideradas

mercadorias. Essa é a lógica das políticas compensatórias, e este é o desenho que está sendo implementado. Deriva-se desta lógica o debate sobre a desvinculação das receitas para a área social (saúde e educação). O SUS (Sistema Único de Saúde) deixa de ser para todos e passa a se destinar somente para os pobres.

Portanto, a saúde deixa de ser um direito universal e passa a ser uma mercadoria entregue aos planos de saúde e interesses privados. Esta é a focalização. Quando fazemos a crítica da focalização não estamos dizendo que não devam existir critérios e prioridades. Não se pode confundir prioridades com focalização; quem faz essa confusão está agindo de má fé, porque uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Além da questão da política econômica, da política internacional, das políticas sociais, que mapeei rapidamente pelas restrições de tempo, está a da cultura política. O governo Lula tinha todas as condições de construir uma nova cultura política no país, e considero que essa poderia ser a grande contribuição que seu governo daria, mas o que vemos não é isso. Existe, inclusive, uma ressurreição de velhas práticas que achávamos que estavam em decadência na vida política brasileira, como a relação do governo com as oligarquias, o tipo de relação com o Congresso etc. Sem mencionar a quase apropriação privada do Estado; é a lógica do uso privado do Estado e não da re-pública, isso é, de um Estado republicano.

Nessa perspectiva o controle social é quase nulo; além do mais, há uma grande confusão sobre os papéis da sociedade civil e do Estado. Como o governo Lula incorporou vários quadros que eram dos movimentos, ONGs etc., deixa a impressão que pode prescindir da interlocução com a sociedade civil organizada, pois eles são a sociedade civil e sabem o que queremos. Ainda existe a velha concepção da relação partido-sindicatos-movimentos, aquela velha cartilha da esquerda, onde o estratégico é o movimento sindical e o partido, e o resto – nós – é tudo tático. É isso que nós estamos assistindo.

O governo não consegue ter uma interlocução com a chamada sociedade civil porque procura para dialogar uma 'central'. Não entende que nos organizamos de forma mais horizontal, sem tantas hierarquias, pois rompemos com a dicotomia vanguarda e base. O governo nos vê como algo confuso, difuso, disforme; sem comando nem direção. Sempre digo: "que bom que somos isso tudo, é justamente nisso que reside a nossa força política". Uma das razões que leva a essa perspectiva é o ponto de vista com que se olha a sociedade. Ainda se vê a sociedade somente a partir da relação capital-trabalho. Não conseguem ver nada além desta relação. Não conseguem ver as chamadas lutas específicas – que não são específicas, mas de toda a sociedade – como a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdades.

É neste contexto que entra a estratégia principal do governo Lula, eleita como indicador de sucesso do governo, que é a questão do crescimento (nem sequer falam de desenvolvimento, apenas de crescimento). Por essa razão que o anunciado espaço para a construção do novo contrato social é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, onde a grande maioria são os empresários (50% do Conselho), seguidos dos trabalhadores (25%) e sociedade civil (25%, aqui incluídos os intelectuais, personalidades etc.).

Este é o momento histórico que nós estamos vivendo. Do meu ponto de vista, o governo Lula perdeu o tempo político das transformações. O conservadorismo absorveu logo o governo, ou melhor, deu-se aos conservadores um espaço central no governo. O governo Lula é extremamente conservador em todos os aspectos.

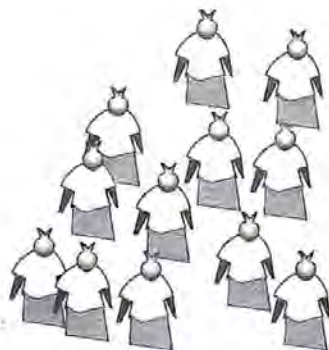
Em termos de estratégia política da sociedade civil temos que conjugar duas. Por um lado, a estratégia da mobilização e da construção de uma nova institucionalidade (ocupando, para isso, os espaços institucionais que existem até para pautar as suas contradições, conflitando estes espaços). Por outro lado, o grande desafio para nós é a construção de sujeitos políticos coletivos; as redes e fóruns apontam para isso, assim como a Inter-redes (articulação que reúne 45 redes e fóruns que atuam com os mais diferentes temas).

Perguntaram-me sobre a unificação dos programas sociais e a até que ponto estes programas não são de tutelas.

Concordo plenamente sobre a questão da tutela. Os programas sociais implantados estão no sentido do Estado tutelar a pobreza, e não na perspectiva de construção da autonomia, da cidadania. Sobre a unificação dos programas sociais concordo, em tese, mas me pergunto o seguinte: até que ponto essa unificação dos programas sociais não está justamente dentro dessa perspectiva da política compensatória e das condicionalidades? Por exemplo, no campo da assistência existe um benefício que é constitucional, o benefício de prestação continuada (proteção do idoso e do portador de deficiência), que é o pagamento de um salário mínimo mensal. Criaram-se mil artifícios para não se ter acesso a esse benefício. Por que não tirar estes "entraves burocráticos", já que é um benefício constitucional? Na questão do idoso bastava baixar a idade, e da pessoa portadora de deficiência era necessário tirar uma série de critérios colocados para a pessoa não ter acesso, e elevar o per capita que é de 1/4 de salário mínimo. Por que criar tantas bolsas (que não são vistas como direito, mas sim como ajuda do Estado aos miseráveis), em lugar de ampliar este benefício constitucional? A própria reforma da Previdência não foi feita com a lógica de incluir quem está fora do sistema, mas de diminuir direitos e alocar a previdência para o mercado.

Tem um outro aspecto que gostaria de abordar que é o preconceito em relação aos pobres. Sempre que se mencionam os programas sociais, levantam a questão da fiscalização. É evidente tem que haver fiscalização, mas trabalhamos com o conceito de controle social que vai muito além da fiscalização. Ainda no campo dos preconceitos, coloca-se a idéia que tem que fiscalizar/tutelar os pobres porque eles não sabem o que fazer. Com o dinheiro das bolsas, por exemplo, não se pode comprar uma série de coisas; é como se o pobre não soubesse o que é melhor para a sua vida. O preconceito, aqui, opera como definidor de uma política pública.

A DIMENSÃO RACIAL DA POBREZA



JUANPEDRO MACHADO

*Membro da Direção das Organizaciones Mundo
Afro; membro Assessor do Comitê Político da Aliança
Estratégica Afro-latinoamericana e Caribenha.*

A pobreza e a exclusão social aumentaram em uma velocidade inimaginável, através de um processo que se estendeu a todo planeta de tal forma que está gerando situações de instabilidade política e social. Esta situação chamou a atenção de grandes interesses do poder monetário internacional, como do Banco Mundial, que lançou sua voz de alerta aos governos advertindo-os que, caso seus planos de desenvolvimento não atendam as demandas mínimas dos pobres e excluídos, coloca-se em risco todo o processo de inserção das economias do terceiro mundo no mundo da globalização neoliberal. Além disso, sentencia: "a miséria pode se transformar em uma guerra civil", a pobreza pode chegar a níveis de crescimento insustentáveis que colocam em risco todo o sistema sobre o qual se baseia o capitalismo. A projeção das Nações Unidas para o ano de 2025¹ estabelece que os países desenvolvidos diminuirão sua população, enquanto os países pobres continuarão tendo um crescimento demográfico a um ritmo de 1,2% anual. Portanto, os países mais pobres continuarão concentrando a maior população do planeta. Como 80% da riqueza mundial concentra-se nos países mais ricos, cada vez mais agudizar-se-á esta concentração, o que irá gerar irrefreáveis fluxos migratórios que trarão como consequência, nas nações mais ricas, o recrudescimento dos mecanismos de racismo e xenofobia.

52

O racismo não é um produto natural da humanidade, mas uma ideologia criada deliberadamente, baseada em estigmas sociais, como forma de justificar uma relação superior-subalterno, de uma raça, sociedade ou cultura sobre outra, que "habilita" os superiores a explorar os "inferiores", impondo um sistema de classificação de populações e pessoas, de acordo com a raça a que pertencem, sobre a base do qual se estruturam sociedades e se alimentam processos políticos, sociais e econômicos.

O racismo é uma questão de poder e controle, é um discurso próprio do capitalismo, "...que intensifica sua força dialética em momentos de crise, portanto, manifesta-se de forma diferente segundo o momento histórico²".

Visto que a pobreza e a exclusão são multifatoriais, é necessário individualizar e analisar os fatores que formam parte destas construções. O racismo é um fator excludente; embora seja determinante na exclusão das comunidades raciais da América, não foi considerado na amplitude e profundidade proporcionais ao seu grau de incidência. Este artigo pretende contribuir com alguns elementos que facilitem a análise da dimensão racial da pobreza.

"Ignorar ou negar o racismo é a fórmula mais eficiente para sua perpetuação³."

“Enfatizamos que a pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização, a exclusão social e as disparidades econômicas estão intimamente associadas ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e contribuem para a persistência de práticas e atitudes racistas que geram mais pobreza⁴.”

Os povos e populações afrodescendentes do continente americano estão presentes em todos os países da região, com características demográficas e culturais muito diferentes; desde populações muito grandes como no Brasil, com 80 milhões de afrodescendentes, até populações muito pequenas, como no caso do Chile e Paraguai, onde são apenas alguns milhares. Apesar disso, ao se fazer um diagnóstico social, econômico e político de todas essas populações veremos que a grande maioria encontra-se na linha de pobreza ou abaixo dela.

Para nos aproximarmos a uma análise realista das populações raciais das Américas, consideramos os seguintes pontos:

I - USO DO CONCEITO DE RAÇA

Aderimos ao conceito de não existência biológica de raças, contudo, no transcurso da presente exposição, utilizar-se-á o termo raça ou racial, no sentido do uso social do termo, uso este que gerou a ideologia do racismo a qual, cada vez mais se distancia da importância de que existam ou não raças biológicas. Queremos deixar claro que, ao analisar a dimensão racial da pobreza e da exclusão, não estamos falando de etnia ou etnicidade, o que diluiria o impacto desejado, mas de raça, enquanto categoria geradora do racismo.

“Combater o racismo arguindo que as raças não existem é uma inépcia. Que a noção de raça (ou de espécie, de gênero, etc.) não seja apreendida pela genética molecular é uma coisa; que haja raças em zionomia, em antropologia ou no mundo humano em que vivemos, é outra muito distinta, e a verdade, nessa matéria, não tem porque residir no reducionismo molecular⁵”. Não podemos negar a existência de grupos humanos diferentes, no entanto, as diferenças morfológicas não se sustentam geneticamente. A semelhança do código genético demonstra que na espécie humana existe um CONTÍNUO biológico, partindo de um original africano, há 200 milhões de anos, que não pode ser fragmentado, já que prevalecem os fatores genéticos coletivos, que representam 15% da viabilidade genética humana, sobre os individuais, que representam 85%.

2 - PARTICULARIDADES HISTÓRICAS

“O racismo é o grande estruturador das sociedades e das relações de poder tal qual conhecemos hoje”⁶.

A análise da realidade exige um adequado e ilustrativo marco histórico. Em geral, atribui-se a situação de exclusão dos afrodescendentes unicamente ao seu passado histórico de escravizados, o qual sem dúvida tem uma influência profunda e determinante, mas existe um processo de construção da ideologia racista que sustenta os instrumentos causadores dessa exclusão.

Racismo e pobreza têm estado historicamente vinculados e adotaram diferentes formas de manifestação segundo as sociedades, particularmente naquelas com incidência direta do tráfico de escravos, da escravidão e do colonialismo, aos quais se deve adicionar a ampliação da brecha social e econômica que impulsionou o processo de formação dos Estados nacionais e o estabelecimento do capitalismo. Não podemos afirmar que a discriminação racial e a econômica caminham sempre juntas, mas ressaltamos que quando racismo e pobreza se associam durante um longo período de tempo a exclusão tende a se arraigar de geração em geração e, quanto mais longo é este período, mais difícil resultarão as soluções⁷.

54

Qualquer estratégia que pretenda oferecer algum tipo de solução aos problemas atuais de exclusão de populações amplamente expostas ao racismo e à pobreza deverá tomar em conta estes fatores históricos e suas influências.

Como dizíamos, o racismo é uma ideologia irracional e violenta que legitima as desigualdades e os desequilíbrios provocados pelo sistema capitalista em cada uma das suas fases. Uma dessas fases se inicia com as transformações econômicas, sociais e políticas da Europa a partir de 1492, e constitui a base dos discursos racistas dos séculos XVI ao XVIII.

Naquele momento os árabes já haviam aperfeiçoado as técnicas para refinar o açúcar, e a exportação da cana-de-açúcar começou seu desenvolvimento na África ocidental, sustentada, desde o início, por um regime escravista, em pequena escala. Quando esse produto foi demandado pelo mercado em grandes volumes, necessariamente teve que evoluir para uma produção comercial em grande escala. Este sistema rapidamente tornou-se insustentável e exigiu cada vez mais mão-de-obra escrava, dando início, de forma brutal, ao tráfico transatlântico de africanos em grande escala.

Esse enorme processo de produção, isto é, a nova etapa de produção de cana-de-açúcar, dá início ao capitalismo e ao tráfico de escravos, sustentados nos conceitos políticos e raciais da Europa.

Neste contexto, as populações africanas se viram afetadas por um plano comercial e financeiro, o comércio triangular entre a África, a América e a Europa.

Os africanos, transformados em mercadoria de intercâmbio no mercado, foram seqüestrados da África continuamente durante 400 anos (1500-1900), como peças de comércio direto, tráfico, como motor humano de produção das colônias. Os números podem variar segundo os autores, de 10 a 75 milhões segundo os critérios de cálculo, seja dos registros de chegada ou seja dos registros de saída da África (para muitos autores, de cada cinco africanos embarcados na África para as Américas chegava um vivo).

Impõe-se um modelo capitalista, expansionista, sustentado em uma visão ocidental do mundo que inclui a concepção europeia de superioridade racial e uma forma própria de racionalizar a realidade, onde uma parte se comporta e se impõe como o todo, em todos os campos imagináveis, desprezando qualquer outro tipo de conhecimento, impondo o monoculturalismo do conhecimento a tal ponto que tudo o que não seja referendado por esse poder cultural, carece de legitimidade, é um produto da ignorância, ou “não existe”. Uma dimensão que permite tornar visível esta incidência é a cultura da utilização do tempo que, no caso europeu, se maneja com um sentido estritamente linear e aplicado às instituições, meios e formas de produção. Impõe-se, assim, como não válido, não produtivo e assimétrico tudo aquilo que não se alinhe a sua visão. Este fator afeta diretamente os africanos e afrodescendentes, porque possuem uma cosmovisão diferenciada e com um uso do tempo diferenciado; a cosmovisão africana inclui a dimensão circular do tempo.

Na medida que o capitalismo se consolida, também o fazem as ideologias que o sustentam; a mais importante foi a ideologia racista. “O racismo foi a expressão objetiva e ideológica do processo objetivo histórico do desenvolvimento e da consolidação capitalista. Não é possível separar o racismo do capitalismo que conhecemos. Foi uma tática indispensável para controlar...⁸”.

A segunda fase do desenvolvimento dos discursos racistas se inicia com a crise causada pela queda dos preços e a diminuição das transações comerciais que ocorreu em 1873. Esta crise fornece insumo a um importante número de teóricos⁹ que aprofundam as bases teóricas que sustentaram os discursos de superioridade branca e da natural predisposição à submissão das raças não brancas. Este discurso permitiu

justificar e legitimar uma segunda etapa imperialista, cuja marca foi a apropriação da África através da divisão geopolítica¹⁰, submergindo-a na violência do colonialismo.

Esta nova etapa também se vincula com a formação dos Estados-nação nas Américas, um processo fundamental nesta fase do capitalismo, que aumenta o processo de exclusão dos afrodescendentes. Estes Estados foram fundados, por um lado, centralizados na cultura europeia como valor absoluto (monoculturalismo), transformando-a no mais poderoso agente de exclusão dos afrodescendentes que, de forma explícita, demonizou, rechaçou e negou toda cultura proveniente da África.

Por outro lado, sustenta-se em uma forte hierarquização das populações de seus territórios, partindo dos antecedentes da cultura do racismo. Estas novas nações nascem com uma categorização baseada na raça a que o indivíduo pertence; a classificação racial foi reconstruída, deliberadamente, pelo capitalismo.

Os países formados neste processo construíram sua base primitiva de acumulação de capital, sustentada no trabalho escravo de africanos e indígenas. Passaram de uma revolução burguesa de caráter conservador, que manteve estruturas aristocráticas e escravistas quase intactas, à adoção de um modelo neoliberal que aumentou o processo de exclusão que já existia, ampliando o número de pessoas que entraram na zona de exclusão social. Este processo intensificou os mecanismos de exclusão daquelas pessoas que já estavam na zona dos excluídos¹¹, devido, particularmente, ao formato de construção social que determinou o acesso dos grupos não brancos à condição de cidadãos e, como consequência, aos espaços de produção. Estamos diante de uma das bases mais fortes do racismo estrutural no processo das Américas.

A análise da realidade dos grupos raciais frequentemente está submetida a formas de racionalizar que não concebem dimensões tais como gênero ou raça, que se evadem da análise baseada em classes sociais. Neste sentido, as populações afrodescendentes foram submetidas a análises e propostas de soluções que se referem ao conceito de igualdade como forma de horizontalizar as sociedades, com pretensão de homogeneizar as populações, negando suas particularidades, desprezando suas cosmovisões, usando a fragmentação como arma, e determinando a “invisibilidade dos grupos raciais”, a exclusão ou a “não existência”¹².

3 - OS CUSTOS PSICOLÓGICOS DA DISCRIMINAÇÃO

Toda exclusão implica um grande custo psicológico que, no caso dos afrodescendentes, esse custo se intensifica na medida que devem se somar à exclusão e à invisibilidade todas as seqüelas do processo escravista, que chegam visivelmente até nossos dias, tais como as conseqüências do racismo neste campo, cujas manifestações, longe de serem padrão, vão tomando características próprias em cada país e em cada campo de desenvolvimento pessoal. Quando estes elementos se acumulam a gênero, opção sexual, migração, se transformam em pressões multifatoriais que necessariamente condicionam os indivíduos e comunidades de forma tão imperativa que, com frequência, muitos desses efeitos passam de uma geração a outra.

A desarticulação das sociedades africanas, a ruptura e o isolamento dos componentes fundadores da cosmovisão africana, somados à cristianização foram instrumentos que formaram as bases para a construção da população escrava, alterando gravemente a personalidade, a identidade e a auto-estima dos africanos escravizados e de seus descendentes.

A doutrina racista busca impor o conceito da inferioridade de um grupo racial frente a outro, pretendendo a naturalização dos efeitos do racismo, entretanto, sabemos que as pessoas e os grupos sociais não são naturalmente vulneráveis à pobreza ou à exclusão por fatores ou características “inerentes”, mas se transformam em vulneráveis por processos de exclusão, onde a pobreza reforça e aumenta esses processos¹³.

Criou-se uma imagem do afro-descendente vinculada à sua incapacidade de aproveitar as oportunidades dadas a partir dos organismos e dos Estados. Uma imagem distorcida, francamente estereotipada, mas que tem um grande destaque dentro do grupo socialmente dominante.

Certamente nenhuma ação terá êxito inteiramente se não se apoiar em transformações no nível do imaginário compartilhado. Isso aponta à necessidade, entre outras coisas, de uma revisão do conteúdo programático das matérias oferecidas em todos os níveis de ensino, como primeiro passo para a necessária educação no consciente e inconsciente coletivo que oculta traços racistas.

O conceito de subdesenvolvimento aparece ligado ao termo desenvolvimento, "... o subdesenvolvimento é o estado em que vive mais da metade da população do mundo... sua pobreza é um handicap e uma ameaça tanto para eles como para zonas mais prósperas...", "... portanto desenvolvê-los... ajudá-los a que realizem suas aspirações...¹⁴".

Por essa razão o subdesenvolvimento aparece como símbolo de fracasso destas populações diante da opinião e do discurso da sociedade em geral, ao mesmo tempo que determina uma auto-percepção negativa, como o que não é, o que não se alcançou, o fracasso¹⁵. Estes efeitos não são captados nem dimensionados na geração e desagregação de dados, entre outras coisas, porque são escassas as ferramentas metodológicas que podem considerar estes fatores.

Apesar desta visão altamente negativa das comunidades afro, é necessário impor nesta discussão o conceito de desenvolvimento através da resistência, enquanto elemento dinâmico que transversaliza todos os espaços de desenvolvimento dos indivíduos afrodescendentes e que permite deixar como legado às sociedades americanas grandes riquezas culturais, morais e conceituais. As formas de vida das comunidades afro se colocam em um processo diferente do modelo imposto de desenvolvimento, de análise da realidade, certamente no uso do tempo e definitivamente no conceito de sustentabilidade e convivência com o ecossistema.

Os grupos discriminados são profundamente conscientes de sua história, repleta de relatos de sofrimento, separação, exclusão e injustiça. Nos casos em que existe uma poderosa tradição histórica, as vítimas podem ser impressionantemente pacientes... não obstante, sempre que aumenta o desejo de se conseguir um tratamento igual ou mais justo, é provável que surjam repressões e ameaças. Quando os membros de um grupo marginalizado como, por exemplo, os jovens afro-americanos, têm comportamentos auto-destrutivos é importante compreender em que medida estes modelos de comportamento refletem uma experiência de privação, racismo e opressão, dentro do espaço social de convivência¹⁶.

Estes aspectos não são analisados pelos construtores de conhecimento, por isso se torna imprescindível criar ferramentas especiais de análise e trabalhar incluindo as variáveis ligadas, particularmente, aos fatores determinantes da dimensão racial da pobreza.

4 - O RACISMO COMO UMA DIMENSÃO DETERMINANTE DA GERAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E PERPETUAÇÃO DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL

Os grandes pólos ideológicos centralizam a análise, por um lado, na visão marxista, na luta de classes (classe-classe), impondo-a como um pólo único e remetendo os assuntos raciais a uma dimensão que não merece ser considerada. Nos "... discursos sobre política de classe, para os quais o problema é transformar a sociedade como um todo e chegar ao socialismo, é uma temática constante que a atenção à população negra seja desviada com o argumento universalista de atender também aos brancos pobres. No fundo tratam-se de discursos racistas já que evitam, a todo custo, qualquer tipo de debate centrado no racismo e na discriminação racial como fatores estruturais das desigualdades sociais¹⁷."

Por sua vez, o capitalismo pensa o indivíduo a partir da sua ideologia baseada na produção, consumo e capitalização, na sua capacidade de entrar e interagir no mercado sem levar em conta a particularidade dos efeitos do racismo sobre as populações excluídas, especialmente a situação dos afrodescendentes, que são incluídos entre os subdesenvolvidos.

A partir destes espaços ideológicos são gerados diversos tipos de solução.

Forjaram-se as idéias que justificaram a criação de programas e políticas voltadas para "aliviar a pobreza" na América Latina. Estes processos, em geral, surgem dos espaços dos organismos financeiros internacionais e estão vinculados aos seus interesses. Foram geradas categorias como a de 'beneficiários' das políticas e programas dos organismos, em oposição ao conceito de participação e criação de soluções a partir dos afetados, ou com sua participação na elaboração de tais políticas e, portanto, como sujeitos das políticas.

Estas fórmulas submetem as populações a soluções para o desenvolvimento, com escassas possibilidades de êxito, como provam os diferentes programas aplicados na região sem alcançar os níveis de incidência positiva esperados. Estas imprecisões podem ser explicadas, entre outras coisas, por não se considerar a forte ocorrência das variáveis vinculadas à dimensão étnico-racial.

Identificar a pobreza como um problema que leva à exclusão social, com as conseqüências diretas sobre as concepções, as políticas e os grupos sociais é um primeiro passo que requer a construção de modelos que identifiquem suas causas. A dimensão racial deve formar parte integral e iniludível desses modelos.

Do ponto de vista conceitual, utilizar a perspectiva da exclusão social e sua dimensão racial como um instrumento de análise é uma vantagem. A multidimensionalidade da exclusão permite visualizar como vão se acumulando riscos, e possibilita mapear processos sociais, econômicos, culturais, institucionais e estruturais que levam os grupos raciais - afrodescendentes e indígenas - a uma condição de empobrecimento e marginalização que, conseqüentemente, impede que possam emergir da situação, empurrando-os a um estado de invisibilidade em todos os âmbitos imagináveis.

A dimensão espacial é um fator determinante para a perpetuação da pobreza. A exposição a riscos e a conseqüente vulnerabilidade intensifica-se segundo a localização espacial dos grupos sociais afetados, particularmente tomando em conta a incidência que têm essas localizações geográficas na possibilidade de acesso a serviços de qualidade, a espaços administrativos, ou a espaços de decisão. É altamente freqüente a localização das populações afro em regiões, povoados e bairros distantes dos centros em que se tem acesso fácil a serviços e espaços de capacitação. Assim como estão concentradas nos espaços urbanos que constituem isolamento social, como as *vilas misérias*, os *cantegriles*¹⁸, as favelas etc.

60

Os problemas que enfrentam os grupos afrodescendentes nas Américas têm um vínculo direto com o acesso, permanência e saída com êxito dos espaços de educação e capacitação, o que se reflete diretamente nas possibilidades de entrada no mercado de trabalho e no retorno financeiro. É visível um círculo vicioso, onde o indivíduo não pode completar de forma exitosa o circuito educativo entrando, desta forma, no mercado de trabalho com os salários mais baixos; por sua vez, ao ganhar pouco, não pode estudar. Este círculo tem se repetido sistematicamente desde a abolição da escravidão até hoje.

Enfrentar estes problemas de tão longa data exige que se elaborem estratégias de uma perspectiva realista, rompendo com as políticas universalistas. Tem que se trabalhar com o propósito de construir políticas focalizadas nos grupos excluídos, nos espaços onde estão radicados e nos seus problemas, com os cortes particulares a partir dos estudos e da desagregação de dados.

Um trabalho sustentável, com alta responsabilidade no aprofundamento e expansão do trabalho, só é possível através de uma abordagem multidisciplinar.

Uma vez que o trabalho é o principal termômetro da atividade econômica, é necessário analisá-lo a partir da perspectiva das relações raciais nesse campo, utilizando indicadores econômicos, tais como renda per *capita*.

5 - CONSTRUÇÃO E DESAGREGAÇÃO DE DADOS

A geração e desagregação de dados que surgem da análise de populações específicas aparecem como um componente fundamental para reforçar o marco analítico. Foi um aspecto de especial preocupação dos estados e da sociedade civil na III Conferência Mundial Contra o Racismo. Extraímos o seguinte texto do seu Plano de Ação:

“Insta os Estados a coletar, compilar, analisar, disseminar e publicar dados estatísticos confiáveis em níveis local e nacional e a tomar todas as outras medidas necessárias para avaliar periodicamente a situação de indivíduos e grupos que são vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata...”¹⁹”.

A III CMCR “... reconhece que as políticas e os programas que visam o combate ao racismo, ... devem estar baseados em pesquisas quantitativas e qualitativas às quais se incorporem a perspectiva de gênero. Tais políticas e programas devem levar em conta as prioridades definidas pelos indivíduos e grupos que são vítimas ou que estão sujeitos ao racismo...”²⁰”.

A construção de dados deve observar um necessário equilíbrio entre os elementos qualitativos e quantitativos dos indicadores econômicos e sociais, assim como outros vinculados à saúde, à educação e à habitação.

No caso dos afrodescendentes, a coleta de dados quantitativos na região tem uma escassez casuística; são muito poucos os países onde a variável de raça está incluída nos Censos de População e Habitação ou nas Pesquisas Permanentes de Domicílio. Destaca-se especialmente o caso do Brasil²¹, onde o sistema estatístico inclui a variável de raça (no caso, cor) nos últimos quatro censos. Com mais de trinta anos de trabalho, as conclusões são de que os estudos realizados mostraram a importância dos fatores raciais na configuração das desigualdades sociais no país. A assimetria detectada, especialmente no campo trabalhista, é muito profunda. Este não é um caso exclusivo do Brasil; no Uruguai o Módulo Raça do Instituto Nacional de Estatística, INE²², incluído na Pesquisa Permanente de Domicílios, deixa em evidência o mesmo desequilíbrio entre as populações não brancas. Também foi observada a variável raça nos censos do Equador e da Costa Rica.

CONCLUSÕES

A pobreza e a exclusão social a que estão submetidos os afrodescendentes nas Américas exige uma análise cuidadosa e com atenção especial sobre os fatores que não foram considerados até o momento e que possuem uma forte incidência, tanto fora como dentro da comunidade afro. Aspectos que se refletem nos resultados negativos das diferentes políticas dedicadas ao combate à pobreza e à exclusão social.

Sem a consideração destes aspectos nas propostas de trabalho em torno à luta contra a pobreza e a exclusão, sem tomar em conta o valor de transformar os afrodescendentes em sujeitos de suas próprias soluções, sem romper com conceitos como beneficiários, não é possível uma abordagem exitosa na solução dos problemas de fundo: o racismo, a pobreza, a exclusão social.

Enfatizamos que existe uma dimensão racial da pobreza e da exclusão social que está caracterizada por aspectos tais como a incidência do passado histórico (“... as políticas voltadas para tratar da situação dos grupos discriminados não serão efetivas se passam por alto estes antecedentes históricos²³”), os efeitos das ideologias racistas e sua influência nos aspectos psico-sociais. A consequência destes processos sobre os afrodescendentes e sua ação é determinante da perpetuação da pobreza.

As políticas focalizadas aparecem como um princípio de solução se forem capazes de ter sustentabilidade no tempo, nos espaços políticos, econômicos e financeiros. Para isso, consideramos de fundamental importância a geração e desagregação de dados a partir de métodos que incluam variáveis que contemplem os aspectos vinculados à raça e racismo.

NOTAS

- 1--Nações Unidas. Relatório Perspectiva de la Población, versão 2000, fevereiro de 2001.
- 2-Iglesias Diéguez, Alfredo. "El racismo una ideología para los tiempos de crisis".
www.espacioalternativo.org-social.
- 3-Documento do Alto Comissariado de Direitos Humanos, preparatório para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância (III CMR), Durban, África do Sul.
- 4-Parágrafo 18 da Declaração da III CMCR.
- 5-Pchot, André. La Recherche, fevereiro 1997.
- 6-Rodríguez, Romero J. Discurso. Diretor Geral das Organizaciones Mundo Afro, Uruguai.
- 7-International Council on Human Rights Policy. Exclución Racial y Economía, pag. 2.
- 8-Nelson Peery, membro da Junta Redatora da People's Tribune.
- 9-Ganineau 1816-1882, Dumont 1844-1917, Vacher de Lapougue 1854-1936, Camberlain 1885-1927.
- 10-Conferência de Berlim, 1885.
- 11-De Olivera, Dennis. "Racismo estructural, apuntes para una discusión conceptual", nota. www.alainet.org/pulica-cmr-racismoestruct.html
- 12-Boaventura de Souza, em seu livro Para una sociología de las ausencias y una sociología de las emergencias, distingue cinco lógicas: 1. Deriva da monocultura do saber ou do rigor do saber; 2. Monocultura do tempo linear; 3. Classificação social que se fundamenta na monocultura da naturalização das diferenças; 4. Produção de inexistência e da lógica da escala dominante; 5. Lógica produtiva.
- 13-Clert, Carine. Exclución social, género y estrategia contra la pobreza.
- 14-Truman, Harry. Discurso ao assumir a presidência dos EUA, 1949.
- 15-Agostino, Ana. Derecho a desarrollarse, una versión desde el post-desarrollo. Futuro Imperfecto nº Zero, junho de 2004. www.semana83.org.uy
- 16-International Council Human Rights – Exclución Racial y Económica, págs. 19-20.
- 17-Munanga, Kabengele, professor doutor em Antropologia. Discurso no Primeiro Encontro Nacional sobre Ações Afirmativas nas Universidades do Brasil, 12 de dezembro de 2002. Universidade de Brasília, Brasília.
- 18-N.T. Villas miserias e cantegriles são terminologias utilizadas na Argentina e no Uruguai, respectivamente, que, à semelhança das favelas no Brasil, referem-se a bairros extremamente pobres, com infra-estrutura e habitações precárias.
- 19-Plano de Ação da III CMCR, parágrafo 92.
- 20-Plano de Ação da III CMCR, parágrafo 94.
- 21-Do Valle, Nelson. Raza, pobreza y exclución en Brasil.
- 22-INE-Instituto Nacional de Estadística, Uruguay – www.inc.gub.uy
- 23-International Council Human Rights. Exclución Racial y Económica, pag. 20.

SUPERAÇÃO DO NEOLIBERALISMO POR MEIO DE PROJETOS DEMOCRÁTICOS, POPULARES, NÃO SEXISTAS E ANTI-RACISTAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



JUREMA WERNECK

*Médica, doutoranda em Comunicação e Cultura,
ECO/UFRJ, Secretária Executiva da Articulação
de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras e
Coordenadora-geral de Criola.*

Inicialmente agradeço à organização do Fórum Social Brasileiro a oportunidade de compartilhar pensamentos aqui, desde a perspectiva de que falo: como uma feminista negra, engajada há algum tempo nas lutas anti-racistas, anti-sexistas e anti-homofóbicas no Brasil.

Considero que um método importante para o desenvolvimento de modelos de superação do quadro atual, tanto nacional quanto internacional, marcado profundamente pelo capitalismo e seu aprofundamento neoliberal, pelo sexismo e pelo racismo, passa necessariamente pela elucidação dos significados envolvidos neste contexto.

Considero que revelar significados ocultos é passo fundamental para os gestos de ruptura que se aguarda ansiosamente, de modo a permitir ao verdadeiramente novo um espaço de existência e de florescimento.

Assim, minha contribuição a este debate começa pela proposição de revisão nos conteúdos impressos nas palavras do título desta conferência. Parto do princípio de que palavras e conceitos não surgem por acaso não surgem do nada. E sim que revelam relações de poder historicizadas, racializadas, sexuadas, entre outros.

Informo que deixarei para o final o que vem primeiro: a questão da superação. Uma vez que a compreensão do cenário onde se inscrevem tais conceitos é pré-requisito necessário - ainda que não suficiente - para o passo adiante.

DITO ISTO, COMEÇO:

I

O neoliberalismo está em curso e todas (os) sabemos. Sua face principal é a hiper-economização da vida humana. Sua consequência principal é aprofundar no mundo o que ele tem de perverso:

✱ a pobreza,

✱ a super-exploração da capacidade de trabalho de alguns ao lado da redução de outros humanos a ferramentas descartáveis do sistema de produção de riqueza;

✱ a potencialização das desigualdades entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres;

✱ a ampliação dos significados do consumo ao lado da redução dos significados do humano;

Estamos diante de um cenário e de um cotidiano doloroso onde a exploração capitalista - que não é novidade - se torna mais veloz, mais ampla, com benefícios mais concentrados a partir das possibilidades de circulação de comunicação viabilizadas pelo estado atual da técnica - e da informática em particular. Neste ponto, conceitos que nos nortearam até o momento como nação, povo, soberania, por exemplo, caem por terra na vigência desta nova globalização econômica.

Num artigo publicado na Revista Lugar Comum nº 17¹, dois pesquisadores residentes em Paris (Antonella Corsani e Maurizio Lazzarato) nos lembravam que a dimensão atual da globalização econômica estende-se em diferentes planos da existência de indivíduos e grupos, não se reduzindo apenas à dialética capital-trabalho. De fato, dimensões de lazer, de criatividade, de afeto, de cultura, etnicidade e outras são apropriadas pela relação capitalista neoliberal e reduzidos à dimensão de mercadoria. Esta é uma marca importante do neoliberalismo em curso.

Mas posso afirmar que alguns de seus resultados em muitos aspectos se assemelham também àqueles decorrentes da globalização mercantil vivida pelo mundo e que trouxe, a partir do século XIV, a super exploração de humanos e sua redução a objetos de consumo e de trabalho simbolizado pelo tráfico transatlântico de africanos como escravos. Numa condição que até hoje as nações ocidentais - o Brasil inclusive - se beneficiam.

II

É importante assinalar que ascensão do neoliberalismo acontece, primordialmente, no ambiente democrático. Aqui, devemos desmascarar os significados de democracia até hoje tão caros a uns e outros, a muitos. É preciso visibilizar que democracia nunca foi, na prática, antítese da desigualdade ou da injustiça. Ao contrário, a democracia tem servido, em todos os países do mundo onde foi implantada - e na relação entre os países - para garantir os privilégios dos homens em detrimento das mulheres; dos brancos em detrimento de negros, indígenas, ciganos e outros povos; dos cristãos em detrimento dos que professam outras religiões e dos não religiosos, por exemplo. Mas eu poderia citar também outras listas, das variedades humanas desvalorizadas frente aos valores masculinos, brancos, ocidentais e heterossexuais

que têm, ao longo dos tempos, sido definidos como democracia. Nós mulheres negras há muito vimos desenvolvendo estratégias de desmascaramento deste conceito tão agressivo para nós, desde uma perspectiva anti-sexista, anti-racista e anti-homofóbica.

Vale à pena lembrar aqui outro conceito derivado da noção de democracia - a democracia racial - que muito recentemente o Brasil como um todo conseguiu desmascarar graças à ação das organizações de mulheres e homens negros. Este conceito, ao longo de todo o século XX foi a forma de existência do racismo deslavado e que serviu para a subordinação violenta de humanos, mulheres e homens, negros.

III

68 Importante desmascarar também, por outro lado, o conceito de popular. A maioria das definições de população, povo e massa se assemelham na crença de tratar-se de um coletivo pouco nítido, formado por uma maioria opaca, pouco definida, destituída de ideologia, vontade, capacidade de ação e agenciamento de seus interesses ou de iniciativa própria. Estes estariam à disposição para serem guiados por grupos minoritários - elites religiosas ou econômicas para uns; vanguardas políticas ou culturais para outros - até sua redenção ou libertação.

Costumo ver nas definições de vanguarda ou de elites à disposição a sua personificação como homens, como brancos, como a grande parte dos que vivem situações econômicas, culturais e políticas de privilégio, quando comparadas aos grupos destituídos que supõem guiar. É possível também visibilizar o repertório conservador embutido nas ações "reparadoras" das desigualdades propostas por estes mesmos grupos, visível nos dias atuais nas ações recentes do Ministério da Previdência Social em ataque aos direitos dos idosos em nome de um falacioso combate à fraude, por exemplo, ou em toda a gama de ações governamentais que têm a rubrica "social".

É preciso assinalar que, na vigência da globalização atual, o conceito de povo é colocado sob questão ao mesmo tempo em que noção de estado e de nação, conforme já disse aqui.

IV

O sexismo tem sido um aliado importante na maioria dos projetos de nação em vigor no ocidente e fora dele. Ao inviabilizar a convivência eqüitativa entre mulheres e homens, entre homossexuais e heterossexuais, principalmente, o sexismo torna plausível o privilegio de homens heterossexuais em detrimento de todos os outros humanos. Enfrentar o sexismo e suas conseqüências tem sido a pauta de parte expressiva das sociedades do mundo, principalmente dos movimentos de mulheres e dos movimentos pelos direitos de mulheres e homens homossexuais.

No entanto, este século XXI já requisita a atuação e o comprometimento destes homens heterossexuais que até então têm estado tranqüilos no exercício de seus privilégios. E isto se dá a partir do desmascaramento do privilégio em sua face oculta e perversa de redução de suas capacidades humanas; de sua coisificação como ferramenta de dominação econômica, política, sexual, entre outras.

O estado atual da consciência militante e da condição política em transformação de mulheres e de homossexuais exige um processo que possibilite o surgimento de novos homens. E isto só pode ser feito a partir do momento que estes rompam a inércia e projetem-se no desconhecido de reinventar-se, em parceria com todos os outros.

V

Já o racismo tem sido um bom negócio para todos os sistemas econômicos e políticos vividos ao longo do século XX e cujos prolongamentos ainda nos atingem. Como instrumento de um poder de aniquilamento, ele tem possibilitado o poderio desmesurado de poucos grupos humanos - principalmente o dos humanos brancos - bem como sua afirmação nos níveis ideológico, político, religioso, simbólico, econômico - sem qualquer justificativa razoável ou aceitável. De fato, o racismo não se explica ou justifica por qualquer aspecto racional. Mas sim como possibilidade de um lugar confortável a partir do qual grupos auto-intitulados racialmente superiores podem - no caso brasileiro e da maioria do mundo, os brancos - produzir e usufruir a dominação sobre seus vizinhos no mesmo planeta Terra; seus parceiros na produção de riquezas, bem estar e conforto. Produtos dos quais se sentem liberados para uma apropriação indébita e cruel e em nome do que semeiam dor, desgraça e morte.

O racismo penetra todas as estruturas de poder e a mente dos brasileiros. O episódio também recente do pronunciamento do Presidente Lula na capital da Namíbia (onde afirmava a desvinculação entre a África, conhecida como paradigma da negritude, e a possibilidade de limpeza na cidade) demonstra que sua presença deve ser combatida em todos os níveis, o do pensamento e da linguagem, inclusive. Tenho certeza que todos os que são negros se indignaram com esta fala. Tenho certeza que muitos dos que não são negros se indignaram também. Mas é importante ressaltar que a fala do presidente diz respeito a este senso comum conservador e racista ainda presente no imaginário, nas palavras e nas visões da maioria dos brasileiros, seja à esquerda ou não.

VI

Então, finalmente, voltamos ao princípio e aos significados possíveis do termo superação diante de um contexto conforme o colocado anteriormente. Neste momento proponho um novo desmascaramento: o meu. E junto comigo, de todos os que pensam poder trazer aqui uma fórmula, uma resposta fechada, uma receita que possibilite a saída deste cenário terrível que o neoliberalismo potencializa e celebra. Não tenho uma resposta pronta. Tenho, na verdade, sugestões de caminho, de processo.

70

Sugestões estas que não podem ser atribuídas exclusivamente a mim, minha capacidade de pensamento ou mesmo a algum talento específico que eu porventura tenha. Na verdade, estas sugestões estão inscritas na história da população negra no Brasil, que foi capaz de superar a desterritorialização, o aniquilamento físico e simbólico, a violência profunda e cotidiana que a escravidão significou e que o racismo ressignifica até hoje. Nesta história, que hoje nós que integramos a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras buscamos atualizar, há um sem número de pistas, de exemplos, de processos bem sucedidos. Lembro que em todos, a resistência radical e cotidiana era a marca mais visível. Resistência esta vivida na constituição de quilombos, que eram fundamentalmente territórios livres a partir do qual se poderia construir um novo sentido de povo, nação ou comunidade fundada na recusa radical à subordinação e na eleição de modelos de convivência fundados na equidade. Nos quilombos, a liderança feminina e a masculina eram igualmente celebradas, bem como a importância do reconhecimento da responsabilidade de cada integrante do grupo nos destinos do coletivo. Nos quilombos a presença indígena e branca era tão importante quanto a negra para a vivência de um modelo de equidade. Que, é preciso que recuperemos, foi violentamente derrotado pelas armas do Estado brasileiro.

Um outro exemplo foi o da luta aguerrida “por todos os meios necessários”, para usar as palavras de Malcolm X: falo não do estado de guerra permanente, mas sim da prontidão crítica; da disponibilidade imediata, corporal, integral de superação - lembremos que, no limite, a morte foi a saída para muitos: a sua, de seus filhos, ou dos senhores brancos.

E há também a recomposição do território simbólico através do desenvolvimento de novas estratégias culturais que foram capazes de produzir novos pactos comunitários e sociais em um grupo fragmentado e molestado pela tortura física e moral cotidianas. Novas regras de grupalização, novos elos foram criados, e nestes a mulher negra teve papel fundamental.

Uma outra importante contribuição que a população negra - e a cultura elaborada por nós neste cenário adverso - oferece é a necessidade de recuperação do poder das palavras.

A cultura negra brasileira considera que as palavras são um veículo do poder de realização pertinente a todos os seres humanos - a que denominamos, entre outros, de axé. Toda a ação começa com a palavra. Transpondo o que digo para o momento que vivemos, considero que, agora, algumas palavras estão sob ataque. E, com elas, nossa capacidade de ação e de crítica da ação.

Busco apenas dois exemplos entre todas. O primeiro é a palavra radical. Atualmente, o senso comum verbalizado através da mídia e da política (e também da política mediática) reduz a radicalidade à condição equiparável a um xingamento, uma ofensa, um descontrole injustificável. Ou então, uma estratégia de silenciamento dos discordantes.

Seria possível afirmar, no entanto, que este mau uso - ou este uso tendencioso - tem sido visto na história recente do país exemplificado no uso que esta palavra teve nos tempos da ditadura militar e civil (pois havia civis, como sabemos).

A ditadura foi pródiga em lançar mão deste expediente reducionista, a partir do que pôde justificar as prisões ilegais, a tortura, a morte de muitos.

Mas é preciso assinalar que estes tempos atuais são outros. Vivemos o momento em que aqueles radicais, aqueles que foram presos, torturados, cujos companheiros e companheiras foram mortos, estão no poder - junto com as cicatrizes que carregam.

Assim, considero fundamental recuperar o sentido profundo da palavra, de seu movimento de busca e enfrentamento das raízes da dominação, das desigualdades e de seus mecanismos entre nós. E neste nós, incluo aqueles que comprometeram sua vida, sua história e suas heranças num projeto de mudança. Recuperar a palavra é dar sentido à ação que se requisita para que, além de identificarmos adequadamente quem são os verdadeiros radicais, possamos também acessar, criticar e apoiar, se for o caso, suas apostas para um futuro humano mais igualitário.

Esta radicalidade, desde a perspectiva da cultura negra em muito elaborada pelas mulheres, requer necessariamente seu aspecto de corpo presente, ou seja, para além de meramente racionalidade ou teoria. E sim da vigilância crítica cotidiana de si e dos seus. Do recurso à criatividade sem medo da verdadeira ruptura – que é aquela que lhe inclui e lhe requisita. Como um, como indivíduo, como humano. E mais do que isto, como membro de um grupo unido por passado e futuro comuns.

Outro exemplo, outra palavra que deve ser resgatada em sua dimensão positiva e propositiva é resistência. Sigo aqui o pensamento da professora Tatiana Roque, da UFRJ². Ela assinala que, para além da dimensão puramente negativa, contra, embutida na nossa compreensão da palavra resistência, há uma outra dimensão, mais ativa e positiva. Um dos exemplos que cita é a da resistência do chuveiro – aqui, trata-se de um filamento metálico cuja ação (resistência) é, na presença da circulação de eletricidade, produzir o efeito benéfico buscado: no caso, calor e conforto representado pelo aquecimento da água do banho. A resistência será vista então como uma disposição que antecede a ação e que a potencializa, a transforma, a melhora. Assim, devemos requisitar nossa capacidade de resistência como forma de potencialização das ações e iniciativas empreendidas a partir da chegada da esquerda ao poder no Brasil.

Por fim, recupero uma frase dita pelo professor Eduardo Portella: “quem sustenta o desenvolvimento sustentável é a vida do mundo”³. O que quer dizer que superar é a vida que é vivida por mim e por você. Esta frase é importante também quando lembramos que o neoliberalismo se apropria dos diversos aspectos para além da capacidade de trabalho e de gerar renda, mas sim de tudo o que significa a vida de pessoas e grupos.

Superar é retomar a vida radicalmente. É ser resistente. É agir - como pessoas, responsáveis e radicalmente comprometidas com a denúncia e a recusa ao racismo, ao sexismo, a homofobia, ao privilégio, à subordinação, à pobreza, à violência e a tudo aquilo que hoje sustenta e dá vigor ao neoliberalismo.

Este é o meu compromisso radical. E, espero, seja também o seu.

NOTAS:

1.Corsani, Antonella e Lazzarato, Maurizio. Emprego, crescimento e renda: história de conteúdo e forma de movimento. UFRJ/Rede Universidade Nômade, Revista Lugar Comum nº 17, 2003.

2-Roque, Tatiana. Resistir a quê? Ou melhor, resistir o quê? UFRJ/Rede Universidade Nômade, Revista Lugar Comum nº 17, 2003.

3-Proferida durante o curso Modernidade e Contra-Modernidade, ECO/UFRJ, 2º semestre de 2003.

PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UM ORÇAMENTO AFRO-BRASILEIRO*



JUSSARA DE GOIÁS

Socióloga e Assessora do INESC

O INESC, desde 1995, iniciou um trabalho de monitoramento do orçamento do governo federal com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade das políticas sociais selecionadas. Nesse sentido desenvolveu uma metodologia para a coleta dos dados nas temáticas criança e do adolescente; direitos humanos; homossexuais; política agrária e segurança alimentar, e índio e meio-ambiente.

A intervenção do INESC se dá em duas linhas de ação: uma que assegura a intervenção no processo orçamentário (PPA - Plano Plurianual; PLDO - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; PLOA Projeto de Lei Orçamentária Anual) no período de discussão e aprovação no Congresso Nacional; e outra que é contribuir para o controle social através do monitoramento da execução orçamentária de programas selecionados.

Na primeira linha de ação atuamos com advocacy, ou seja, intervenção política no sentido de assegurar que as demandas dos segmentos organizados estejam contempladas como prioridades de governo e tenham recursos alocados no orçamento federal. Dessa forma o INESC articula nos diversos espaços de organização da sociedade civil, como por exemplo os fóruns e conselhos das políticas (Fórum DCA, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, Comitê Nacional contra a Exploração Sexual de Criança e Adolescentes, CONANDA, CNAS, Fórum da Reforma Agrária, Fórum dos Povos Indígenas etc.).

O objetivo é assegurar a apresentação de emendas tanto para ampliação de recursos quanto para inserir novas ações; assegurar o diálogo desses segmentos com os parlamentares comprometidos com cada temática, geralmente organizados em Frentes Parlamentares (Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança, Frente Parlamentar em Defesa da Livre Orientação Sexual etc.).

Na segunda linha o INESC contribui com o trabalho técnico de organização dos dados dos programas do governo federal voltados para esses segmentos nos quais são identificados os recursos alocados na proposta enviada ao Congresso Nacional, os recursos aprovados e, após a sanção presidencial, monitoramos a execução mensal de cada item até o fechamento de cada ano.

Aproveitando esse conhecimento, a assessoria de políticas para populações específicas iniciou um trabalho buscando identificar, no PPA 2004-2007 do governo Lula, o que poderia vir a ser um “orçamento Afro-brasileiro”. O que seria isso? Seria a construção de um quadro que pudesse conter todos os programas do governo federal nos quais estão alocados os recursos das políticas sociais que tem como público alvo a população afro-brasileira.

Para elaborar uma proposta de orçamento Afro-brasileiro levamos em conta que a nossa experiência de trabalho com o corte de raça é muito pequena e recente, resumindo-se na elaboração de um Boletim sobre execução orçamentária em outubro de 2003, denominado “A Desigualdade entre as Raças” onde tentamos identificar, na perspectiva da execução orçamentária, qual a realidade de crianças negras e brancas no Brasil e onde alertamos para a necessidade de atuação nessa perspectiva quando se pretende transformar a situação de desigualdade e exclusão social que atinge os negros, e que torna as crianças afrodescendentes mais fragilizadas com relação às demais, visando assegurar a elaboração de políticas públicas estruturantes e garantir recursos orçamentários para sua implementação.

Como então construir uma proposta de orçamento Afro-brasileiro? Tivemos o cuidado de definir alguns critérios que pudessem orientar nosso olhar para o PPA 2004 - 2007 do governo federal. Primeiramente selecionamos aqueles que tratam especificamente de quilombolas, populações ribeirinhas e comunidades tradicionais. Em todos esse programas identificamos também a definição de indicadores, meta, valores e ações. Alguns exemplos dos programas aqui inseridos: Amazonas Sustentável, Programa Nacional de Florestas, Preservação do uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade, Crédito Fundiário, Paz no Campo, Conservação do Uso Sustentável de Recursos Genéticos, Comunidades Tradicionais, Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para Inserção Social, Alimentação Saudável, Pró-Ambiente e Saneamento Rural. O total de recursos alocados para todos os programas destinados a essa população (quilombos, ribeirinhas e comunidades tradicionais) é de R\$ 33.311.450.700, lembrando sempre que os recursos no PPA estão previstos para execução em 4 anos 2004 - 2007.

Observamos então que, no PPA 2004 - 2007 temos poucos programas específicos para a população negra. Na política de saúde, por exemplo, o único programa existente é o 1291 que trata da segurança transfusional e é nesse programa que localizamos a questão da anemia falciforme. O objetivo dele é assegurar a qualidade auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sanguíneos, garantir a assistência aos portadores de doença de coagulação sanguínea e de má formação das hemácias. O público alvo: pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme e a sociedade. O indicador é a taxa de doação de sangue. Como esse é um programa muito importante nesse debate sobre negritude, raça e políticas públicas fizemos a descrição de todas as ações previstas no PPA e os valores alocados para cada uma delas.

As Ações:

1. Estruturação dos serviços de hematologia e hemoterapia R\$ 122.253.000
Meta: âmbito nacional - 3.202
2. Implantação da unidade de fracionamento do Plasma R\$ 120.000.000
Meta: âmbito nacional - 100
3. Atenção aos pacientes portadores de coagulopatias R\$ 941.735.000
Meta: âmbito nacional - 33.126
4. Atenção aos pacientes portadores de hemoglobinopatias R\$ 22.637.000
Meta: âmbito nacional - 59.500
5. Capacitação de profissionais em serviços de hemoterapia R\$ 14.488.000
Meta: âmbito nacional - 2.000
6. Certificação da qualidade dos serviços de hemoterapia R\$ 30.112.000
Meta: âmbito nacional - 5.430
7. Gestão e administração do programa R\$ 3.399.000
Meta: âmbito nacional
8. Publicidade de Utilidade Pública R\$ 22.637.000
Meta: âmbito nacional
9. Rede Nacional de Informações em sangue e hemoderivados R\$ 5.437.000
Meta: âmbito nacional

Na Presidência da República temos o Programa 1152 “Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial”, cujo objetivo é coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e avaliação e controle dos programas na área de promoção e igualdade racial. O projeto de lei não apresenta os indicadores para esse programa. São ações de âmbito regional e nacional; e o valor alocado é de R\$ 86.646.866.

Outro Programa específico está no Ministério da Cultura, que é o 0172 “Cultura Afro-brasileira” que tem um total geral de R\$ 57.812.047; o público alvo é a sociedade; os indicadores: taxa de desenvolvimento sócio-econômico-cultural das comunidades remanescentes de quilombos, taxas de reconhecimento e titulação de comunidades remanescentes de quilombos; e atuação no âmbito regional (centro oeste e nordeste) e nacional.

Continuando a busca dos programas que poderão compor um orçamento Afro, outro critério que utilizamos foi identificar programas que têm o público alvo definido no PPA como população carente, risco pessoal e social, de baixo poder aquisitivo, situação de vulnerabilidade social em áreas de habitação subnormal e etc. Isso porque o censo do IBGE, identifica que 44% da população é afro-brasileira; desses, 74 milhões de pessoas se encontram em estado de semi-analfabetismo; com nível médio apenas 14% dos negros tem de 5 a 11 anos de estudo contra 25% dos brancos e 41% dos amarelos; 71% dos negros tem no máximo o 1º grau e apenas 4% conclui o curso superior contra 13% dos brancos.

Outro dado que temos é que 40,4% da população brasileira no último Censo se declarou parda e apenas 5,6 % se declarou preta. Quanto ao rendimento em 2001 (PNAD) a média para as famílias negras é de R\$ 205,00 contra R\$481,00 das famílias brancas; e 47% dos negros estão definidos como pobres e 21,2% de indigentes contra 22% de brancos pobres e 8,4% de brancos indigentes.

Portanto, muito embora os programas selecionados com base nesses critérios não tenham especificado que serão dirigidos para afrodescendentes, consideramos que temos uma população negra grande nessa situação, e que é importante saber se esses recursos estão sendo executados porque, se assim for, nós teremos R\$ 68.212.911.900 implementados em políticas voltadas para a população vulnerável, de baixo poder aquisitivo etc. Essa execução teria que fazer uma diferença na realidade da população mais carente do país, cujos índices mostram que essa é a população negra e, portanto, podem ser programas que os segmentos organizados tenham interesse em monitorar.

Exemplo disso é o Programa 1008 - Inclusão Digital do Ministério do Planejamento. O objetivo do programa é promover o acesso a tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações disponibilizadas por meio dessas, contribuindo para inclusão social dos cidadãos brasileiros. O público alvo está muito amplas “comunidades, jovens e outros segmentos identificados cuja situação socioeconômica imponha dificuldades de acesso aos benefícios das novas tecnologias de comunicação e informação”. Se o objetivo é ampliar e promover o acesso seria necessário incluir uma ação afirmativa dando prioridade à população afrodescendente.

Por fim selecionamos programas que identificamos como de interesse social e fizemos uma listagem: artesanato brasileiro; programa conviver (desenvolvimento integrado do semi-árido); acesso à alimentação; banco de alimentos; Brasil alfabetizado e Brasil escolarizado, etc. Outros que tem o público alvo definido como “populações em condições sociais especiais e vulneráveis” como por exemplo o programa de âmbito sócio-educativo ao adolescente em conflito com a lei. Esse programa atinge diretamente adolescentes pretos e pobres porque são eles que superlotam as Febens. Aqui também estão os programas: direitos humanos direitos de todos, combate à violência contra as mulheres, educação na primeira infância e proteção social a pessoa idosa.

Por fim trato também de programas mais amplos que em hipótese alguma identifica uma relação direta com a população negra, mas que, em nossa avaliação, deveriam ter; por isso foram separados e inseridos aqui para reflexão de vocês. São programas como o “livro aberto, o patrimônio cultural, Brasil esporte de auto rendimento, agricultura familiar, difusão da cultura e da imagem do Brasil no exterior, assistência jurídica, etc”. No nosso entendimento todos esses programas têm impacto muito forte na vida do País e que, portanto, poderiam ser objeto de ações afirmativas pois contemplam políticas universais mas que, na sua execução, não dão conta de efetivamente realizar o processo de inclusão de novos beneficiários, aqueles que estão abaixo da linha de pobreza, em sua maioria negros.

Exemplo disso é o Programa 1166 do Ministério do Turismo, “Turismo no Brasil: uma viagem para todos” cujo objetivo é ampliar o acesso dos brasileiros, para que possam viajar, conhecer o país e fazer turismo. Sabemos que a população negra só terá acesso a esse programa se for inserida uma ação afirmativa definindo um percentual de cotas porque, se ficar amplo, universal como está, certamente não teremos negros viajando.

Entendemos ser necessário o movimento de afrodescendentes se apropriar dessas informações e construir critérios que respondam por que cada programa foi escolhido para compor o Orçamento Afro. O que foi apresentado aqui é uma primeira definição, isolada, porque os programas foram escolhidos por nós, e foi organizada como exemplo a ser discutido nesse Seminário para contribuir para a compreensão de todos e todas sobre o que pode ser feito.

Por fim é importante ressaltar que essas são informações que impulsionam os movimentos sociais para uma ação de pressão para inclusão de prioridades, seja no PPA, LDO ou LOA. Portanto, se o movimento social de entidades, como a Articulação Nacional de Organização de Mulheres Negras e o Movimento

Negro tiverem clareza dos programas que devem compor esse orçamento o INESC pode atuar e mobilizar para que, no Congresso Nacional, sejam aprovadas emendas de Comissão ou de parlamentares que contemplem essas demandas. O objetivo do INESC é fortalecer esse empoderamento da sociedade civil organizada em suas ações de monitoramento das políticas sociais e do orçamento público.

O caminho a seguir é reunir representantes negros dos diversos segmentos sociais com o objetivo de trabalhar sobre essa proposta e produzir, com os próprios sujeitos, uma proposta final de orçamento.

¹ Palestra proferida durante o curso Modernidade e Contra-Modernidade, ECO/UFRJ, 2º semestre de 2003. Apresentado anteriormente em 14 de outubro de 2003 no "Fórum Internacional sobre Erradicação da Pobreza, Geração de Emprego e Igualdade de Gênero e Raça", promovido pela OIT em Brasília. Os dados e reflexões expostos são um produto das atividades do projeto IPEA/NUD BRA/01/013, "Combate ao Racismo e Superação das Desigualdades Raciais". A transcrição da fita foi revisada pela autora visando preservar ao máximo a fala gravada, com algumas alterações necessárias para dar maior consistência e coerência a trechos que poderiam se tornar incompreensíveis destacados da apresentação.

AS POLÍTICAS DE AJUSTE NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA



LAURA TAVARES SOARES

*Doutora em Economia do Setor Público,
área de Política Social. Professora da UFRJ.
Pesquisadora do Laboratório de Políticas
Públicas da UERJ*

A BASE ESTRUTURAL

Os problemas gerados pelas Políticas de Ajuste Neoliberal são agravados, no caso da América Latina, pelo “peso do passado”. Para o seu entendimento, adotamos aqui o conceito de **heterogeneidade estrutural**, entendida como a síntese contemporânea da formação histórica das sociedades latino-americanas¹. Trata-se de uma categoria conceitual ampla, que engloba os traços dominantes das sociedades latino-americanas contemporâneas, aludindo à coexistência de formas produtivas e relações sociais correspondentes a diferentes fases e modalidades no desenvolvimento da região, mas interdependentes em sua dinâmica no interior de Estados politicamente unificados.

Marshall Wolfe definiu heterogeneidade estrutural como “uma situação na qual existem grandes diferenças de produtividade e “modernidade” entre os setores de atividade econômica e dentro deles, existindo, ao mesmo tempo, complexas vinculações de intercâmbio, domínio e dependência dentro de uma “estrutura” socioeconômica nacional em contraposição a supostas situações “dualistas” nas quais coexistem, no território nacional, duas estruturas socioeconômicas - uma “moderna” e outra “tradicional” ou “primitiva” - com escasso intercâmbio entre elas e pouca influência mútua”².

84

Nesse conceito são expressas tanto as formas produtivas e as relações sociais, que são herança daquelas outras originadas no passado colonial, como as transformações que as sucessivas “ondas” de progresso técnico foram introduzindo nos procedimentos produtivos e nas relações sociais básicas que se articulam em torno dos mesmos.

O CONTEXTO DAS CHAMADAS REFORMAS ESTRUTURAIS

Essas “reformas estruturais” de cunho neoliberal - centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado - assumiram uma convergência forçada nas medidas “recomendadas” pelo Banco Mundial, que foram ganhando força de doutrina constituída, sendo aceita por praticamente todos os países. Por outro lado, as políticas macroeconômicas propostas pelo FMI vêm mudando de natureza, acompanhando *ex-post* os problemas surgidos a partir das experiências de estabilização em vários países. As divergências a esse “consenso global” também surgiram, paradoxalmente, em Washington, no interior do governo Clinton.

A partir de meados dos anos 80, o ideário propositivo sobre as políticas de ajuste nas economias “não-industrializadas” passou a incorporar algumas dimensões de natureza “corretiva”.

Em uma delas, que dizia respeito ao papel do Estado, alguns autores passaram a discutir o chamado “paradoxo ortodoxo” ou “paradoxo político das reformas liberais”, qual seja o problema de como conduzir uma transição que tinha no **Estado** o artífice da reforma principal: a reforma de si mesmo. Este problema só ficaria conceitual e praticamente “equacionado” quando, mais adiante, passou-se a ver a transformação do Estado como parte - lenta e complexa - da construção de um novo modelo de desenvolvimento. Dessa forma, evoluiu-se da idéia de “minimização” do Estado para a sua “reconstrução”. Note-se, porém, que se trata de idéias, adotadas apenas por alguns e nem sempre (em quase nenhum caso) implementadas na prática.

Outra dimensão “corretiva” passava pela preocupação com os “programas para os pobres” (pro-poor programs) do Banco Mundial, expressa desde o documento “World Development Report 1990: Poverty” contendo indicadores do agravamento da pobreza produzido pela crise, somado aos efeitos das políticas de ajuste. Essa preocupação evolui com a publicação dos documentos da UNICEF - “Adjustment with a Human Face”, 1987 - e do BID em conjunto com o PNUD - “Reforma social y pobreza”, 1993. Através da avaliação feita nesta tese³ dos programas de combate à pobreza implementados por governos latino-americanos, pode-se constatar que os documentos acima, embora indubitavelmente sinalizem alguma “mudança” no discurso, não passaram deste plano.

O que se quer destacar aqui é o caráter profundamente desigual desse denominado processo de “modernização” em termos de países, empresas e pessoas, levando a uma distribuição regressiva dos benefícios do progresso técnico. A forma como foi feita a “socialização” das perdas levou, entre outras coisas, a uma crise fiscal de contornos estruturais e a transferências patrimoniais de grande porte, gerando, na prática, uma “transformação produtiva sem equidade”⁴. Neste caso o caráter global da modernização está dado pelo sentido comum de agravamento das desigualdades e de produção de exclusão. Esse tipo de transformação produtiva caracteriza-se pelo caráter restrito e concentrado das mudanças tecnológicas em poucos países, bem como numa distribuição desigual dos frutos do progresso técnico e dos custos sociais das políticas de ajuste e reestruturação. Estes custos sociais têm sido pagos primordialmente pelos países periféricos, mas, de modo geral, houve uma piora nos padrões de equidade social herdados do padrão de desenvolvimento do pós-guerra.

Por outro lado, no interior dos países centrais também houve uma distribuição desigual dos custos sociais: estes foram pagos, na maioria dos países, pelos Estados (crise financeira), pelos sindicatos, e pelo emprego da força de trabalho. A crise do mercado de trabalho, no entanto, se bem foi agravada pelas políticas

recessivas de ajuste, é de natureza estrutural. Justificado pelas mudanças tecnológicas, o chamado processo de “flexibilização” foi tão contundente e generalizado que, mesmo diante do crescimento econômico, ainda não foi resolvido. Além disso, o emprego dos mais jovens, dos mais velhos e das mulheres, torna-se um problema estrutural adicional. Outras consequências dessa repartição desigual dos custos foram: a distribuição pessoal da renda piorou com o aumento da dispersão salarial; houve ampliação dos autônomos com rendimentos desiguais e o surgimento de uma “casta” yuppie de rentistas; foram gerados bolsões de pobreza, sobretudo nos EUA e na Inglaterra; e foram desmontados os mecanismos compensatórios do “Welfare State”, sobretudo em função da crise fiscal. Esta crise fiscal, que chegou a apresentar magnitude semelhante à dos países periféricos, esteve associada tanto às políticas de ajuste quanto à reestruturação da atividade econômica e da população economicamente ativa.

Outra razão da crise fiscal, pelo lado do gasto corrente, associada às políticas de ajuste, tornou-se visível pelo peso adquirido nos EUA e nos países periféricos: trata-se do peso crescente dos serviços financeiros externos e/ou externos da dívida pública. Esta influência crescente dos serviços financeiros (advinda das operações ativas com títulos públicos nos mercados monetários para regular os desequilíbrios de balanço de pagamentos), provocou um resultado estrutural importante: o agravamento da distribuição da renda e da riqueza nacional no interior dos países, gerando uma enorme concentração de riqueza privada na década de 80. Além disso, esse enorme incremento da renda e da riqueza na última década não apenas foi apropriado privadamente de forma muito concentrada, como, em função dos “paraísos fiscais” para os agentes transnacionais, não tem bases territoriais delimitadas. Não esquecendo, porém, que a infraestrutura física e social tem sido paga, em todos os casos, pelos Estados Nacionais. Neste contexto, as reclamações contra o peso e a ineficiência do Estado por parte dos neoliberais, muito bem colocados em termos de renda e riqueza pessoal nos circuitos privilegiados, são de um cinismo assustador.

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AJUSTE

Os diversos casos de “retorno à ortodoxia” observados em países da América Latina apresentam similitudes a par de diferenças importantes que trataremos de aqui caracterizar.

Numerosos países da região trataram de introduzir maiores elementos de ortodoxia em suas políticas econômicas, mas o fizeram de diferentes formas e graus de intensidade. No entanto quase todas essas políticas colocaram como objetivos comuns: a) aumentar o grau de abertura da economia para o exterior a fim de lograr um maior grau de competitividade de suas atividades produtivas; b) racionalizar a

participação do Estado na economia, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; c) estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas em economias que têm estado submetidas a fortes processos inflacionários.

Foram elaboradas algumas tipificações dos diferentes casos de abertura das economias e de retorno à ortodoxia. Apesar de reconhecer serem várias as formas que as políticas de ajuste assumem nos diferentes países, elas podem ser resumidas em dois tipos: um primeiro tipo de caráter mais doutrinário ou mais “puro”, no qual se aplicariam estritamente os princípios do liberalismo econômico; e um segundo tipo mais “pragmático”, no qual os objetivos de abertura econômica e de estabilização se condicionariam à obtenção paralela de outras metas de crescimento econômico e de justiça social.

Uma primeira diferença entre ambos os tipos, está dada pela intensidade e ritmo com que se perseguem os três objetivos comuns acima mencionados. Uma segunda diferença se refere à estratégia de desenvolvimento no longo prazo e em particular à industrialização. No tipo doutrinário não se trata apenas de fazer ajustes graduais e parciais, senão de admitir que possam ser desmontados total ou quase totalmente setores produtivos que já estão fortemente arraigados na economia e que possuem uma longa tradição de produção, mas que na atualidade já não podem competir com bens similares importados. Tampouco se persegue um processo contínuo e deliberado de desenvolvimento industrial proporcionando a proteção e a promoção que sejam necessárias aos setores novos. Pelo contrário: postula-se que o crescimento industrial terá que ser apenas aquele que o jogo das “forças de mercado naturalmente provocam”.

Outra diferença importante diz respeito às concepções sobre as funções do mercado e do Estado na distribuição dos recursos produtivos. Nas colocações mais pragmáticas, ambos são necessários, complementando-se entre si. Nos casos mais doutrinários as funções do Estado relativas à produção devem limitar-se às do Estado “gendarme”, não devendo influir na alocação dos recursos deixando que esta se realize exclusivamente pelo mercado. Paralelamente a essas diferenças, estão as diferentes posições no tocante à operação dos instrumentos de política econômica.

Por outro lado, essas diferenças se traduzem e traz conseqüências importantes em outros aspectos de fundamental relevância da sociedade e do processo político. Nos casos mais pragmáticos seria mais factível a consolidação de processos democráticos ao evitar ou amenizar algumas das causas fundamentais de tensão social e política. Nos exemplos mais doutrinários se evidenciou a necessidade de governos mais autoritários, sendo menor e/ou mais lento o avanço possível nos processos de abertura política.

Quando se analisa três países latino-americanos considerados referências para os processos de ajuste - Chile, México e Argentina, as diferenças são identificadas com o objetivo de situar os obstáculos ao avanço das políticas de ajuste, comuns em seu ideário. Essas diferenças seriam de natureza institucional, consolidadas através de longas trajetórias históricas, e de natureza conjuntural, vinculadas às mudanças nas correlações de forças nacionais e internacionais, influenciando na maior ou menor eficácia na implementação das políticas propugnadas pelo reformismo liberal. Existe ainda um outro elemento nessa diferenciação: o fator tempo, o que é exemplificado com os casos do Chile, onde o ajustamento começou na década de 70 (servindo inclusive como modelo para a elaboração posterior do chamado "consenso de Washington"); do México, onde esse ajustamento só ocorreu na segunda metade dos anos 80; e do Brasil, com a virada dos anos 90.

Ao tomar como paradigma o caso "exitoso" do Chile, bem como as experiências do México e da Argentina, o objetivo é o de não apenas mostrar as especificidades brasileiras, mas evidenciar o caráter contraditório, e igualmente específico, que tiveram tais experiências; chamando a atenção para a distância existente entre os processos reais e as doutrinas assumidas pelas políticas de estabilização.

88

Por outro lado, houve também mudanças, com relação à América Latina, no caráter do ajuste após 1990. Com os EUA já "reestruturado", passou a prevalecer o interesse exportador desse país, encarando a América Latina como seu "mercado". A partir de 1991 verificou-se uma inflexão na balança comercial de diversos países latino-americanos, sobretudo o México e a Argentina. A entrada na "globalidade" significou, para a América Latina, apenas a abertura comercial.

Há uma concordância por parte dos autores de que as diferenças na implementação das políticas de ajuste por parte de alguns países latino-americanos derivam essencialmente do tipo de trajetória - econômica, social e política - percorrida por esses países antes da crise dos anos 80. Essas trajetórias, baseadas em diferentes estruturas produtivas, traduzem-se em diferentes instituições políticas, sistemas partidários e organizações sindicais e empresariais, que resultam em capacidades diferenciadas de sustentar formas pactuadas ou solidárias de implementação daquelas políticas.

Outros autores identificam outras semelhanças e diferenças entre as diversas propostas de ajuste. Elas podem ser resumidas em duas modalidades principais. A primeira parte da hipótese de que é necessário restabelecer rapidamente o equilíbrio das principais variáveis macroeconômicas. Assim, o ajuste deveria estabilizar um sistema de preços que se considera distorcido, incluindo principalmente o tipo de câmbio e

a taxa de juros. Uma estrita política salarial e a redução radical dos gastos estatais permitiriam resolver a crise fiscal. A aplicação “severa e correta” do ajuste permitiria, ainda, que o mesmo fosse de curta duração e, portanto, seus amargos custos seriam recompensados por um aumento do investimento e do rápido restabelecimento do fluxo de capital externo. Para as eventuais “oposições” ao ajuste, existiriam respostas que oscilariam entre medidas de compensação parcial a certos grupos (evidentemente para aqueles com maior poder de pressão) e o controle repressivo. A implementação deste tipo de ajuste não logrou, em geral, os resultados esperados pelos seus proponentes, em termos de estabilização efetiva e permanente dos preços da economia. Depois de aplicá-lo, vários países se encontraram em maiores dificuldades, propiciando a revisão de alguns supostos.

Assim, surgiu uma segunda concepção de ajuste mais relacionada a transformações de médio prazo, no entendimento de que as “distorções” e a falta de incentivos para o investimento produtivo, bem como as debilidades institucionais do setor público seriam extremamente sérias. A sua superação demandaria mais tempo que o previsto anteriormente. Além de uma melhor “gestão macroeconômica”, seria necessário impulsionar profundas mudanças institucionais e repensar as estratégias de desenvolvimento, incluindo a relação público-privado. O surgimento de créditos de “ajuste estrutural” (SALs) do Banco Mundial estiveram relacionados com essas novas preocupações.

No que diz respeito ao enfoque e à implementação das Políticas Sociais, também podemos identificar diferenças, embora aqui estas se ocultem muitas vezes, até nos casos mais ortodoxos, sob a capa de um discurso “social”. As discrepâncias dizem respeito à participação do Estado na prestação direta dos serviços e ao financiamento dos mesmos através de impostos diretos ou indiretos, com diferentes graus de progressividade, ou diretamente através de contribuições. Por trás das concepções ditas mais “doutrinárias”, está a posição que concede menor relevância à função social do Estado, supondo que deve ser o próprio mercado aquele que cria condições de um desenvolvimento mais dinâmico e através dele devam solucionar-se os problemas de desemprego e de pobreza, destacando-se que a desigualdade permite que os setores de maiores ingressos tenham uma maior poupança e favoreça um maior investimento. Também é diferente o tratamento dado aos sistemas de Previdência Social e seu financiamento, bem como às condições de trabalho. Aqui é colocada uma maior dificuldade em traçar uma linha divisória entre ambos os enfoques (o “pragmático” e o “doutrinário”). Em ambas parte-se da preocupação de que o financiamento do Seguro Social não recaia sobre os “custos de produção” em prejuízo da “competitividade” das atividades produtivas nacionais frente ao exterior. Por outro lado, a não garantia dos avanços já obtidos nos Sistemas de Aposentadorias, por exemplo, costuma provocar conflitos sociais e políticos.

* Texto baseado em capítulo de Tese de Doutorado da autora, publicado no livro “Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina”, editado pela Vozes, Petrópolis/RJ, 2001.

NOTAS:

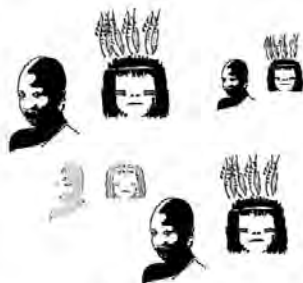
1 - ver Aníbal Pinto, “América Latina: uma visión estructuralista”, Colección América Latina, Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1991.

2 - ver CEPAL, “Estudio Económico de América Latina”, 1973; in Aníbal Pinto, op. cit.

3 - ver nota 1

4 - em oposição à “Transformação produtiva com equidade” preconizada pela CEPAL-Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – para o anos 90.

REFLEXÕES SOBRE ALTERNATIVAS POLÍTICAS CONTRA A POBREZA, AS DESIGUALDADES E AS DISCRIMINAÇÕES



LINE BARREIRO

*Socióloga paraguaia, feminista e
membro da Articulação Feminista
Marcosur*

Agradeço às companheiras da Articulação Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, à ActionAid e à Articulação Feminista Marcosur (AFM) por organizarem esta atividade e por terem me convidado a participar. Quero que saibam que para mim é uma honra participar deste painel, ser convidada pelas redes de mulheres negras. Para mim é muito importante estar nesse lugar, porque é muito relevante para quem leva anos de trabalho feminista e vou explicar porquê.

Nós feministas sempre incorporamos a idéia da diversidade na teoria feminista e na teoria de gênero. Nossas contribuições estão baseadas na demonstração da diversidade de sexo-gênero e compreendemos que as relações de gênero variam conforme as diferentes sociedades e tempos, mas também de acordo com o lugar que se ocupa em uma sociedade. Temos sempre rejeitado a idéia de mulher universal e, por sua vez, temos trabalhado a idéia de mulheres diversas e que sua etnia, raça, classe social, idade e outras diferenças influenciam nas discriminações, desigualdades, igualdades e oportunidades que cada mulher tem. Todas as feministas têm ressaltado a diferença e algumas vertentes, como a que eu pertenço, compreendem que a construção da diferença implica uma luta pela igualdade na sociedade. Ou seja, construímos uma identidade diferenciada para podermos ser iguais.

92

Teórica e intelectualmente, portanto, integramos sempre a diversidade. Mas não é o mesmo ressaltar e reivindicar algo em termos gerais, em abstrato, que trabalhar com sujeitos que têm toda a capacidade discursiva e constroem seu próprio discurso, a partir das interseções que lhes cabe viver e/ou que fazem a sua identidade política e cultural. Em termos intelectuais e de atitude, o feminismo defendeu a igualdade das diferenças mas, na prática, foi durante muitos anos um movimento social bastante homogêneo.

Sem necessidade de teorizar, este painel nos mostra a diversidade real que o feminismo e o movimento anti-racista conseguiram. Porque é diferente propor respeito à diversidade de ver na prática que as identidades estão colocadas em um mesmo pé de igualdade como produtoras de discursos e ações emancipatórias. Politicamente é fundamental que Graciliana possa representar a mim ou a Juanpedro, sobretudo porque ela, como mulher indígena feminista contribui, com seu discurso e com sua presença, com uma parte fundamental das múltiplas identidades que lutam pela igualdade e pela diferença.

Estive lendo com muito cuidado o conteúdo desse folheto que convida para nosso painel. Nos diz, muito corretamente do meu ponto de vista, que as desigualdades de classe, de raça, de etnia e de gênero se reproduzem em um sistema de poder que se sustenta na produção articulada dessas desigualdades.

No entanto, apesar de que a correlação entre todas essas desigualdades pode ser evidente na reflexão, existe na prática da sociedade e na nossa própria prática política uma percepção fragmentada dos problemas. Ou seja, por um lado reconhecemos os vínculos e, por outro lado, ainda não aprendemos a juntar as coisas, os elementos que podem nos ajudar a encontrar não apenas as causas das discriminações e desigualdades, mas sobretudo a formular propostas emancipatórias e de ruptura com a ordem de dominação atual.

E justamente as organizações nos chamam a atenção na sua convocatória, de que as relações de produção e acumulação de riquezas, as relações discriminatórias de gênero, raça e etnia, as desigualdades de classe, não são estanques na vida social, mas elementos constitutivos de uma ordem social. E é essa ordem social a que queremos mudar.

Atualmente buscamos compreender um mundo que mudou muito e as relações nas quais estamos imersas também se transformaram profundamente. Mas é também tempo de buscar novas formas emancipatórias e por isso viemos ao Fórum Social das Américas e vamos ao Fórum Social Mundial. Certamente, resistimos às atuais formas de dominação, pesquisamos, debatemos, tratando de entender e de nos encontrarmos para pensar na emancipação, e tudo isso passa por conseguir articulações que respeitem as identidades. É impossível que consigamos fazer uma articulação política efetiva se não nos conhecemos, se não explicitamos nossas visões, nossas coincidências e diferenças, se não chegamos a mínimos comuns.

93

Embora o grande título de nosso painel não incluía classe social, o subtítulo o faz e quero recuperá-lo para mostrar uma evolução no movimento social, ou pelo menos em uma parte dele na qual participei. Tenho 30 anos de feminismo, mas antes era marxista fechada e via somente proletários, burgueses, camponeses e oligarcas. Toda a análise se baseava nas relações sociais de produção e na propriedade dos meios de produção. Não cabia, então, que houvesse outras desigualdades relevantes além das de classe social e, no máximo, se considerava que a libertação social conduzia à libertação de qualquer outra opressão.

Somente quando diferentes sub-comunidades puderam construir identidades e organizações próprias, quando surgiram os novos movimentos sociais políticos, foram sendo questionadas as verdades homogeneizantes do marxismo e da teoria de classes sociais. Estou convencida de que sem os grupos feministas e sem o movimento amplo de mulheres não teríamos tido hoje a teoria de gênero. A teoria se constrói a partir das perspectivas que temos para a leitura de realidades e para a elaboração de propostas para sua transformação. Eu falo hoje de teoria de gênero porque se aplicou a perspectiva de gênero a pesquisas em todo o mundo e se encontrou sua validade em toda sociedade que haja construção do masculino e do feminino.

Contudo, o mais interessante da teoria de gênero é que nasceu quando já havia outras formas válidas de ler as realidades, nasceu reconhecendo outras teorias e nunca teve pretensão de ser verdade absoluta. Nunca teve os complexos que dá a primogenitura, mas como os e as segundas filhas, nasceu sabendo que havia outras leituras possíveis das sociedades. A teoria de gênero, por isso, nos ajuda a compreender uma das formas de relacionamento social.

Além disso, a perspectiva de gênero buscou se associar com outras perspectivas analíticas, como a já assinalada de classes sociais, mas também com as análises sobre o racismo. O racismo, na verdade, é uma forma exacerbada de todas as perspectivas discriminatórias, a mais absoluta de negociação do outro e da outra, é a que busca sua eliminação, é a máxima representação fundamentalista. Qualquer teoria que analise discriminações é tributária das reflexões sobre o racismo, e com o sexismo se aproxima ainda mais, pela justificação biologistica de ambas idéias e práticas discriminatórias.

94

Uma observação relevante para nosso debate é que, embora a pobreza seja um dos pontos de especial preocupação quando trabalhamos as interseções de gênero, raça e etnia, a discriminação nem sempre tem que ver com a pobreza. Por exemplo, uma das piores formas de racismo que a história da humanidade conheceu foi o extermínio de judeus/judias, ciganos/as e homossexuais pelo nazismo. Bem sabemos que há diferentes racismos, mas nem o racismo nazi, nem o sérvio, nem sequer o norte-americano atual têm a ver com pobreza. No entanto, muitas vezes se unem as diferentes formas de discriminação cultural com desigualdade social.

Mas a pobreza é uma dimensão inegável de diversas formas de submissão, de subordinação e de discriminação, assim como é a perspectiva de gênero. Inclusive pesquisadores/as não feministas como Maria Rostworowski nos ensinaram que as relações de dominação estabelecidas na colônia foram diferentes para mulheres e para homens, embora todos se empobreceram. Mas, enquanto os homens se mantiveram longe, como inimigos guerreiros dos espanhóis ou estes os tinham como escravos (ou semi-escravos das encomendas) nas plantações e nas minas, as mulheres eram muitas vezes trazidas para as casas, como empregadas, como concubinas, para a casa e a cama, tendo filhos e filhas com elas.

Visto a partir do etnocentrismo espanhol e europeu em geral, eles se sentiam superiores a qualquer indígena americano/a. Visto do seu racismo, todos os povos indígenas deviam ser submetidos e, em alguns casos, exterminados. Visto da perspectiva de gênero, houve diferentes formas de viver a colonização, diferentes lugares e opressões para os homens e para as mulheres.

Diferentes autores e autoras insistiram que desigualdade e discriminação são diferentes, entre eles Nancy Fraser, que nos diz que, para superá-las, são necessárias políticas diferenciadas. A desigualdade social, a concentração de capital e a pobreza precisam de medidas redistributivas, enquanto as discriminações estão no terreno do cultural e necessitam políticas de reconhecimento. Obviamente que Fraser, assim como outros autores e autoras, observa que tanto no racismo como no sexismo e etnocentrismo se cruzam o social com o cultural, as necessidades materiais com a identitárias.

Ou seja, nós que trabalhamos com as interseções e que reconhecemos como importante as relações sociais em geral, devemos trabalhar ambas as dimensões. Porque este sistema de dominação e esta forma de reproduzir a pobreza fazem as duas coisas, criam desigualdades e reproduzem as discriminações.

Um passo chave é deixar de pensar somente na própria discriminação que padece cada coletivo, dar o passo de uma espécie de corporativismo de discriminadas/os específicas/os para uma atitude cidadã, na qual sua discriminação é para mim tão importante como a que eu sofri e que continuo padecendo. É por isso que nossa aliança pode ser muito frutífera, porque é também um aprendizado de reconhecimento, de ruptura de visões, práticas e propostas fragmentadas. O que fazemos nestes diálogos é, em primeiro lugar, reconhecer-nos.

95

Gostaria de introduzir agora uma dimensão cultural da pobreza. Já no século XVII, o jesuíta Antonio Ruiz de Montoya disse que a palavra guarani “amomborياهو” quer dizer “diminuir as palavras e bens”. Hoje no Paraguai a usamos somente como empobrecer materialmente, mas Montoya tinha razão, nenhum empobrecimento é pior que aquele que nos impede de dizer nossa própria palavra, expressar-nos, organizar-nos, ser autônomas. Além disso, existem estereótipos para as pessoas pobres, existe menosprezo a elas e, aparentemente, quem mais discrimina por causa da pobreza é o Estado, através de seus serviços públicos e da administração de justiça. Pensemos somente em quem lota as prisões e veremos todas as discriminações e desigualdades reunidas.

Para que possamos pensar em políticas alternativas contra a pobreza, as desigualdades e as discriminações devemos lidar com certos instrumentos. Nesse sentido, devemos reconhecer a contribuição dos organismos nacionais de estatísticas e dos organismos internacionais na medição da pobreza, através das pesquisas de domicílio para identificar a linha de pobreza e dos censos para identificar as necessidades básicas insatisfeitas. Inclusive na ONU utilizou-se um método muito mais simples para os objetivos do milênio, que é normativo e considera que a extrema pobreza no mundo é aquela na qual as pessoas têm renda abaixo de um dólar por dia.

Um dos problemas que víamos nos métodos de medição, sobretudo no da linha de pobreza, que utilizam todos nossos governos, era que sua unidade é a família e que não podíamos identificar então as desigualdades e as discriminações internas em cada família. E foi justamente a CEPAL que, enriquecendo seu método de medição, mostrou que é possível ver desigualdade de gênero com os dados das pesquisas de domicílio e o método de linha de pobreza.

As medições são úteis mas as políticas contra a pobreza aplicadas até agora são muito pobres e não trabalharam de maneira adequada nem a dimensão de gênero, nem a de raça, nem a de etnia e nem sequer o social. O mais difícil é que nem ao menos podemos fazer grande diferença entre os governos de direita e de esquerda, já que ambos têm as mesmas políticas contra a pobreza. São todas políticas de transferência condicionada de bens e outros recursos às populações mais pobres e, em geral, as receptoras são as mulheres-mães. Políticas relacionadas com a sustentação mínima dos seres humanos. Creio que todos os seres humanos têm direito a um mínimo, e que existe uma responsabilidade estatal em garantir esse mínimo. Lamentavelmente, em nenhum país da região essas políticas são feitas com um enfoque de direitos, mas com políticas paliativas e de manutenção de uma ordem que se reproduz.

96

Sabemos que estamos no continente mais desigual do mundo, sabemos que as políticas que até agora foram desenvolvidas para combater a pobreza não tendem a reduzir as desigualdades, sabemos que não há políticas redistributivas, que não existe enfoque de direitos, que não se prioriza o emprego como primeira possibilidade. Mas não basta saber tudo isso, porque não existirá mudanças nas políticas se nós não construirmos alternativas na sociedade. Tratemos então de tirar algumas consequências.

Primeiro: Pensemos em construir políticas alternativas. Tentemos formular políticas universais e que considerem as dimensões de gênero, raça e etnia. Nesse caso, não será nenhum problema que haja políticas específicas, focalizadas. O que não pode ser é que estas sejam as únicas políticas sociais, mas que devem estar conjugadas com políticas redistributivas do poder, das riquezas e das oportunidades.

Segundo: Pensemos em gerar políticas efetivas contra toda forma de discriminação. Em geral, as constituições de nossos países as proíbem, mas esses artigos não estão regulamentados ou estão somente para algumas formas de discriminação e muitas vezes não se sanciona os que discriminam ou não se reparam as vítimas. Por exemplo, na minha terra, no Paraguai, as pessoas mais pobres são monolíngüe guarani e alguma consequência deve se tirar disso, porque se une discriminação a pobreza.

Em terceiro lugar, temos uma ferramenta maravilhosa que devemos aprender a usar, que são os direitos humanos, unidos a uma subjetividade cidadã. Utilizemos melhor o que conseguimos consagrar nas constituições, a vantagem que nos dá ser parte do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, de sermos países parte do protocolo de São Salvador. No entanto, apesar disso, jamais apresentamos um caso por discriminação pelo trabalho no serviço doméstico, por exemplo. Utilizemos também as possibilidades que nos oferece o Sistema Universal de Proteção de DDHH e todo os pactos e convenções, e não apenas a CEDAW. O mais importante de utilizar os direitos humanos é nossa própria aprendizagem de que uma política contra a pobreza, a desigualdade e as discriminações não são um favor nem uma graça, mas um direito nosso e uma obrigação dos Estados. A partir dos direitos humanos é possível conseguir que não continuem se reproduzindo desigualdades e discriminações, principalmente as estruturais.

Finalmente, temos que saber que é prioritária a construção de alianças políticas para superar a pobreza, superando ao mesmo tempo as desigualdades e as discriminações. Para mim é claro que isso não poderá ser feito pelo movimento feminista sozinho, nem pelo movimento amplo de mulheres, nem pelo movimento indígena, nem pelo movimento negro isolados. Mas não tenho dúvidas de que, mantendo nossas identidades e especificidades, é possível que esta maioria que somos no nosso continente possa mostrar que é possível não apenas ter propostas de conteúdos e políticas alternativas, mas de construir um contra-poder majoritário que desenvolva formas democráticas de fazer política, adequadas a este tempo de grandes transformações.

POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO



MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA

*Presidenta de Maria Mulher - Organização de
Mulheres Negras, de Porto Alegre, RS. Mestra em
Educação pela UFRGS, RS.*

Inicialmente peço um cumprimento forte, que transmita energia, porque na luta contra as discriminações de raça/etnia, de sexo e de classe social necessita-se muita energia. Quero inicialmente apresentar-me, meu nome é Maria Conceição Lopes Fontoura, estou Presidenta da Maria Mulher, Organização de Mulheres Negras, entidade feminista de Porto Alegre, criada em 8 de março de 1987.

Maria Mulher tem como missão institucional o combate às discriminações sexista, étnico-racial e de classe social. Maria Mulher está com 16 anos, faz parte da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras desde o seu início. A organização participou da Diretoria Executiva da Articulação, participando da preparação e da intervenção na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Tolerância Correlata. Maria Mulher esteve nas pré-conferências e nas reuniões que tinham por objetivo preparar a intervenção consistente e necessária das mulheres negras no cenário daquele importante acontecimento.

Todos vocês já tiveram, de certa forma, nas falas anteriores um panorama da luta da população negra brasileira. Também foi enfocada a necessidade de serem formuladas e implementadas políticas públicas, a fim de oportunizar a valorização e a garantir a sua inserção, como cidadãs e cidadãos, na sociedade brasileira.

100

Antes de iniciar minha apresentação, quero refletir um pouco sobre o significado do tempo para a história. Quando imaginamos uma pessoa com 100 anos, pensamos que é uma pessoa que viveu bastante. Agora se levarmos em conta os 115 anos que nos separam do final oficial da escravidão, veremos que o tempo passado é pequeno para operar modificações substanciais de pensamento e comportamento. A forma como a sociedade brasileira atual concebe a população negra assemelha-se àquela como éramos vistos enquanto fazíamos parte do grupo humano escravizado. Mesmo o surgimento de instituições que lutam pela valorização do povo que construiu o país, ainda persiste majoritariamente no país uma forma de pensar atrasada e discriminadora, em relação aos afrodescendentes.

Considerando que o movimento social negro contemporâneo, formado por organizações compostas somente por mulheres, ou por entidades mistas, tendo como objetivo participar da construção de uma sociedade com justiça e equidade, veremos que estas estruturas datam de um período bastante recente e que sua atuação levará tempo para interferir e modificar substancialmente a sociedade.

É importante salientar que o grupo de africanas e africanos trazidos à força para o Brasil, bem como a sua

descendência nascida no país sempre estiveram em movimento contra a escravização e opressão de raça/etnia. A história brasileira ainda não retratou devidamente a luta do povo africano. Assegurar a liberdade para todos, garantir o respeito às diferenças e lutar pela equidade sempre fizeram parte da agenda do povo negro brasileiro.

É extremamente importante lembrar sempre, para todos e para todas, que os negros e as negras sempre estiveram em movimento neste país. Tudo que acontece no que diz respeito à valorização do povo negro brasileiro, nasce em função da participação hercúlea de homens e de mulheres negras brasileiras. Se existem políticas afirmativas, mesmo tímidas, nos vários níveis de governos e na sociedade, elas existem por força da intervenção da militância negra brasileira. Temos sempre que considerar o protagonismo do povo negro brasileiro. Fico contente por verificar a riqueza dos dados apresentados pelo companheiro do IPEA. As senhoras e os senhores sabem como se fazia na década de 70, em plena época da ditadura militar, para avaliar o grau de exclusão do povo negro e que havia racismo no país?

Se ainda hoje as pessoas tentam dizer que racismo anti-negro não existe, vocês imaginem a 30 anos atrás. A militância negra fazia esta afirmação, utilizando como instrumento de medida da exclusão da população negra - o olho. O "olhômetro" indicava que os negros e as negras estavam, em sua maioria, afastados e afastadas do direito à cidadania. Hoje a coisa mudou, nós acabamos de ouvir a brilhante manifestação do Rafael Osório que faz parte do IPEA. Ele ofereceu- nos uma série de dados sobre a situação atual da população negra brasileira, bem como faz uma avaliação do que está sendo feito em nível governamental, para tentar dar conta dos danos que o racismo e a discriminação raciais causam na população negra brasileira.

Embora não sejamos nós as pessoas responsáveis pela situação de discriminação racial e racismo de que somos vítimas, pois estes institutos não foram criados por nós, são os afrodescendentes que estão sempre no ataque, encabeçando a luta antidiscriminatória, dizendo à sociedade e ao governo brasileiro, em todos os níveis, que existe uma dívida histórica com a população negra deste país. Salientamos ainda que só haverá democracia plena no país, quando for assegurado à população negra, construtora histórica deste país, o direito à equidade e não simplesmente a igualdade de tratamento.

Concordamos com Werneck ao afirmar que *"diferentemente do princípio da igualdade, baseado no conceito de cidadania e que aponta para a igualdade de direitos, o princípio da equidade é baseado na idéia de justiça e reconhece as diferenças entre indivíduos e grupos demandam variadas formas de tratamento diferenciadas, como*

modo de redução das desigualdades existentes.¹

Portanto, neste momento torna-se fundamental que o conjunto da sociedade brasileira conheça, discuta e participe da implementação das decisões resultantes da III Conferência Mundial contra o Racismo... Quando nos reunimos em um encontro como este, que tem como objetivo discutir formas de construir um outro mundo possível, entende-se que desejamos fundar um mundo sem as marcas perversas da exclusão, do desrespeito aos direitos fundamentais do ser humano e que se caracterize pela inclusão da grande massa dos, até aqui, excluídos.

Neste sentido, é importante atentar para reforçar o disposto no item 108 da Declaração da III Conferência que reconhece *"a necessidade de serem adotadas medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o intuito de promover sua plena integração na sociedade. As medidas para uma ação efetiva, inclusive as medidas sociais, devem visar corrigir as condições que impedem o gozo dos direitos e a introdução de medidas especiais para incentivar a participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais, lingüísticos e religiosos em todos os setores da sociedade, colocando a todos em igualdade de condições. Dentre estas medidas devem figurar outras medidas para o alcance de representação adequada nas instituições educacionais, de moradia, nos partidos políticos, nos parlamentos, no emprego, especialmente nos serviços judiciários, na polícia, exército e outros serviços civis, os quais em alguns casos devem exigir reformas eleitorais, reforma agrária e campanhas para igualdade de participação²."*

Como se pode depreender o combate ao racismo, à discriminação racial e ao preconceito existentes na sociedade brasileira passa pela formulação, implementação e monitoramento de políticas afirmativas em todos os setores da atividade humana. Cabe um papel importante tanto à educação quanto à inserção no mundo do trabalho, no acesso à moradia, nas oportunidades de lazer, sem descuidar do pleno atendimento à saúde.

Vale referir Silva, *"o principal objetivo da ação afirmativa para as pessoas negras é combater o racismo e seus efeitos duradouros de ordem psicológica. Outra meta importante é introduzir mudanças de ordem cultural entre os chamados "diferentes". Em nossa perspectiva, a questão da "convivência entre os (as) diferentes" como introdutora de mudanças de ordem estrutural só faz sentido quando se desconstrõem as estruturas de desigualdade³."*

Uma vertente do debate que está muito presente na sociedade brasileira quando se discute a implementação de cotas para a população afrodescendente, busca atribuir à educação o papel de resolver a questão da

iniquidade existente no país. Sobre o papel que a educação ocupa como promotor da igualdade, vejamos o que diz Werneck “*a educação foi vista, durante décadas do século XX, principalmente por integrantes da população negra, como um instrumento essencial para a mobilidade social dos negros na sociedade racista. No entanto, após anos de investimento (da própria população negra, numa espécie de ação afirmativa extra-oficial e comunitária) na educação de seus integrantes, em oposição a políticas educacionais excludentes, o final do século XX e as transformações no mundo do trabalho e a intensificação das desigualdades acabaram por colocar em xeque tais crenças*”⁴.

Segundo Ricardo Henriques, em estudo realizado para o IPEA, sobre as condições de vida de brancos e negros na última década do século 20, existe um padrão de desigualdade entre negros e brancos no campo educacional que se mantém igual desde o final da década de vinte. O estudo informa que embora um maior número de negras e negros tenha ingressado em universidades, muitos realizando estudos pós-graduação, em níveis de Mestrado e Doutorado, a distância entre brancos e negros no campo educacional manteve-se inalterado. Dados como este, servem para demonstrar a necessidade imperiosa da adoção de políticas para a promoção da igualdade de direitos e oportunidades em todos os setores, para que oportunize a diminuição das distâncias existentes entre negros e não-negros, o que, de outro modo, não há como promover a equidade.

Concluo, salientando o pensamento de Cunha Júnior para quem “*a educação repete o desenho básico das estruturas sociais, tem uma base racista, machista e classista. No plano étnico e ético, a utopia é a construção de uma educação guiada pela pedagogia da igualdade (Expedita, 1996), capaz da distribuição igualitária das possibilidades de representação dos grupos sociais na cultura nacional*”⁵

NOTAS:

1 - Werneck, Jurema (org.). Desigualdade Racial em Números. Volume 2. Rio de Janeiro. 2003

2 - Fundação Cultural Palmares. Relatório Final Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata. 2001.

3 - Silva, Cidinha da (org.). Ações Afirmativas em Educação: experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003.

4 - ver nota 1

5 - Cunha Junior. Afrodescendência. Pluriculturalismo e Educação. Pátio. Ano 2. Nº 6, Ago/out 1998.

O PAPEL DAS MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS



MARIA DAS DORES DO ROSÁRIO ALMEIDA (DURICA)

Integrante da coordenação da Articulação Articulação de Organizações de Mulheres Negras de Mulheres Negras Brasileiras e da coordenação do IMENA - Instituto de Mulheres Negras do Amapá, uma das cinco organizações que integram a Coordenação da AMNB.

A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras-AMNB, nasceu no contexto da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida na África do Sul, Durban, no período de 28/08 à 08/09 de 2001.

A experiência da AMNB se mostrou extremamente exitosa na execução de um processo de mobilização, capacitação e participação qualificada das mulheres negras em todos os níveis da III Conferência Mundial, bem como, apresentou uma maior capacidade de disseminação e capitalização das discussões nas diversas regiões do País.

A missão da AMNB é promover a ação política articulada de organizações de Mulheres Negras, na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, homofobia e outras formas de discriminação contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime, ampliando e consolidando essa intervenção no cenário nacional e internacional, a partir da construção de uma plataforma em defesa das mulheres negras na sociedade brasileira.

Como pensar as políticas de ajuste na perspectiva de gênero/raça e etnia?

106

As políticas de ajuste estrutural começaram no Brasil em 1989, um ano após a promulgação da Constituição de 1988, ou seja, logo após os movimentos sociais conquistarem seus direitos na Constituição Federal e, desde então, os efeitos da globalização, da reestruturação e das políticas de Ajuste Estrutural vêm afetando o dia-a-dia das pessoas das mais diversas maneiras.

Embora venham avançando em suas conquistas, as mulheres ainda são as mais afetadas pelas políticas de ajuste estrutural. Neste grupo, apontamos as mulheres negras como as mais vulneráveis, pois segundo Censo 2000, correspondem a 37.602.461 mulheres, equivalendo a 30% do total da população feminina e portanto, requerem ações mais específicas.

É contundente este impacto sobre a vida das mulheres, visto que um dos principais efeitos das políticas de ajuste estrutural é o aumento de funções e responsabilidades com a família, ao mesmo tempo em que o Estado vai progressivamente abandonando suas atribuições, resultando em cortes para as políticas sociais, com redução de financiamentos principalmente na área da saúde, da educação e da previdência, exigindo que as famílias absorvam esses custos, gerando um impacto bastante negativo entre as camadas mais pobres da população, sobretudo na vida das mulheres negras chefes de família que ganham até um salário mínimo

de rendimento (correspondem a 60%), e possuem baixa escolaridade. Já nas famílias chefiadas por mulheres que recebem 03 (três) salários mínimos ou mais, a presença das mulheres negras reduzem para 29%. Para o movimento feminista, o aumento de responsabilidades e atribuições da família apóia-se, mais uma vez, na exploração do trabalho das mulheres, onde algumas funções são consideradas 'naturais' para o sexo feminino. Um outro exemplo do impacto do Ajuste na vida das mulheres, pode ser observado na saúde, com a diminuição dos gastos governamentais com a saúde pública, quem arca com estes custos são especialmente as mulheres. De que forma elas assumem estes ônus? Quando cuidam da saúde das famílias, quando aceitam as precárias condições de trabalho que lhes são oferecidas pelos programas de saúde, inclusive quando beneficiárias dos tais programas. Tratando-se de mulher negra a situação é mais agravante, pois a maioria sequer têm acesso a estes programas. Um exemplo bem evidente acontece nas áreas quilombolas, onde essas mulheres atuam como Agentes Comunitárias de Saúde, muitas trabalham como voluntárias ou em condições de subemprego.

Um dos pontos mais polêmicos do impacto das Políticas de Ajuste Estrutural é a feminização da pobreza. Considerando que o Ajuste teve um impacto negativo nas condições de vida das populações empobrecidas, as mulheres ficaram mais pobres, mas se levarmos em consideração o recorte racial, verificaremos que as mulheres negras foram as mais atingidas. Para ilustrar melhor este quadro de vulnerabilidade, podemos citar dados do IBGE, onde temos na educação, por exemplo, as disparidades nas taxas de alfabetização e escolaridade entre mulheres negras e brancas. Enquanto a taxa de alfabetização para mulheres brancas é de 90%, para as mulheres negras é de 78%. No que se refere à escolaridade, as brancas atingem 83%, enquanto as negras chegam a 76%.

No mercado de trabalho a população negra, independente do sexo recebe 50% menos que a não negra, quando se incluem o recorte gênero a situação fica mais alarmante. A remuneração de duas mulheres negras, juntas, correspondem ao valor recebido por uma mulher não negra.

A profissão de doméstica é a maior categoria profissional ocupada pelas mulheres no Brasil, com 4,6 milhões de mulheres. Segundo a pesquisadora Hildete Pereira de Melo, 56% das trabalhadoras domésticas são negras. Apesar do aumento das mulheres no mercado de trabalho, podemos observar que as atividades desenvolvidas pelas mulheres negras ainda guardam forte relação com as atividades exercidas pelas mulheres negras nos anos da escravidão, ou seja, a presença feminina negra se dá naquelas ocupações que requerem menos escolaridade, como o emprego doméstico.

Como podemos verificar, o impacto das políticas de ajuste estrutural na vida das mulheres negras é contundente, considerando que a reforma de políticas de ajuste propostas pelo estado impõe duras reduções no orçamento público, traduzindo-se em cortes para as políticas sociais - com redução do financiamento na área da saúde, da educação, das aposentadorias e do seguro desemprego entre outros. Nesse tipo de reforma do Estado, geralmente, políticas de abrangência universal são substituídas por políticas compensatórias, que atingem apenas alguns setores da população, não chegando a constituir direitos para todas as pessoas.

COMO REVERTER ESTE QUADRO :

- ✦ Ampliando e mobilizando a sociedade civil organizada;
- ✦ Informando toda sociedade sobre os efeitos perversos das políticas de ajuste;
- ✦ Monitorando as políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro;
- ✦ Exigindo o cumprimento pelo governo brasileiro, nos seus diferentes níveis, dos compromissos assumidos em Durban em 2001, por ocasião da III Conferência Mundial contra o Racismo;
- ✦ Implementando políticas de ações afirmativas nas áreas de educação, saúde, trabalho etc.

A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, pretende muito mais que propor mudanças de atitudes, busca uma virada na condução do governo do Brasil, quer dizer, uma virada pelo fim das desigualdades, postura que garantirá a transformação nas relações de poder, onde a presença e a contribuição da mulher negra sejam acolhidas como um bem para a humanidade.

AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS RECENTES



RAFAEL GUERREIRO OSÓRIO

*Consultor da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.
Representante do IPEA no Conselho Nacional de
Combate à Discriminação, da Secretaria Especial de
Direitos Humanos da Presidência da República.*

A idéia é falar um pouco sobre ações afirmativas, e assim é bom começar com uma breve caracterização do que são ações afirmativas. Temos falado muito em políticas de ações afirmativas, mas nem sempre temos muito claro o que são “políticas de ações afirmativas”. Depois, poderei falar sobre as experiências brasileiras recentes (é uma parte que vou falar menos, porque as experiências não são muitas).

O que são ações afirmativas? Não existe um conceito único do que são ações afirmativas, mas quando começamos a estudar a literatura sobre esse assunto, notamos que existem vários eixos comuns nas várias definições de ações afirmativas que são dadas por vários autores. Então percebemos que o objetivo principal das ações afirmativas é a concretização do princípio da igualdade dos Direitos Humanos, este é o grande objetivo delas.

As ações afirmativas visam à transformação e à superação de mecanismos sociais, psicológicos, e culturais que, de alguma forma, garantem a supremacia de determinados grupos sobre outros. Esta garantia é uma coisa que não é inócua, porque serve para manter estáveis as hierarquias entre os grupos que existem dentro de determinada sociedade. Além de eliminar essas práticas e essas ideologias discriminatórias, as ações afirmativas objetivam também suprimir os efeitos duradouros dessas práticas, que interferem no desempenho e nas oportunidades das pessoas que pertencem aos grupos vulneráveis, sujeitos à discriminação. Estou usando vulnerável como “vulnerável à discriminação” e não “vulnerável à pobreza”, como normalmente se usa¹.

Outra coisa que as ações afirmativas devem fazer, segundo a maior parte dos que refletem sobre o tema, é abrir os espaços que são prestigiados, os espaços de maior valor, como os altos postos da administração pública, as universidades, as profissões liberais, o empresariado, para a participação dos membros dos segmentos discriminados da sociedade. Esta premissa é a base para a reivindicação de cotas. Entretanto, deve-se ressaltar que quando se estão falando na abertura dos espaços, não se estão falando em sua abertura para pessoas incapazes de ocupá-los, mas para pessoas capazes de fazê-lo e que não o fazem por causa das barreiras invisíveis que a discriminação impõe. Isso pode ser um problema, porque muitas vezes se a situação de discriminação foi muito acentuada ao longo da história, com os grupos discriminadores dominando o acesso aos canais de aquisição de habilidades, pode ser necessário um período de criação destas capacidades nos grupos discriminados. Dificuldades à parte, o importante é buscar que os espaços valorizados reflitam a diversidade existente na sociedade.

As ações afirmativas também precisam que haja um reconhecimento da existência e da permanência de atos e de ideologias discriminatórias e esse reconhecimento tem que ser feito tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil, isso é uma condição para que se possa implementar ações afirmativas. Em outras palavras, se o Governo e a sociedade não acreditam que existe discriminação, não tem sentido fazer esse tipo de política.

Outro objetivo das ações afirmativas, freqüentemente apontado, e relacionado à discussão de cotas, em especial cotas na universidade, é criar o que, nos Estados Unidos, se denomina “role models”. Estes seriam exemplos, pessoas dos grupos vulneráveis que conseguiriam, por intermédio das ações afirmativas, quebrar as barreiras invisíveis criadas pela discriminação, barreiras de cristal que impedem o acesso aos postos elevados, aos espaços privilegiados da sociedade. Essa vitória faria dessas pessoas personalidades emblemáticas, e a presença dessas personalidades emblemáticas, consideram alguns, contribuiria para a desconstrução de estereótipos associados aos grupos discriminados, que sustentam as discriminações. Tais pessoas acenariam com o próprio sucesso para as demais pessoas dos grupos vulneráveis, especialmente os mais jovens, mostrando que aquelas trajetórias de vida que lhes parecem reservadas, trajetórias de vida subalternas, não são as únicas possíveis e necessárias, ou seja, que as pessoas podem sonhar com mais e não só com aquilo que a sociedade diz que é o que lhes estão destinado².

111

As ações afirmativas representam também um novo caminho: o da construção de uma sociedade equânime onde as diversas identidades e orientações culturais são respeitadas, são valorizadas, e são representadas em todos os espaços sociais. É um caminho novo e revolucionário, porque durante muito tempo nossas sociedades insistiram na homogeneidade. A igualdade de direitos tradicional, em um primeiro nível, prescreve que vamos ser todos iguais, independentemente das diferenças. Mas em um segundo nível, subliminarmente, exige também a conformidade a um determinado conjunto de valores e orientações: para sermos iguais em direitos, não podemos destoar muito dos padrões gerais hegemônicos.

Outro aspecto importante, que precisa ser deixado bem claro, tem a ver com o caráter particular das ações afirmativas, dado por seu objetivo principal, combater as discriminações e garantir a igualdade efetiva de direitos. As ações afirmativas não são políticas de combate à pobreza. São políticas de combate às discriminações, que causam desigualdades injustificáveis à luz do valor maior da igualdade de Direitos Humanos. Assim, mesmo um grupo que é privilegiado nas suas características sócio-econômicas, como a classe média negra, pode, sim, ser objeto de ações afirmativas, se a sociedade na qual esse grupo existe o discrimina. Isto é uma coisa muito importante a se ter em mente, porque, normalmente, quando se fala

em ações afirmativas, se pensa em fazer alguma coisa para os negros pobres, ou para os pobres e para os negros. Mas, embora pobreza e discriminação muitas vezes andem juntas, nem sempre isso acontece.

No caso, por exemplo, das cotas para ingresso nas universidades, freqüentemente se alega que vão beneficiar uma classe média negra. Subjacente ao argumento, vem a idéia de que se estão beneficiando pessoas que não precisam, e que haveria outros com prioridade na fila de atenções do Estado - os mais pobres. Entretanto, se considerarmos os estudos da sociologia brasileira sobre os diferenciais de raça na mobilidade social, a classe média negra também tem que ser beneficiada por políticas de ações afirmativas, pois tem uma dificuldade muito maior para se reproduzir, para manter inter-geracionalmente o status conquistado, do que a classe média branca. Esta dificuldade é um indício de que o grupo sofre discriminação, a despeito disto não os prejudicar economicamente, e é justamente ao combate e à compensação das discriminações, seja qual for a dimensão em que seus resultados se manifestem, que estão voltadas as ações afirmativas.

112

Uma última coisa, que é importante frisar, é o seguinte: as ações afirmativas não criam privilégios para os grupos discriminados, elas apenas tentam desmontar uma estrutura de privilégios que existe, embora não seja reconhecida. Uma estrutura social concreta que beneficia um determinado grupo mesmo sem ser formalizada em normas jurídicas. Ou seja, não existe nenhuma lei no Brasil que diga que os brancos devam ser favorecidos na escola, mas eles são favorecidos na trajetória escolar, e percebemos isso nos indicadores educacionais. Quem propõe ações afirmativas na educação não está sugerindo a criação de privilégios para os negros, está na verdade sugerindo a compensação intencional de uma estrutura de privilégios real, porém oculta, que beneficia os brancos. Se desejamos a compensação de forma mais rápida, além de se contrabalançar a estrutura de privilégios existente, deve-se, de alguma forma, buscar reverter essa estrutura de privilégios, para que temporariamente beneficie as pessoas que historicamente prejudicou.

Agora os problemas. O principal problema para a implementação de ações afirmativas, com o qual nos deparamos hoje - e falo isto a partir da minha vivência, a de uma pessoa que está trabalhando esse tema dentro do Estado, dentro da administração pública - é o fato de não existir um pacote pronto de ações afirmativas. Ou seja, não há um lugar aonde ir e pegar uma porção de modelos de ação afirmativa que poderíamos aplicar na nossa realidade.

Isto acontece porque a definição dos grupos que são sujeitos à discriminação e que são o alvo das ações afirmativas varia muito de sociedade para sociedade. Há grupos que são discriminados em várias sociedades, como os negros e as mulheres, mas em sociedades diferentes são discriminados de formas diferentes, o que

exige intervenções diferentes. As ações afirmativas têm que, sempre, ser pensadas em função do desenvolvimento histórico de cada sociedade e numa sociedade como a brasileira, há que se acrescentar as diferenças regionais muito intensas que temos aqui, que vão do perfil das atividades econômicas à composição racial da população. Estas diferenças intensas exigem que as ações afirmativas, além de tudo o que foi dito, tenham um caráter local, ou seja, devem ser pensadas em função do contexto onde vão ser aplicadas. Este contexto não é o "Brasil", mas o município, o bairro, ou a comunidade onde a vida cotidiana efetivamente acontece.

Outro problema é a restrição da discussão de ações afirmativas ao estabelecimento de cotas. Embora as pessoas tendam a pensar em cotas quando se fala em ações afirmativas, elas não se resumem a cotas. A questão das cotas tem sido muito veiculada na imprensa, porque ela atinge à classe média branca em uma coisa que lhe é muito cara, que são espaços, os privilégios que ela conquistou. Existe uma resistência muito grande à abertura destes espaços a outros grupos, pois é neles que se efetiva a perpetuação da sobre-representação dos brancos nas elites.

Uma boa política de ações afirmativas não pode se restringir a cotas, deve estar assentada em três eixos. O primeiro eixo representa a dimensão das cotas, e é o da garantia da representatividade. Ou seja, é preciso garantir a proporcionalidade dos grupos: se, em uma determinada população, tem-se uma determinada proporção de negros, espera-se que em todos os espaços sociais esta proporção se repita, mais ou menos com a mesma intensidade. Se em um lugar há 40% de negros, eles devem ser próximos a 40% em todos os espaços.

O segundo eixo é a compensação de desvantagens. Não basta, por exemplo, que os negros entrem na universidade por um mecanismo de cotas globais para fazer aqueles cursos de nível superior que são menos valorizados. Não estou pessoalmente desprezando curso algum, quero deixar isso bem claro, mas é fato que há cursos que credenciam para ocupações de menor remuneração no mercado de trabalho e cursos que credenciam a remunerações maiores. Quem faz Serviço Social ou Pedagogia pode esperar um nível salarial futuro menor do que, provavelmente, o de uma pessoa que vai se formar em Direito ou em Engenharia.

Também no serviço público, não basta ter quarenta e seis por cento de negros entre os servidores, se a maior parte deles estiver em carreiras de nível médio, e os brancos concentrados nas carreiras de nível superior. Só a representatividade não é suficiente, é preciso existir um processo de compensação de desvantagens que a acompanhe.

O terceiro eixo sobre o qual devem se assentar as ações afirmativas é a mudança da cultura da organização. Seja qual for a organização onde as ações afirmativas vão ser implementadas, é preciso haver uma mudança cultural, no sentido de que as pessoas que trabalham ou estudam naquele lugar se convençam efetivamente da necessidade das ações e não as vejam como uma coisa imposta, como uma dívida a ser paga a determinados grupos. As pessoas precisam estar genuinamente convencidas de que as ações afirmativas visam a criar uma sociedade melhor e mais justa para todos, onde as orientações distintas e as diferenças não sejam apenas toleradas, mas aproveitadas para o bem comum.

Vamos passar desse preâmbulo e falar um pouco sobre as ações afirmativas contra as desigualdades raciais no Brasil. Durante a maior parte da história do Brasil o racismo era uma coisa institucionalizada, havia escravidão. O negro era escravo, o escravo era inferior, e então estava tudo muito às claras, tudo muito bem colocado. Nas primeiras leituras do Brasil produzidas na segunda metade do século XIX e início do século XX (Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Oliveira Vianna) a presença do negro era considerada uma coisa nociva, um entrave ao desenvolvimento da nação, porque estavam embasadas em teorias “científicas” que proclamavam a inferioridade dos negros. E, ainda que não existisse nenhum embasamento real para o racismo científico, as pessoas acreditavam nisso.

114

A partir da década de 1930, trabalhos, como os de Gilberto Freyre e Donald Pierson, mudaram essa imagem do Brasil escravocrata, francamente racista, e criaram a imagem do Brasil como um paraíso das relações raciais. É interessante essa passagem por ser muito radical. Passa-se de um discurso no qual os negros são ruins para a nação, um obstáculo para o desenvolvimento nacional, para, em menos de dez anos, um discurso no qual nós somos uma democracia racial, todo mundo vive cordialmente, todo mundo se dá bem, e ser preconceituoso é que é feio, e essas coisas todas que a maioria das pessoas aqui está calejada de ver sendo ditas por aí. Mas, mesmo assim, mesmo nesse discurso da democracia racial, se reconhecia a existência de preconceito, mas esse preconceito era visto como sendo fraco, quase inexistente, e depois como uma herança irracional do passado escravista que, com o desenvolvimento econômico e instauração da sociedade de classes, acabaria.

O reconhecimento da existência de preconceito ainda que não se lhe desse a importância devida, levou à promulgação da Lei Afonso Arinos (1951), que veio na cola da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, e que tornava externar o preconceito uma contravenção. Ou seja, ser preconceituoso não era um problema, mas isto não poderia ser externado, e mesmo se externado, não seria uma coisa muito séria, seria apenas um resquício irracional do passado escravocrata, só uma contravenção.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, houve uma grande efervescência internacional na área dos Direitos Humanos, e surgiram várias convenções de organismos internacionais proibindo a discriminação nas suas áreas específicas de atuação: a UNESCO no campo do ensino; a OIT no trabalho; a ONU como um todo na eliminação de todas as formas de discriminação racial.

O Brasil ratificou essas convenções rapidamente, em plena ditadura militar, em 1968 e 1969. A convenção 111 da OIT, em particular, teve um desdobramento muito interessante: gerou a primeira tentativa para se implantar ações afirmativas para negros no Brasil. Técnicos do Ministério do Trabalho se viram com um problema nas mãos: o Brasil assinara e ratificara a Convenção 111, e teria de cumpri-la, mas era óbvio que os negros não competiam no Brasil em condições de igualdade no mercado de trabalho. Já havia, então, para a força de trabalho brasileira, a Lei dos 2/3, que garantia a nacionalização do trabalho, pelo estabelecimento de uma cota para os trabalhadores brasileiros no corpo de funcionários das firmas. Daí em 1968, técnicos do Ministério do Trabalho terem pensado em uma legislação que fosse semelhante à Lei dos 2/3, para fazer políticas de ação afirmativa para negros e cumprir com a convenção, mas as resistências para essas idéias vieram de muitos os lugares: jornais, universidades, militares, políticos...

Essas resistências se escudavam na representação de que vigia no Brasil uma democracia racial, uma idéia muito cara para a ditadura militar. O regime militar chegou até a, no censo de 1970, retirar o quesito de cor e raça, dentro daquela idéia de que perguntar a cor da pessoa era ofensivo. Mas perguntar a cor da pessoa só pode ser ofensivo numa sociedade racista, porque numa sociedade sem racismo, não tem o menor problema em a pessoa ser negra, preta, parda ou branca. A pessoa só tem problema em relação a isso numa sociedade que diz que ser preto ou pardo é ruim. Então o que é ofensivo não é a pergunta, o que é ofensivo é o racismo, que existe na sociedade, tornando a pergunta "ofensiva".

Portanto, até 1988, o preconceito era considerado um ato reprovável se externado, mas não muito grave, apenas uma contravenção. A Constituição de 1988 abriu o caminho para uma modificação do tratamento do racismo, ou, melhor, da discriminação racial, estabelecendo que fosse considerado crime, e não mais simplesmente uma contravenção.

A estratégia da proibição, da punição da discriminação, teve muita ênfase na sequência da Constituição. Foi promulgada uma série de leis que proibiam e especificavam o crime de racismo. As primeiras leis, mais nos termos da Lei Afonso Arinos, diziam que não se podia negar hospedagem em hotel etc (com a diferença de que o preconceito passava a ser crime, não mais contravenção). Depois a legislação foi avançando, até

a proibição da divulgação, por meios de comunicação, de idéias racistas. Então existe, hoje, toda uma legislação que proíbe o racismo, o tipifica como crime, e que estabelece as penas para as várias formas de racismo.

Mas com o passar do tempo, as pessoas, mesmo aquelas que lutaram pela criminalização do racismo, começaram a perceber que só proibir, punir o racismo, e só proclamar que todo mundo é igual perante a lei, não é suficiente. Porque, na prática, as pessoas continuam discriminando e as desigualdades continuam existindo, a despeito da proibição.

Em 1995 houve uma grande marcha do Movimento Negro em Brasília. Foram alguns milhares de pessoas, numa mobilização enorme planejada pelo Movimento Negro Nacional. Os líderes entregaram um documento ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso com as reivindicações do movimento. Em essência este documento dizia o que todos aqui já sabem: que existia racismo no Brasil, que o mito da democracia racial não se sustentava mais, que existiam abundantes estatísticas e diagnósticos mostrando a existência de barreiras raciais. Em face da situação, exigiam-se ações concretas, imediatamente.

116

Como na administração pública tudo é muito devagar, a despeito da maior ou menor sensibilidade dos Chefes de Estado, criou-se um grupo de trabalho para estudar a eventual adoção de medidas. A criação de um grupo de trabalho é muitas vezes uma forma de esvaziar questões: cria-se o grupo de trabalho, contrata-se alguns consultores, mas não se sabe para onde esse grupo vai. Porém, a partir de 1997, começam a aparecer as primeiras medidas que podem ser consideradas ações afirmativas tomadas como políticas governamentais.

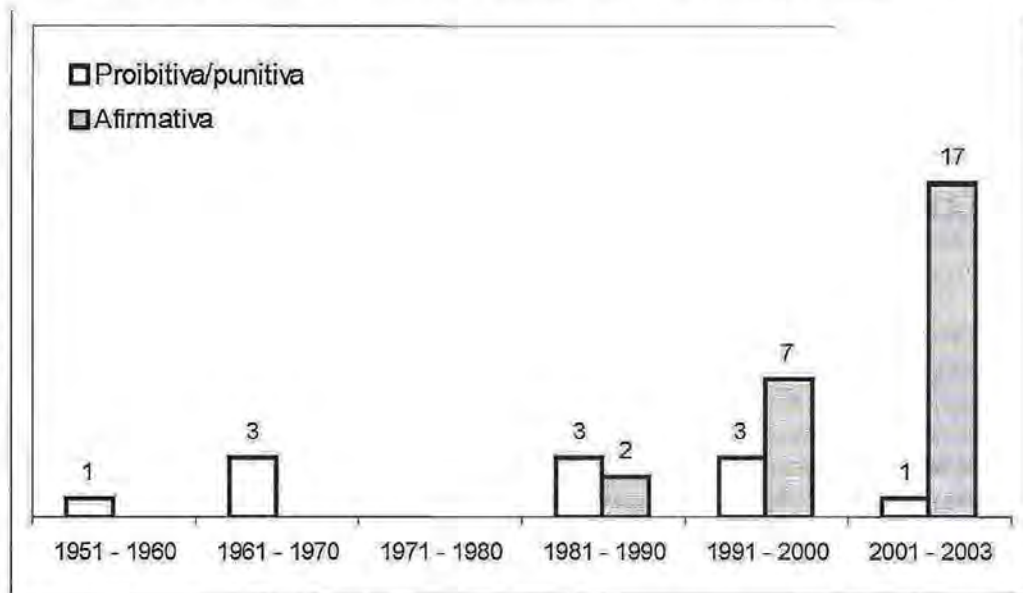
Ressalve-se que as primeiras ações afirmativas podem ser localizadas: na Constituição de 1988, no artigo 68 das disposições constitucionais transitórias, que garante o direito das comunidades remanescentes de quilombos às terras que ocupavam; e, também em 1988, não na Constituição, mas na criação, pelo governo Sarney, da Fundação Cultural Palmares, que visava originalmente a promoção e a valorização da cultura negra e das suas contribuições para a cultura brasileira. A Fundação Palmares foi um grande avanço do ponto de vista simbólico, mas não se pode também deixar de, criticamente, reconhecer que essa entrada na estrutura administrativa é por uma porta que sempre foi autorizada para os negros, a da cultura. Porque o negro brasileiro pode tudo enquanto está sambando, jogando capoeira e “fazendo Olodum”: é muito bonito e a sociedade gosta, divulga no exterior e melhora a imagem do país. Mas entrar na faculdade de engenharia ou entrar no mercado de trabalho formal é uma coisa mais complicada.

Mas é a partir da segunda metade da década de 1990 que as ações afirmativas que visam às desigualdades raciais, ou seja, que vão além da proibição do preconceito, começam a tomar fôlego. São muitas as ações e medidas que foram realizadas desde 1995 que podem ser consideradas ações afirmativas. O volume delas nos autoriza a concluir que o Brasil tem abandonado a estratégia proibitiva e punitiva, até porque esta já está bem consolidada, em favor de uma estratégia de ações afirmativas, a despeito de as vítimas terem tido até o presente poucos efeitos. A proibição e a punição são necessárias, mas não bastam. Em termos de proibição e punição já temos um arcabouço jurídico muito bom, embora nem sempre seja observado à risca nas delegacias e tribunais.

A dinâmica de promulgação de leis proibitivas e punitivas, e de leis que sugerem ações afirmativas, desde 1951 até 2003 na esfera federal, pode ser vista no gráfico a seguir. Apesar de ser do IPEA, é o único gráfico e a única estatística que eu vou mostrar a vocês. A compilação dos instrumentos normativos, para evitar redundâncias, considerou apenas uma norma relativa à ratificação de cada Convenção Internacional (na década de 1960, elas foram aprovadas primeiro pelo Congresso, e depois pelo Executivo, gerando dois decretos além da própria Convenção). Pelo mesmo motivo, não foram consideradas as normas que acrescentavam disposições não substantivas a normas anteriores (por exemplo, as que regulamentavam um artigo de norma anterior); e as diversas normas relativas à institucionalização da SEPPIR (medida provisória, lei...) foram computadas como apenas uma.

117

A partir do gráfico, percebe-se claramente que só existiram, durante um longo período, estratégias proibitivas. Mas a partir de 1995, e em especial de 2001 a 2003, houve realmente uma proliferação de medidas de ação afirmativa no Brasil, ainda que, deve-se reconhecer, muito pouco eficazes. Muitas destas medidas foram adotadas na esteira das resoluções da Conferência de Durban.



Apesar desse aumento de volume, como eu já havia dito, as ações afirmativas ainda estão em construção no Brasil.

Em vários setores do governo, a administração já reconhece a necessidade das ações afirmativas, mas não sabe como fazê-las. Embora o governo anterior, do Fernando Henrique Cardoso, tenha dado a partida no processo, e isso tem que ser reconhecido, todas as iniciativas daquele governo foram extremamente restritas em termos do público alvo. Ou seja, se destinavam a pouquíssimas pessoas. Ou, então, eram meramente simbólicas. A dimensão simbólica tem o seu valor, sim, mas escrever o nome de Zumbi no livro dos heróis da pátria, por mais importante que seja, não contribui muito para melhorar efetivamente a situação da população negra hoje.

Além disso, as iniciativas não eram parte de uma política realmente coordenada. Elas surgiram em órgãos específicos, órgãos nos quais havia, por várias razões, uma sensibilidade das autoridades às desigualdades raciais. Muitas vezes se tratava de órgãos onde havia militantes do movimento negro, servidores ou ocupantes de cargos, pessoas que estavam trabalhando em posição de destaque, e que forçaram e martelaram até conseguir alguma coisa. Nesse processo, deve-se destacar os Ministérios do Trabalho, do Desenvolvimento Agrário, da Justiça, e das Relações Exteriores, que foram pioneiros das ações afirmativas na esfera federal.

Em 2002, no último ano de mandato, o Governo passado instituiu um programa de ações afirmativas, PNAA, no serviço público federal, que seria extremamente importante, mas que não tem sido observado. O IPEA está conduzindo uma pesquisa sobre desigualdades raciais e de gênero no serviço público civil federal, que tem como uma de suas preocupações o grau de conhecimento da administração Lula sobre o PNAA. O governo atual tem mais de trinta ministérios, e consultamos as pessoas responsáveis pelos departamentos de pessoal de quase todos: ninguém sabia ao menos que o decreto do PNAA existia.

Qual então o prognóstico para as ações afirmativas no governo Lula? As desigualdades raciais e o combate às desigualdades raciais, sabe-se, nem sempre estiveram presentes no discurso dos candidatos a presidente (porque eles não sabiam muito bem se isso era uma coisa que angariava votos ou se os prejudicava), mas era um item que estava nos programas de governo dos dois principais candidatos das eleições de 2002.

No caso do Lula, o tema estava no documento *Brasil sem Racismo*, que integrava a proposta de governo do PT. Quer dizer, um Brasil sem racismo fazia parte da proposta de governo, o que é uma coisa importante. Neste documento, além de se reconhecer a existência no Brasil de extensas e graves desigualdades raciais, se afirmava que a ação do Estado não é neutra, contribui para perpetuar essas desigualdades, e, em várias esferas, para produzir ainda mais desigualdades. Reconhecia-se, também, que o governo que estava acabando tinha feito algumas coisas, mas todas iniciativas desarticuladas e de efeitos meramente residuais. Diante desta situação, o documento reclamava a adoção de políticas de ações afirmativas.

Mas, há que se considerar o seguinte: essas diretrizes, que estavam no *Brasil sem Racismo*, não eram muito diferentes das diretrizes que estavam nas intenções do governo Fernando Henrique Cardoso. Os discursos são muito bonitos, mas o que precisamos ver é a prática: o discurso é sempre arrumadinho e muito bacana, a prática é que costuma não estar muito de acordo com o discurso. A convergência entre as intenções do governo que estava acabando e as novas propostas do novo governo foram notadas pela equipe de transição, que a registrou no seu relatório, e pontuou algumas propostas que não tinham sido contempladas ainda

(seja no discurso ou na prática). Outras conclusões do mencionado relatório eram as de que as ações em prol dos negros sempre são promovidas em datas comemorativas, no 13 de maio ou na Semana da Consciência Negra - nestes períodos, toda a administração se coça para fazer alguma coisa, como os pais e professores que vestem as crianças de "Pele-Vermelha" no dia do índio e esquecem da existência destes no resto do ano. O relatório da equipe de transição também apontava uma ausência absoluta de articulação, e a pequena abrangência das iniciativas efetivas do governo anterior.

No governo Fernando Henrique Cardoso, a despeito do discurso, não ocorreram iniciativas voltadas para a população negra em geral, apenas ações localizadas para servidores públicos negros. O relatório da equipe de transição registrava o quanto era questionável a eventual afirmação de que teriam sido tomadas medidas de ação afirmativa para a população negra em uma forma mais ampla.

Como resultado deste diagnóstico de descompasso entre discurso e ação, a principal proposição da equipe de transição foi a de que, na estrutura administrativa do novo governo, se criasse uma Secretaria Especial para as Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR.

120

A SEPPIR seria um órgão de articulação, voltado para inclusão de componentes de ação afirmativa em todas as políticas governamentais em que isso fosse possível. Além disso, funcionaria também como uma instância consultiva do Presidente da República. Assim, quando ele fosse lidar com a questão racial, não escorregaria e cometeria gafes. Infelizmente, não foi possível preveni-las, e o Presidente cometeu uma gafe homérica recentemente, na viagem a África, como foi amplamente divulgado pela imprensa. Mas já na campanha eleitoral o Presidente, então candidato, escorregou ao falar da necessidade de "critérios científicos" para se decidir quem é negro e quem não é. Mas não se deve culpar o Presidente; suas falas talvez apenas reflitam a tradicional resistência da sociedade brasileira à discussão das desigualdades e discriminações raciais, compreensível (embora não justificável) em um partido de histórico marxista, no qual a visão da luta de classe como preponderante em relação às desigualdades raciais se assenta bem.

A despeito da recomendação da equipe de transição, a SEPPIR foi o único órgão da estrutura administrativa do atual governo que não foi criado em primeiro de janeiro de 2003. Isto obviamente lançou dúvidas sobre o compromisso do governo Lula com a supressão das desigualdades raciais. O "atraso" também criou uma série de obstáculos à estruturação da SEPPIR (que se manifestam ainda hoje) e à realização dos objetivos que nortearam a criação dessa secretaria. A SEPPIR terminou por ser criada, mas durante algum tempo a única pessoa que trabalhava lá era a ministra Matilde Ribeiro, com uma assessora e o apoio de alguns

abnegados, sem nenhuma estrutura administrativa, sem um local físico, sem um protocolo, sem gente para servir o cafezinho, sem nada. Uma situação bem diferente da de um órgão que troca de ministro, mas que tem todos procedimentos burocráticos, as rotinas constituídas, os funcionários que sabem o que tem ser feito, que têm experiência sobre o assunto.

A SEPPIR não tinha nada disso: foi criada do nada. E, de repente, em três meses, tinha que planejar o que fazer nos próximos quatro anos, decidir o que figuraria em seu Plano Plurianual, PPA. Antes de conseguir se instituir como órgão governamental, um processo que ainda está em andamento, a SEPPIR teve que fazer o seu PPA, que não é uma coisa fácil de ser feita. Em três meses teve que fazer aquilo que os outros órgãos tiveram oito meses para fazer. Diante de tal quadro, chega até a ser surpreendente a relevância conferida ao tema da promoção da igualdade racial no PPA em geral, não só nos programas e ações da SEPPIR. É principalmente no documento de orientações estratégicas, que acompanha o PPA, e que é a declaração de intenções do governo, que se pode ver, em discurso, as intenções da atual administração em relação à promoção de ações afirmativas, e nas orientações estratégicas.

Por este documento, o governo brasileiro pode ser considerado o mais avançado do mundo em termos de Direitos Humanos. Só para vocês terem uma idéia, o único grupo discriminado que existe neste planeta que nunca foi objeto de nenhuma convenção internacional para proteger ou para resguardar os seus direitos são os homossexuais. Nas orientações estratégicas do governo, entre outras coisas, está escrito que o Brasil vai fazer políticas para homossexuais. Só a presença desta declaração em um documento de governo já é algo absolutamente revolucionário e positivo.

Há várias diretrizes do PPA que permitem, e em certo sentido exigem, ações afirmativas. Assim, por exemplo, fala-se sobre a viabilização da inclusão social, e é exatamente isso que se pretende fazer pela adoção de ações afirmativas, e também sobre discutir a equalização de oportunidades; a superação das desigualdades de gênero, raça, etnias, e orientação sexual; superar a exclusão das pessoas portadoras de deficiência e necessidades especiais; democratizar o acesso às informações; divulgar indicadores sociais com todos os cortes de grupos discriminados; promover a participação desses grupos na elaboração das políticas que os têm como objeto. Só essas diretrizes já justificariam a adoção de ações afirmativas, mas há uma diretriz particular mais incisiva a este respeito, que é a garantia do recorte transversal de gênero e raça, etnia e orientação sexual nas políticas públicas.

Ou seja, esses recortes estão garantidos na orientação estratégica do atual governo, não são umas coisas espúrias. Isto quer dizer que os gestores públicos têm que estar atentos a estas dimensões da desigualdade na hora de elaborar as políticas (o que não quer dizer que efetivamente estejam atentos). Em vários pontos do documento das orientações estratégicas do PPA existem compromissos com os grupos vulneráveis, incluindo a população negra. Tais compromissos são reafirmados, não só no desafio das reduções das desigualdades raciais ou no desafio das reduções das desigualdades de gênero: a afirmação perpassa todos os outros desafios.

Então, por exemplo, para vocês verem como o discurso é revolucionário, no desafio da educação está escrito: "renovação do conteúdo e da prática pedagógica em todos os níveis, considerando as questões de gênero, raça, etnia, geração e orientação sexual". Em tese, isso quer dizer o seguinte: que a professorinha primária, lá no interior do país, vai discutir orientação sexual em sala de aula com os seus alunos! Vai ser uma coisa maravilhosa no dia em que isso acontecer, mas eu, sinceramente, acho que ainda vai demorar um bocadinho.

No discurso, portanto, o atual governo não só está pronto para as ações afirmativas, como considera que estas ações são importantes, e são parte da estratégia de desenvolvimento em longo prazo. No desafio da redução das desigualdades raciais, uma das diretrizes estratégicas é a promoção de política de ação afirmativa, mas fica a pergunta: essas diretrizes se traduziram em programas do PPA, programas que têm orçamento, que têm dinheiro, que têm pessoal comprometido para fazer isso?

A resposta gentil é: mais ou menos. Porque além dos programas que são ligados a SEPPIR e à Fundação Cultural Palmares, o PPA tem alguns poucos outros que apontam para a adoção de ações afirmativas, ainda de uma forma muito incipiente. É interessante também registrar que existe uma porção de ações dentro de vários programas distintos voltados para comunidades quilombolas, ou programas que as têm como público-alvo. Comunidades quilombolas estão na moda como alvo de política social e como recorte de política social, ao menos no momento. Só espero que a situação redunde em efeitos positivos para essas comunidades e que as ações previstas não fiquem só no discurso. São várias ações no PPA para os quilombolas, muitas que parecem ser a mesma coisa, conduzidas em ministérios diferentes. Isso é um perigo, pois sobreposição de programas é sempre ruim, o ideal é que sejam articulados. Breve deverá, também, sair finalmente a regularização final do processo de demarcação de terras quilombolas, algo em que esforços têm sido empenhados.

As ações afirmativas para a população negra como um todo são mais restritas (os quilombolas são importantes, mas representam uma fração ínfima da população negra brasileira). Além dos programas de gestão da SEPPIR e da cultura afro-brasileira (leia-se Fundação Cultural Palmares), há um programa no Ministério da Educação, o “Brasil Escolarizado” tem uma ação que apóia projetos, cursos voltados para a diversidade cultural e social, na qual se enquadra o “Diversidade na Universidade”, que é um programa de estímulo a cursos de pré-vestibular para afrodescendentes e indígenas. Política “colada” de uma iniciativa da sociedade civil, o “Diversidade na Universidade” é um programa do ensino médio voltado à promoção do acesso ao ensino superior, tem um orçamento enorme (US\$ 9 milhões), parte financiamento do BID, parte do governo brasileiro, mas ainda não decolou, contando apenas com a experiência piloto de 2002, e uns poucos cursos financiados de forma atabalhoada em 2003. O Ministério de Desenvolvimento Agrário, que é um dos mais avançados em ações afirmativas no Governo Federal (ao menos discursivamente), tem na política de desenvolvimento agrário uma ação voltada à promoção da igualdade de raças, gêneros e etnia, mas não tenho idéia de seu grau de implementação. Desconfio que não deva ser elevado, justamente por não saber sobre ele. Há também, no Ministério das Relações Exteriores, no ensino profissional diplomático a bolsa para preparação de negros para o concurso do Rio Branco.

Essas são as políticas mais concretas que se pode encontrar em órgãos que não sejam diretamente relacionados ao tema. Ou seja, são poucas as ações, ainda mais se considerarmos como pano de fundo o discurso avançado presente nas orientações estratégicas do governo. O diagnóstico, portanto, do estado atual das políticas de ação afirmativa no Brasil é o de que sua necessidade já entrou na agenda governamental, mas ainda não saiu da esfera do reconhecimento político de sua necessidade, não se traduziu em políticas operacionais a serem implementadas. Os gestores públicos, além da resistência ao tema, também demonstram falta de criatividade para desenhar políticas afirmativas, ou para introduzir vieses afirmativos nas políticas existentes. Assim, torna-se necessário que a reivindicação por ações afirmativas ultrapasse a simples pressão e passe a ser acompanhada também por desenhos exequíveis de políticas afirmativas. Estas sugestões deveriam, na medida do possível, levar em consideração restrições a que os governos estão sujeitos, como o orçamento e a estrutura burocrático-administrativa.

Espera-se, contudo, que a SEPPIR venha a dar conta da tarefa de pensar e articular as ações afirmativas possíveis mais eficazes. Por enquanto, é preciso dar um tempo a SEPPIR e a sua equipe, pois são conhecidos os percalços enfrentados para sua estruturação. O governo ainda é jovem, e a SEPPIR mais ainda, não é possível ainda que digam a que vieram. Se a SEPPIR tiver sucesso na sua missão de articular, na sensibilização dos outros órgãos, talvez novas ações venham a ser incluídas nas revisões futuras do PPA, contribuindo para que a prática do atual governo realmente reflita seu discurso.

NOTAS:

1-Embora freqüentemente as duas vulnerabilidades caminhem juntas, isso não necessariamente ocorre, pois em uma sociedade discriminadora os membros da elite econômica, que pertençam a um grupo discriminado, podem não ser vulneráveis à pobreza mas são vulneráveis à discriminação.

2-Ressalte-se que os “role models” também podem ser ideologicamente empregados para ocultar a existência de discriminação em uma sociedade. No Brasil, alguns estudos sociológicos das décadas de 1940 e 1950 viam nos mulatos presentes entre as elites econômicas e políticas, a “prova” de que não havia racismo no Brasil, e de que o negro poderia ascender na estrutura social. Todavia, a presença de alguns negros entre as elites não significa a ausência de barreiras raciais, como comprovaram alguns estudos desse mesmo período e outros posteriores. No senso comum, porém, permanece forte a idéia de que não há racismo no Brasil, e freqüentemente um “role model” é evocado como “prova” deste argumento. Portanto, a despeito de seu potencial positivo, o “role models” podem contribuir para uma acomodação dos grupos discriminados, por provocar a crença na possibilidade de trilhar caminhos que lhe são interditos.

A DIMENSÃO ECONÔMICA DA JUSTIÇA SOCIAL*



SILVIA CAMURÇA

*Socióloga, educadora feminista integrante
do SOSCorpo Instituto Feminista para a
Democracia, atual Secretária Executiva
da Articulação de Mulheres Brasileiras.*

O tema da justiça social cresce em visibilidade nos dias presentes, não sem razão está entre as mesas oficiais deste I Fórum Social Brasileiro. Vale por isto demarcar em que vertente proponho aqui refletir sobre o assunto e sobre o alcance e limites desta idéia no contexto presente.

Eu proponho que aqui tratem de justiça social inscrevendo-a no campo das lutas sociais contra a exploração e as desigualdades sociais, no campo das lutas contra a discriminação, os preconceitos e das lutas contra todas as formas de exercício de poder arbitrário e todas as formas de violência.

Compreendendo justiça social nestes termos, fica possível perceber que estamos num contexto de muitas adversidades para efetivar justiça. Refiro-me ao que está colocado nos debates deste fórum: os sentidos da globalização, a hegemonia da ideologia neoliberal, a ordem política internacional marcada pela tirania, arbitrariedade, conservadorismo, belicismo e unilateralismo do atual governo norte-americano. Tudo isto se apresenta como obstáculos que orientam as relações sociais na contramão da justiça social.

No âmbito nacional, e considerando a ação do Estado, as adversidades não são menores. Persiste a implementação de políticas públicas com orientação neoliberal, que também vão na contramão da prática da justiça social. É verdade que o neoliberalismo está bastante questionado desde o governo anterior, mas é preciso reconhecer que a orientação neoliberal das políticas públicas não está superada, nem no Brasil, nem no plano regional da América Latina, nem no mundo.

Mas há outros obstáculos à justiça social, obstáculos persistentes e estruturais como a exploração intergeracional, o racismo, o sistema patriarcal, e sem dúvida a ordem econômica vigente. É sobre este ponto que considero ser preciso deter a nossa atenção pois a economia, dimensão crucial da vida cotidiana, para conectar-se com a possibilidade de justiça, não pode apenas centrar-se no produzir bens e serviços, é preciso um marco eticamente aceitável de distribuição do acesso e usufruto destes bens, serviços e riquezas produzidas, assim como sobre o uso eticamente aceitável da força de trabalho empregada na produção de bens e serviços e na reprodução da vida cotidiana.

O uso da força de trabalho é crucial para a economia. Refiro-me aqui tanto ao uso da força de trabalho vendida no mercado de trabalho da produção de bens e serviços comerciais, como aquela força de trabalho empregada na produção de bens e serviços com valor de uso, aqueles consumidos na própria família, trabalho realizado sem pagamento, no contexto de relações afetivas e não mercantis, e que ocupa grande parte das mulheres em todo mundo. Trata-se do trabalho doméstico, aquele que transforma o alimento cru em cozido, que torna a casa suja em limpa, que restaura a roupa suja ou rasgada para novo uso.

O trabalho que garante a recuperação da saúde depois que se volta do médico ou do hospital, que cuida, dedica-se anos a fio a acompanhar os doentes crônicos da família, o trabalho enfim que nos apronta para a cada dia recomençar a rotina cotidiana de escola, de sair para o trabalho, fazer política. Este é o trabalho no qual a maioria das mulheres emprega grande parte de sua força de trabalho, ainda que muitas vezes não seja percebido como trabalho.

Vivemos numa época onde avança o processo de exploração da força de trabalho e isto se afasta de qualquer idéia de justiça social. Cresce a destituição de direitos e a destituição de proteção às pessoas no trabalho profissional. Fala-se em desaparecimento do emprego ao mesmo tempo em que cresce a exploração da força de trabalho. Esta situação é particularmente grave no caso das mulheres, das mulheres negras em especial, ocupadas em maior número nos setores da economia com maior informalidade, em empregos precários e instáveis.

Estas mesmas mulheres vêm crescer sua carga de trabalho doméstico, que se estende mais e mais às meninas e adolescentes, obrigadas a assumir precocemente os trabalhos domésticos, e se estende até a velhice, mesmo depois de anos de trabalho, de modo que meninas e mulheres idosas trabalham mais em casa, para liberar mulheres adultas para tentar vagas no mercado de trabalho. Por outro lado, os governos e agentes sociais diversos, buscam minimizar os efeitos da injustiça social e da pobreza pela via da mobilização da força de trabalho das mulheres no chamado trabalho social de base.

Sem dúvida o trabalho voluntário de assistência à saúde e assistência social de base comunitária é um trabalho de valor tremendo, apresenta uma oportunidade de existência social a milhares de mulheres que nele se engajam. Este mesmo trabalho tem se demonstrado muitas vezes única via possível para os cuidados com a saúde de crianças e idosos/as. É extremamente eficaz, ou seja dá resultado a baixíssimo custo para o Estado. Tem efetivamente produzido alívio nas situações de penúria que grande parte da população, em especial crianças e idosos, vivem. Mas sustenta-se na intolerável super exploração da força de trabalho não remunerada das mulheres pobres e negras das comunidades de periferia dos municípios brasileiros. Esta exploração da força de trabalho feminina torna-se assim funcional às políticas de ajuste que esvaziam de significado e recursos os serviços sociais públicos e universais, estes sim que poderiam ser produtores de justiça social.

O debate feminista sobre a reestruturação produtiva e seus impactos no trabalho reprodutivo aponta muitas interrogações para a justiça social. Como vislumbrar no curto prazo justiça social quando “a

globalização desvaloriza tendencialmente bens e serviços não mercantis, inclusive o trabalho reprodutivo, desvalorizando valores e relações sociais que não aderem às normas do mercado e maximização do lucro” ? (Ávila, 2002),

Como pensar em justiça quando a reestruturação produtiva em curso não reorganiza a totalidade das relações de trabalho, apenas agudiza a exploração no mercado de trabalho, quando se consegue trabalho, aprofundando a exploração sobre aquelas que realizam as tarefas de cuidado com a reprodução. Pior que isto, mantém intacta a divisão sexual de trabalho, que é funcional ao capitalismo. Neste campo nenhuma reestruturação é percebida, mas ao contrário percebe-se o aprofundamento da exploração sobre este trabalho, realizado especialmente pelas mulheres.

Do ponto de vista das relações entre homens e mulheres, da luta anti-racista e das relações intergeracionais, e considerando o campo da produção de bens e serviços e dos cuidados com a reprodução cotidiana da vida, a justiça social precisa necessariamente ser pensada no marco de uma transformação.

Mais que a urgente democracia econômica, com amplo acesso de mulheres e homens a postos de trabalho dignos e ao consumo de massa, mais que a necessária superação do capitalismo, com distribuição de renda e práticas econômicas solidárias, é preciso uma transformação da economia, transformação que equacione com justiça o uso da força de trabalho na economia do cuidado tanto quanto na economia de bens e serviços mercantis. Sem isto, pelo menos do ponto de vista do feminismo, o alcance da justiça social será tão restrito que já não se terá certeza de que é justa.

*Palestra proferida no I Fórum Social Brasileiro, 8 de novembro de 2003, como introdução ao tema da mesa sobre justiça social, direitos humanos, igualdade entre mulheres e homens, gerações e superação do preconceito racial no Brasil.

ORGANIZAÇÕES



A ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS (AMNB) atualmente está constituída por 23 organizações de mulheres negras de diferentes regiões do Brasil. Foi fundada em 2002 com o objetivo inicial de garantir o protagonismo das mulheres negras no processo preparatório da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2002), tendo alcançado seus objetivos, tornou-se um dos principais grupos de ação política no Brasil e na América Latina. Após a Conferência, a AMNB passou a dedicar-se à tarefa de monitorar a implantação dos resultados da Conferência, assim como se dedica a delinear uma proposta de modelo de desenvolvimento inclusivo para o Brasil. Vem promovendo a ação política articulada de ONGs de mulheres negras brasileiras na luta contra o racismo, o sexismo, a lesbofobia e outras formas de discriminação, na formulação de políticas públicas, contribuindo para a transformação das relações de poder e a construção de uma sociedade igualitária.

www.mulheresnegras.org.br

A ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB), criada em 1994 para articular a participação das organizações de mulheres na III Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995), é uma organização política não partidária que articula e potencializa a luta feminista e a ação política das mulheres no plano nacional e internacional. Pauta sua ação orientada pelo desejo de transformação social e eliminação da desigualdade, do racismo, das relações de exploração e pelo fim da opressão de todas as mulheres. Para alcance de seus objetivos, a AMB fortalece o movimento feminista afirmando seu caráter de sujeito político e organiza ações orientadas à transformação e democratização do Estado e da sociedade, incidindo sobre distintas dimensões da política, da cultura e da economia.

www.articulacaodemulheres.org.br

ACTIONAID BRASIL E ACTIONAID AMÉRICAS são instituições membro da ActionAid International. Fundada em 1972, a ActionAid é atualmente uma organização internacional, sem filiação política ou religiosa, ativa em mais de 40 países na África, Ásia e Américas. Na regional Américas, vem desenvolvendo trabalhos desde 1999 e hoje está presente no Haiti e República Dominicana, no Brasil, na Guatemala, e nos Estados Unidos. A ActionAid entende a pobreza como um problema estrutural, resultado de relações de poder que levam à desigualdade social, à exclusão e à negação de direitos. Tem como missão combater as causas estruturais da pobreza, e como estratégia principal, busca atuar em parceria com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, contribuindo para seu empoderamento na conquista e exercício de direitos. Desenvolve ações no âmbito local, nacional e internacional, através de projetos de desenvolvimento e da influência em políticas públicas.

www.actionaid.org.br

GELEDES – INSTITUTO DA MULHER NEGRA é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás, que expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade. Inspirada na tradição Geledê, o Geledés – Instituto da Mulher Negra foi criado em 30 de abril de 1988. É uma organização de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral. Na perspectiva de atualizar essa tradição à luz das necessidades contemporâneas, o Geledés vem, nos últimos 16 anos, consolidando as discussões sobre a problemática da mulher negra como aspecto fundamental da temática de gênero na sociedade brasileira e impulsionando o debate sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas pra a realização do princípio da igualdade de oportunidades para todos/as.

www.geledes.org.br

CRIOLA é uma instituição da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 2 de setembro de 1992, sediada no Rio de Janeiro, RJ. É conduzida por mulheres negras de diferentes formações, voltada para o trabalho com mulheres, adolescentes e meninas negras. Ao longo deste 7 anos de funcionamento atingiu diretamente duas mil mulheres, adolescentes e meninas em suas atividades. Seu objetivo é a instrumentalização destas para o enfrentamento do racismo, do sexismo e da homofobia vigentes na sociedade brasileira. O trabalho de Criola visa a inserção de mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a elaboração de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade, onde a presença e contribuição da mulher negra seja acolhida como um bem da humanidade.

www.criola.org.br

SOSCORPO INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA é uma organização da sociedade civil, que tem no feminismo a base de sua construção e de sua ação institucional, é uma entidade autônoma que orienta sua prática pelos ideais de liberdade, igualdade e solidariedade. Sediada no estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil, integra movimentos nacionais e internacionais pela eliminação de todas as formas de injustiça, discriminação e exclusão social que historicamente têm marcado a vida das mulheres. Sua missão é contribuir para a democratização da sociedade brasileira através da promoção da igualdade de gênero com justiça social.

www.soscorpo.org.br

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria foi fundado em julho de 1989, por um grupo de mulheres feministas de Brasília. É uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que trabalha pela cidadania das mulheres e pela igualdade de gênero. Luta, de forma autônoma e suprapartidária, por uma sociedade e um Estado justos e democráticos. Fundado no pensamento feminista, o CFEMEA participa ativamente do movimento nacional de mulheres, integra articulações e redes feministas internacionais, especialmente da América Latina, além de participar de diferentes iniciativas para o combate ao racismo.

www.cfemea.org.br



CFEMEA



SOS CORPO

Instituto Feminista
para a Democracia



ARTICULAÇÃO
DE MULHERES BRASILEIRAS

act:onaid
brasil

act:onaid
international americas